



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
ÁREA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIANA RODRIGUES TAVARES

UM BRASIL INAPREENSÍVEL:
História dos projetos da *Enciclopédia brasileira* do Instituto Nacional do Livro

NITERÓI
2016

MARIANA RODRIGUES TAVARES

UM BRASIL INAPREENSÍVEL:

História dos projetos da *Enciclopédia brasileira* do Instituto Nacional Livro

Material apresentado para o **Exame de Defesa** junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: História Social

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Giselle Martins Venancio**

Niterói,
Março de 2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

T231 Tavares, Mariana Rodrigues.
Um Brasil inapreensível: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro / Mariana Rodrigues Tavares. – 2016.
138 f. : il.

Orientadora: Giselle Martins Venancio.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.
Bibliografia: f. 110-123.

1. Instituto Nacional do Livro. 2. Enciclopédia Brasileira. 3. Projeto nacional. I. Venancio, Giselle Martins. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

MARIANA RODRIGUES TAVARES

UM BRASIL INAPREENSÍVEL:

História dos projetos da *Enciclopédia brasileira* do Instituto Nacional do Livro

Material apresentado para o **Exame de Defesa** junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como requisito para a obtenção do Grau de Mestre.

Área de concentração: História Social

Aprovada em: 31 / 03 / 2016.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Giselle Martins Venancio

Universidade Federal Fluminense – Orientadora

Professora Doutora Angela Maria de Castro Gomes

Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –

Arguidor interno

Professor Doutor Nelson Schapochnik

Universidade de São Paulo – Arguidor externo

Professora Doutora Maria Verónica Secreto

Universidade Federal Fluminense – Suplente interno

Professor Henrique Buarque de Gusmão

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Suplente externo

NITERÓI,
Março de 2016.

À Jane Mary e Nadir, com amor.

AGRADECIMENTOS

Gastei uma hora pensando um verso
que a pena não quer escrever.
No entanto ele está cá dentro
inquieta, vivo.
Ele está cá dentro
e não quer sair.
Mas a poesia deste momento
inunda minha vida inteira. (**Alguma Poesia.**
Carlos Drummond de Andrade)

Os versos de Carlos Drummond de Andrade traduzem o sentimento que quero expressar nas próximas linhas. Gastei, seguramente, muito mais de uma hora pensando no que as mãos são incapazes de digitar: a gratidão.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus. Não importando qual forma e credo ele assuma, quero render louvores e festins àquele que tenho como o princípio inteligente, autor de todas as coisas e que me permitiu chegar até aqui. Só ele e eu sabemos o quão difícil a caminhada terrestre pode ser, mas graças a saúde, o equilíbrio e, principalmente, ao seu amor incondicional, eu pude conseguir. Junto dele, não poderia deixar de render os meus agradecimentos ao mestre Jesus e a sua/nossa Mãe Maior, Maria de Nazaré, por todas as horas de alento, de conforto e de orientação que recebo diariamente. Sou e serei sempre imensamente grata.

Não poderia deixar de agradecer sincera e profundamente a minha amada mãe. Mãe, obrigada pela compreensão, parceria e amor. Obrigada por elaborar, colaborar, “sofrer” e sonhar comigo. A você, a minha eterna gratidão por ter me concedido a oportunidade de nascer e de compartilhar a laboriosa jornada terrestre. Te amo.

Aproveito as palavras e o espaço para agradecer também aqueles que eu amo apesar e além do tempo: aos meus avós Nadir e Waldemiro Rodrigues. Independente da distância, sei que estarão sempre vibrando e orando por mim.

Quero agradecer muitíssimo também a minha querida e sempre orientadora, Giselle Martins Venancio. Giselle, difícil é a tarefa de escolher as palavras certas para agradecer. Sou grata por todos os ensinamentos, observações e orientações. Agradeço também pelo carinho e dedicação dispensado a mim e a este trabalho. Reitero o que disse há tempos atrás. Espero que a nossa parceria dure por muitos anos. A você, o meu profundo agradecimento de hoje e de sempre.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e ao Programa de Pós-graduação de História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) pelo financiamento desta pesquisa através da bolsa de mestrado.

Aos professores Nelson Schapochnik, Angela de Castro Gomes, Marieta de Moares Ferreira, Maria Verónica Secreto, Marcelo Magalhães e Henrique Gusmão pela gentileza de aceitarem compor as bancas que me avaliaram. Sou grata pelas sugestões, críticas e observações feitas ao meu trabalho. Foi uma honra tê-los como avaliadores. Junto destes grandes mestres, quero agradecer também aos professores com os quais mantive um diálogo muito próximo e que foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Meus agradecimentos sinceros a: Luiz Fernando Saraiva; Larissa Viana; Sônia Regina de Mendonça; Luiza Laranjeira; Daniel Aarão; Jorge Ferreira e Nuno Medeiros.

Não menos importante, quero agradecer aos amigos e amigas que tive a felicidade de conviver e com os quais compartilhei as alegrias e “angústias” da vida acadêmica. Minha gratidão a Leonardo Lourenço, Vanessa Bittencourt, Drielle Pereira, Fernanda Lemos, Fernanda Soares, Jacqueline Lopes, Letícia Gomes, Fabíola Simão, Valério Negreiros, André Furtado, Felipe Cazetta, Nayara Galeno, Roberta Ferreira, Beatriz de Souza, Júlia Gurgel, Thiago do Amaral, Christiano Araújo, Rodrigo Marretto, Raphael Xavier e Louise Glaber.

À querida família da Casa de Caridade Terezinha de Jesus (CCTJ), os meus mais sinceros agradecimentos. Sem vocês, a minha caminhada seria tortuosa. Obrigada pelo aprendizado, pelo amor e por serem o “porto seguro” onde trato as minhas dores e aflições. O meu “muito obrigada” a toda equipe que me atende esteja neste ou em outros planos. Que Deus nos abençoe e permita que estejamos juntos para sempre.

Não poderia deixar de agradecer aos irmãos que tive a felicidade de (re)encontrar ao longo dessa jornada. A todos do Instituto Espírita Bezerra de Menezes (IEBM). Obrigada pela acolhida, pelo carinho e pelos ensinamentos. De modo especial, quero render a minha gratidão a Sra. Heloíza, ao Sr. Cadilhe e ao Sr. Fernando, pelas palavras de carinho, de amor e de paciência.

Ainda no “IEBM” agradeço aos mais “lindos” e “queridos” irmãos da família Dij: Caio e Rebecca Tavares, Marco Aurélio, Luíza Zelesco, Allan e Theo “fofura”, Bruno Olímpio, “Lua”, “Duda”, “Madu”, Guilherme, Gabi (a filha que adotei), “tio” Antônio, Luciana, Thiago, Luiz, “o Pedro”, Daniel, “Amandinha” e Patrick

(#dijdah lits), Natália (fã), Andressa e todos os outros irmãos e irmãs. Obrigada por darem um “colorido” a minha vida e, principalmente, por me ensinarem os verdadeiros significados das palavras amizade e fraternidade. Espero estarmos juntos neste e nos próximos tempos.

Quero ainda agradecer a todos os bibliotecários, arquivistas e cientistas da informação que me auxiliaram nesta pesquisa. A minha gratidão a toda equipe da Fundação Biblioteca Nacional, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), do centro de memória da Academia Brasileira de Letras (ABL), do Arquivo Nacional e de todas as outras instituições por onde pesquisei. Obrigada pela atenção, pela eficiência e pelo aprendizado.

Por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos ao corpo de funcionários da Universidade Federal Fluminense. Obrigada pelo carinho, pela ajuda e, especialmente, pela simpatia com que me recebem diariamente. Minha gratidão à equipe da limpeza e aos amigos da Biblioteca Central do Gragoatá: Iago Martins e Roseli Ferreira. A vocês dois, minha gratidão mais sincera e minha profunda amizade.

Ao fim de tantos agradecimentos, acredito ter contemplado todos aqueles que marcaram verdadeiramente a minha vida. Novamente agradeço pelo amor e carinho sempre dispensado a mim. Guardo cada um de vocês no meu coração.

“uma coisa é escrever livros, e outra é entender deles, do seu comércio, de suas transas”.

(Herberto Sales)

RESUMO

As mudanças promovidas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas alteraram, não apenas, o cenário político, mas o cultural. Neste sentido, um conjunto de instituições dedicadas a definir e preservar o patrimônio nacional foram criadas. No conjunto dessas inovações, em dezembro de 1937 foi fundado o Instituto Nacional do Livro que tinha entre uma de suas atribuições editar toda a sorte de obras raras ou preciosas para o Brasil e a função de publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário de Língua Nacional*. Por existir uma carência de trabalhos dedicados a analisar e a discutir a importância dessas duas obras, é que este trabalho se propõe a fazê-lo. Ao longo das pesquisas, foram utilizados os rascunhos, anotações e planos de edição das duas obras. Perpassada por disputas políticas, alteração de diretores e comissões e mudança de concepção do nacional, a *Enciclopédia* e o *Dicionário* jamais se concretizaram no formato de uma edição. Tendo sido extintos enquanto planos de publicação no ano 1973, neste trabalho as atenções voltam-se para a análise de sua permanência enquanto um projeto a ser executado, sem que, ao menos um volume fosse editado. Observa-se com isso a ideia de uma plasticidade do texto. Para realizar esta análise foram utilizados gráficos contendo verbas para a edição de obras que comprovam a insustentabilidade do argumento de que houve carência de recursos. Por fim, defende-se que o projeto da *Enciclopédia* pode ser considerado um instrumento para se pensar as variadas definições da nacionalidade brasileira. Por meio das discussões que ele viabilizou, os intelectuais que acionou e, principalmente, por ser um objeto de tensão, o projeto da *Enciclopédia* tornou-se a metáfora de um Brasil, em larga medida, inapreensível.

Palavras-chave: Instituto Nacional do Livro, Enciclopédia Brasileira, projeto nacional.

ABSTRACT

The changes promoted by the Estado Novo of Getúlio Vargas changed not only the political scene, but the cultural one. In this sense, a set of institutions dedicated to defining and preserving the national heritage were created. Altogether these innovations, in December 1937 the Instituto Nacional do Livro was founded. One of its assignments was to edit all sorts of rare or precious books to Brazil and publish the *Enciclopédia Brasileira* and *Dicionário de Língua Nacional*. Recognizing a lack of works devoted to analyze and discuss the importance of these two works, this study aims to do so. Throughout the research, drafts, notes and editing plans of these two works were used as sources. Permeated by political disputes, change of directors and committees and national design change, *Enciclopédia* and *Dicionário* never materialized in an editing format, having been extinct as publishing plans in 1973. In this dissertation, attention is drawn to the analysis of these works as projects to be executed, although any volume was ever edited. The idea of text plasticity is to be apprehended in this way. To perform this analysis were used charts containing funds for the publication of works that demonstrate the unsustainability of the argument that there was lack of resources. Finally, it is argued that the *Enciclopédia* project can be considered a tool to think about the varied definitions of Brazilian nationality. Through the discussions it made possible, the intellectuals involved and tensions generated, the *Enciclopédia* project became the metaphor of a Brazil, largely elusive inapprehensible.

Keywords: Instituto Nacional do Livro, Enciclopédia Brasileira, national project.

LISTA DE ABREVIATURAS

Academia Brasileira de Letras – ABL

Academia Paulista de Letras – APL

Arquivo Nacional – AN

Biblioteca Nacional – BN

Fundação Biblioteca Nacional – FBN

Biblioteca do Exército – BIBLIEX

Centro Brasil Democrático - CEBRADE

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação

Getúlio Vargas – CPDOC-FGV

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes

Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq

Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi

Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Instituto Nacional do Livro – INL

Instituto Superior de Estudos Brasileiro – ISEB

Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES

Ministério da Educação e Saúde do Brasil - MES

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – Unesco

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN

Seção da Enciclopédia e do Dicionário - SED

Universidade do Distrito Federal – UDF

Universidade de São Paulo – USP

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores das verbas e publicações do INL para o ano de 1942 (valores em contos de réis)

Tabela 2 - Valores das verbas e publicações do INL para o ano de 1944 (valores em contos de réis)

Tabela 3 - Valores destinados às publicações do INL entre 1939-1958

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Os percursos do INL nos projetos de uma obra jamais publicada.....	16
Capítulo 1- O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO: registro bibliográfico e a “invenção” do Brasil em papel e tinta	24
1.1- Uma Enciclopédia para o Brasil	24
1.2- A gestão Capanema e os programas de preservação do patrimônio cultural, artístico e bibliográfico - do Instituto Cayrú ao Instituto Nacional do Livro	29
1.3- A seção de Publicações do INL	41
1.4- “Imaginando o paraíso como uma biblioteca”: O INL e a gestão de Bibliotecas públicas.....	43
1.5- A Seção da <i>Enciclopédia</i>	44
1.6- Os "negócios do livro": as verbas para o INL e para a publicação da <i>Enciclopédia</i>	46
Capítulo 2- RASCUNHANDO A “OBRA NACIONAL”: Os esboços da primeira <i>Enciclopédia brasileira</i> por Mário de Andrade.....	52
2.1- O poeta na capital: Mário de Andrade e a chegada à cidade do Rio de Janeiro	54
2.2- Os rascunhos do consultor: Mário de Andrade e os “primeiros” contornos da <i>Enciclopédia</i>	59
Capítulo 3- UMA <i>ENCICLOPÉDIA</i> EM TEMPOS DE MUDANÇA: Os projetos da <i>Enciclopédia Brasileira</i> dos anos 1950 a 1973	73
3.1- Uma obra universitária: os novos planos de edição da <i>Enciclopédia Brasileira</i> na década de 1950	73
3.2- “Discussões enciclopédicas” e executores ineficientes – Dilemas de uma publicação.....	81
3.3- O dismantelamento da <i>Enciclopédia Brasileira</i> ou “Inundando” o Brasil de coedições: O INL nas décadas de 1960-70.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS - Uma <i>Enciclopédia</i> essencialmente brasileira.....	106

REFERÊNCIAS	110
Documentais	110
Bibliográficas	112
APÊNDICES	124
Apêndice A- Planos de edição da <i>Enciclopédia Brasileira</i>	124
Apêndice B- Quadro prosopográfico de intelectuais atuantes na direção do INL e nas comissões da Enciclopédia Brasileira (1937-1960).....	127
Apêndice C- Quadro de diretores do Instituto Nacional do Livro (1937-1991)	138

INTRODUÇÃO

Os percursos do INL nos projetos de uma obra jamais publicada

A elaboração de uma *Enciclopédia brasileira* habitou desde muito tempo os desejos de diversos intelectuais. O projeto, originariamente do século iluminista, foi encampado primeiramente no Brasil pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em razão das comemorações do centenário da independência, ocorridas em 1922, o IHGB organizou a publicação de um *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Esta obra funcionava como uma espécie de edição vulgarizadora do conhecimento, tal como havia ocorrido na França no século anterior com a publicação do *Le Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle*, também conhecido como *Encyclopédie*¹.

A publicação da obra do IHGB, no entanto, não fez refluir os desejos intelectuais de uma obra que pudesse metaforizar e condensar o Brasil em páginas impressas. Esta intenção continuou mobilizando diversos indivíduos ao longo do século XX. Nesta dissertação será tratado o destino do projeto da *Enciclopédia brasileira* proposta pelo Instituto Nacional do Livro (INL) e seus vários desdobramentos ao longo do século.

A primeira tentativa de edição de uma enciclopédia brasileira, posterior à do IHGB, pertenceu ao Instituto Cayrú e datou de 1936. Formado por uma comissão composta de homens de “notável saber”, tais como: Alceu Amoroso Lima, Luís Camilo de Oliveira Neto² e Rodolfo Garcia, o plano originário da *Enciclopédia* teve inspiração em obras congêneres do período que serviram de modelo, dentre as quais se podem citar as Enciclopédias britânica e italiana. Mas de pronto se reconheceu a impossibilidade de se realizar no Brasil uma “obra de tal envergadura, por falta de recursos materiais e culturais, e optou-se por se preparar um plano não tão grandioso, mas factível”³. Dentro de pouco tempo, respaldado no estabelecimento de um Plano Nacional de Educação, o

¹GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. (Col. Memória Social, 1), p.95.

²Sobre o perfil intelectual de Luiz Camillo de Oliveira Netto ver: PENNA, Maria Luiza. **Luiz Camillo**: perfil intelectual. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.

³Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV. Para maiores detalhes ver também: SILVA, Suely Braga da. **O Instituto Nacional do Livro e a Institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945)**: Planos, ideais e realizações. 1992. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1992.

instituto Cayrú foi transformado em Instituto Nacional do Livro que, além de algumas ampliações, manteve o propósito de elaboração da *Enciclopédia*.

Neste trabalho, o percurso adotado para narrar a história da *Enciclopédia brasileira* resultou de uma ideia inspirada pelo livro de Roger Chartier, *Cardenio entre Cervantes e Shakespeare: história de uma peça perdida*⁴. Tal como evidenciou o historiador francês ao tratar de uma peça teatral perdida, o objeto de estudo aqui apresentado jamais se concretizou enquanto uma publicação. No entanto, mesmo que jamais formalizada, defende-se a existência de uma permanência das obras e uma pluralidade dos textos.

Ao longo da narrativa aqui exposta, a presença de inúmeros projetos demonstra a flexibilidade dos planejamentos, sua mutabilidade e a alteração da definição da concepção de nacional. Para auxiliar na recomposição dos planejamentos e na recuperação de dados que permitem a comparação entre eles, foram analisados os planos de edição da *Enciclopédia* de 1936, 1937 e 1956. Depois dessa data, não foram localizadas maiores informações e tampouco os respectivos planos de edição. Junto deste material, cartas, ofícios, anotações e rascunhos também ajudaram a recompor os vestígios de uma obra jamais publicada. As considerações que aqui se desenrolam dizem respeito às mudanças de concepção e função acerca do Instituto Nacional do Livro, de seus intelectuais e de suas publicações. Sobre estas, a máxima do instituto se assemelhou em muito a afirmativa de Herberto Sales numa carta dirigida à escritora Lygia Fagundes Telles na qual assegurava que: “*uma coisa é escrever livros, e outra é entender deles, do seu comércio, de suas transas*”⁵. Nesta situação, Herberto Sales não se referiu propriamente ao INL, mas nem por isso a assertiva deixa de ser menos aplicável ao instituto e a história de suas publicações.

As intenções iniciais referentes à pesquisa centravam-se no Instituto Nacional do Livro e na identificação de suas propostas associadas às políticas públicas para promoção da edição de livros e o estímulo à leitura no Brasil. Somavam-se a estas, a intenção de analisar os projetos desenvolvidos ao longo dos anos pela instituição, os intelectuais que ali estiveram presentes e suas relações com o programa de coedições durante a ditadura civil-militar da segunda metade do século XX. A primeira dificuldade encontrada foi a

⁴CHARTIER, Roger. **Cardênio entre Cervantes e Shakespeare: história de uma peça perdida**. Tradução de Edmir Missio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁵Carta de Herberto Sales a Lygia Fagundes Telles. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1979. Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras. Fundo Herberto Sales.

ausência de trabalhos dedicados ao INL e às suas publicações. Havia poucas pesquisas⁶ que se detinham na evolução histórica do Instituto Nacional do Livro compreendido desde a sua fundação, em 1937, até o seu fim, durante o governo Collor, em 1991.

Alguns trabalhos, é verdade, tangenciavam o tema. Entre eles havia os que analisam a instituição em períodos específicos de sua história, mas não consideram o desenvolvimento institucional como um todo; aqueles que tratavam da produção de livros durante o período republicano e, por esse motivo, incorporavam discussões sobre o Instituto Nacional do Livro; os que tratavam de outros temas e referiam-se, brevemente, ao INL; e por fim, aqueles que se atinham à produção de livros didáticos pela ação do Estado e, por esse motivo, analisavam a atuação do Instituto.

No primeiro grupo, podemos inserir a tese de Ricardo Oiticica intitulada *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: Academia Brasileira dos Rejeitados*⁷ e o trabalho de Marcus Vinicius Correa Carvalho, *O Instituto Nacional do Livro e os Modernistas: Questões para a História da Educação Brasileira*⁸.

O propósito de Oiticica foi, exclusivamente, o de evidenciar de que maneira o referido Instituto funcionou ao longo dos anos ditatoriais como uma extensão do Estado, tanto no período de Vargas, nos anos 1930, como no momento das ditaduras militares dos anos 1960. Oiticica limitava-se aos aspectos que associavam o INL aos interesses ideológicos dos estados ditatoriais, sem se preocupar, por exemplo, com a atuação do órgão nos períodos democráticos. Já Marcus Carvalho teve como foco a análise da atuação dos modernistas no INL, com vistas a investigar o processo de formação da identidade brasileira. Seu trabalho centra-se numa temporalidade bastante restrita que não permite investigar as nuances e descontinuidades nos processos de organização do INL.

Na segunda categoria de trabalhos podem-se inserir os estudos de Angela de Castro Gomes, Eliany Araújo e Aníbal Bragança. Na obra *A República, a História e o*

⁶Há uma publicação sobre o Instituto Nacional do Livro datada de 1987 e lançada pelo governo federal. Esta obra publicada ao longo do governo Sarney destinava-se a comemorar os 50 anos de criação do INL e conta um pouco da história da Instituição e suas políticas. Mas como se trata de uma obra oficial, a versão oculta às disputas intelectuais em torno do INL, questão presente nesta pesquisa. Para maiores detalhes ver: **Instituto Nacional do Livro: 1937-1987: 50 anos de publicações**. Brasília: INL, 1987.

⁷OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasílica dos rejeitados**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997.

⁸CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. **O Instituto Nacional do Livro e os Modernistas: Questões para a História da Educação Brasileira**. Cadernos de História da Educação – v.11, n.2 – jul./dez.2012, pp.543-557.

*IHGB*⁹, Angela Gomes trata das instituições criadas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas comparativamente com a estrutura política institucional de Portugal no mesmo período. Neste levantamento, insere brevemente o Instituto Nacional do Livro desde os seus primórdios, quando ainda tinha as feições do Instituto Cayrú, no entanto, sem ter essa instituição como seu foco principal de análise. Numa vertente diferente, o trabalho *A palavra e o silêncio: Biblioteca Pública e Estado Autoritário no Brasil*¹⁰, de Eliany Alvarenga de Araújo, busca a compreensão da relação entre Estado autoritário e as bibliotecas públicas no Brasil, por meio da análise da documentação oficial produzida através das políticas culturais gestadas nos períodos do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (de 1964 a 1970). Também seu estudo não tinha como objeto o INL, embora se referisse a ele como parte das instituições promotoras das políticas públicas de leitura. O último dos estudos que se enquadra nesta categoria é o de Aníbal Bragança que, em seu artigo *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*¹¹, trata da fundação do INL e de suas primeiras políticas de publicação, dando ênfase à questão das bibliotecas e da *Enciclopédia Brasileira*, sem, no entanto, investiga-la atentamente.

Na terceira linha de classificação encontram-se os trabalhos que se dedicam à produção de livros em geral e circundam temáticas próximas ao INL. Dentre estes, podemos citar a tese de Gisella Amorim Serrano, *A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-Lusitanismo (1941-1949)*¹². Amorim Serrano detém-se na análise da política editorial firmada entre Brasil e Portugal no ano de 1941, por meio da investigação do Acordo Cultural estabelecido entre estes países. Ao tratar o Acordo – entre o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Brasil, e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em Portugal -, a autora se refere às políticas empreendidas também pelo INL, cuja produção é analisada rapidamente tendo em vista que o objetivo da autora centrava-se em outros temas. Além do trabalho Gisella Serrano, há o de

⁹GOMES, Angela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

¹⁰ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

¹¹BRAGANÇA, Aníbal. **As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil**: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). Matrizes, ano 2, n^o2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

¹²SERRANO, Gisella de Amorim. **Caravelas de Papel**: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949). Tese de doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2009.

Andrea Galúcio a respeito do papel das editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense*¹³ durante o período da ditadura militar e do processo de “censura” sofrido pelas respectivas casas editoriais no INL. Neste trabalho, a autora analisa mais amplamente o INL como censor do que como agente produtor de livros ou como vetor de políticas públicas de leitura.

Por fim, têm-se os estudos que se dedicam às políticas de publicação de livros didáticos pelo Estado e particularmente pelo INL. Entre estes, estão os textos de Érica Xavier e Maria de Fátima da Cunha intitulado *Entre a Indústria Editorial, a Academia e o Estado: o Livro Didático de História em questão*¹⁴ e o trabalho de Tatiana Feitosa de Brito, *O livro didático, o Mercado Editorial e os Sistemas Apostilados*¹⁵. Pelo fato destes trabalhos se dedicarem também a analisar os programas contemporâneos de produção dos livros didáticos como PNLD e PNLEM, mantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a investigação sobre o INL fica esmaecida e funciona apenas como parte de uma evolução cronológica na produção de livros didáticos no Brasil.

Há ainda que se acrescentar o trabalho de Adriana Facina Gurgel do Amaral intitulado *Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mário de Andrade*¹⁶. Neste, a autora se detém exclusivamente no projeto editorial de Mário de Andrade para a *Enciclopédia Brasileira*, trabalhando na perspectiva da escrita de uma Enciclopédia “à brasileira”, isto é, uma edição com o objetivo de difundir uma identidade nacional na década de 1930. Adriana Facina apresenta uma discussão a respeito do caráter de elaboração do texto do anteprojeto realizado por Mário de Andrade, situando-o na perspectiva do cruzamento dos conceitos de *cidade letrada* e *cidade do exílio*, que corresponde ao período no qual o poeta esteve no Rio de Janeiro à frente do cargo de consultor da Enciclopédia no INL. A narrativa, entretanto, restringe-se somente a cidade

¹³GALÚCIO, Andrea. O papel das editoras *Civilização Brasileira* e *Brasiliense* durante o processo de abertura política no Brasil (1979-1985). In: **XI Encontro Regional de História**, 2004, Rio de Janeiro.

¹⁴XAVIER, Erica da Silva e CUNHA, Maria de Fátima da. Entre a Indústria Editorial, a Academia e o Estado: o Livro Didático da História em questão. **Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História**, 18, 19 e 20 de abril de 2011 – Florianópolis/SC.

¹⁵BRITO, Tatiana Feitosa de. **O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas Apostilados**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Textos para discussão, junho de 2011. Com relação ao texto de Tatiana Brito há algumas ressalvas. A autora atribui erroneamente à criação do INL o ano de 1929 quando só de fato ocorreria posteriormente em dezembro de 1937. (BRITO, 2011, p.5).

¹⁶AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mário de Andrade*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.24, p.393-417, 1999.

do Rio e, exclusivamente, às impressões do poeta, não permitindo maiores reflexões a respeito da *Enciclopédia Brasileira*.

Desse modo, o objetivo principal desta dissertação é contribuir para o preenchimento da lacuna identificada nos estudos sobre livros e leituras no Brasil que pecam pela inexistência de uma bibliografia dedicada ao INL e sua gama de projetos e publicações. Com vistas a desenvolver tal investigação, a pesquisa centrou-se na análise dos planos de edição da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário de Língua Nacional*, principais propostas editoriais do Instituto. A análise dos projetos dessas obras serviu de fio condutor para a avaliação dos caminhos seguidos pela instituição, por seus dirigentes e por suas produções impressas.

A pesquisa apresenta-se dividida em três capítulos organizados de modo a percorrer todo o período de funcionamento do INL (1937-1991) e a evidenciar a importância que a discussão sobre a elaboração de uma *Enciclopédia Brasileira* teve no interior da instituição.

O primeiro capítulo intitulado *O Instituto Nacional do Livro: registro bibliográfico e “invenção” do Brasil em papel e tinta* apresenta a discussão sobre a preservação do patrimônio nacional, destacando a gênese da *Enciclopédia Brasileira* enquanto um projeto de edição nacional. Além disso, neste capítulo também estão contempladas as principais diferenças entre dois momentos do projeto: o do Instituto Cayrú e o do Instituto Nacional do Livro.

No segundo capítulo, - *Rascunhando a “obra nacional”*: *Os esboços da primeira Enciclopédia Brasileira por Mário de Andrade* - as atenções se voltam para o primeiro projeto de Enciclopédia Brasileira, esboçado por Mário de Andrade quando da sua estada no Rio de Janeiro como consultor técnico do Instituto Nacional do Livro. São analisadas suas anotações a respeito do projeto da *Enciclopédia Brasileira* e de outras obras estrangeiras que lhe serviriam, possivelmente, de modelo. O poeta paulista, considerado um dos principais nomes do modernismo, foi autor do anteprojeto mais conhecido da *Enciclopédia*. São contempladas ainda neste capítulo as incertezas de Mário de Andrade quanto ao título que deveria ganhar a publicação, se brasílica ou brasileira, e em que medida cada uma delas definiria um caráter nacional mais preciso.

O terceiro capítulo denominado *Uma Enciclopédia em tempos de mudança: os projetos da Enciclopédia Brasileira dos anos 1950 a 1973* propõe um avanço cronológico. Trata especificamente da retomada do projeto da *Enciclopédia* a partir da

década de 1950, por meio de uma nova concepção e discussão a respeito da definição do nacional. Neste capítulo abordam-se os novos planos de edição da *Enciclopédia*, os “novos e antigos” intelectuais que compuseram os quadros do Instituto Nacional do Livro e as comissões responsáveis por esta publicação. Além disso, as atenções voltam-se para analisar a fase final do plano enciclopédico do Instituto Nacional do Livro, os novos empreendimentos do INL nas décadas de 1960-70 até o processo de extinção da Seção da Enciclopédia em 1973.

As pesquisas documentais para a elaboração dos capítulos se desenvolveram, especialmente, no fundo documental sobre o INL localizado na Fundação Biblioteca Nacional. Nele se pôde investigar cerca de 3000 documentos dispostos em 17 pastas que guardam especialmente os pareceres emitidos pelo Instituto. No entanto, este fundo não se encontra completamente organizado e, por esse motivo, parte dele não está disponível para os pesquisadores. Assim, a pesquisa estabeleceu percursos outros que pudessem levar a uma possível reconstituição da trajetória do INL.

Pesquisas foram, assim, realizadas no centro de memória da Academia Brasileira de Letras, onde foram encontrados os arquivos pessoais de alguns diretores do Instituto Nacional do Livro, dentre os quais se podem citar os nomes de Herberto Sales, Augusto Meyer, Adonias Filho e de intelectuais influentes na história do INL. De todos os nomes citados, focou-se mais profundamente no arquivo pessoal do ex-diretor Herberto Sales, pois, há disponíveis no centro de memória da ABL cerca de 20 pastas contendo apenas correspondências pessoais do intelectual, nas quais foi possível identificar as redes de sociabilidade estabelecidas entre Sales e outros editores, tais como José Olympio, Ênio Silveira e Américo Jacobina Lacombe. A pesquisa incluiu ainda a hemeroteca e a seção de iconografia da ABL.

Como parte importante do processo de pesquisa foram consultados também o fundo de Polícia Política armazenado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) no qual se pôde localizar os processos de cassação de editores de esquerda, tais como o de Ênio Silveira, editor da *Civilização Brasileira*, empresa mais tarde conveniada ao programa de coedições do Instituto Nacional do Livro; e o arquivo AMLB da Fundação Casa de Rui Barbosa no qual foi possível investigar o acervo de dois importantes nomes do Instituto do Livro: o de Augusto Meyer, ex-diretor do órgão por mais de dezoito anos e principal intelectual do Instituto, e o de José Galante de Souza, um dos chefes da Seção de Enciclopédia e do Dicionário do INL. Em ambos os

arquivos foram encontrados ofícios do Instituto Nacional do Livro, correspondências, projetos de lei, nomeações de funcionários e alguns dos embates travados em jornais acerca da não publicação da *Enciclopédia Brasileira*, a exemplo da discussão entre José Galante e Umberto Peregrino, diretor do INL na década de 1960, e publicada na década de 1970, no *Jornal do Brasil*.

Foi também realizada a consulta ao fundo documental de Gustavo Capanema (GC) disponível no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. No fundo Gustavo Capanema foram localizados os projetos para a *Enciclopédia Brasileira* desde o Instituto Cayrú até o Instituto Nacional do Livro. Neste fundo também se pôde localizar o projeto para a *Enciclopédia Brasileira* de inspiração italiana, tema destacado no primeiro capítulo desta dissertação.

Somem-se a esses acervos, as consultas ao fundo do DASP disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o arquivo do ex-chefe da Seção da Enciclopédia, Paulo de Assis Ribeiro. Em ambos os fundos, além das dotações orçamentárias do Instituto Nacional do Livro, foi possível localizar os planos para a *Enciclopédia*, as disputas em torno dessa publicação e principalmente as verbas destinadas ao projeto.

Ainda de fundamental importância para esta pesquisa foi a consulta ao acervo Mário de Andrade disponibilizado no IEB-USP no qual se pôde localizar as anotações feitas pelo poeta sobre as enciclopédias estrangeiras utilizadas como possíveis modelos para a elaboração da “enciclopédia brasílica” do Instituto Nacional do Livro e seus rascunhos e projetos para a *Enciclopédia*.

Capítulo 1

O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO: Registro bibliográfico e a “invenção” do Brasil em papel e tinta

1.1 Uma enciclopédia para o Brasil

Enciclopédia de Mário de Andrade é concluída

A principal mudança em relação ao projeto original foi no modelo e na abordagem da enciclopédia. A equipe abandonou a ideia de uma obra de A a Z e adotou a divisão por temas: geografia, população, economia, política, história, artes, sociedade, esportes, mídia e cultura popular. A "Enciclopédia do Brasil" compreende cinco volumes com mais de 1.200 páginas no total, além do conteúdo multimídia, que tem três CDs (com um Atlas do Brasil e do mundo, 300 perfis biográficos e o conteúdo digital da obra) e um DVD (documentário de 50 minutos sobre reservas naturais do país). Também foi criado um site, no qual a enciclopédia será atualizada regularmente. O preço de venda da "Enciclopédia do Brasil" ainda não foi definido. Mário de Andrade, "talvez o maior nome do modernismo no Brasil", segundo a enciclopédia, sonhava com uma obra que pudesse ser comprada por qualquer brasileiro. Talvez essa parte do sonho do escritor não se realize. "Mas tenho certeza de que o Mário ficaria feliz ao ver a enciclopédia finalmente acabada." (**Folha de São Paulo**, 10/11/2009)¹⁷

Há apenas seis anos a *Enciclopédia Brasileira* teve a sua primeira edição. O Brasil das discussões intelectuais dos anos 1930 ganhava as páginas de uma publicação. Muito distante dos projetos assinados pelo Instituto Cayrú, em 1936, ou pelo Instituto Nacional do Livro, em 1937, e mesmo o da década de 1950, a *Enciclopédia* do século XXI referenciada na matéria foi produto, não só do Estado brasileiro, mas da coordenação de um editor espanhol, José Luis Sánchez, e foi caracterizada como a concretização do plano de Mário de Andrade.

Desde 2004, engajado na ideia de lançar a *Enciclopédia*, Luis Sánchez recuperou o anteprojeto de Andrade, tentando manter a ideia original, mas adaptando-o a atualidade, sendo para isso, criado um site, CDs e DVDs. Sobre o site não foi possível localizar o endereço, apesar das buscas pelo título, nome do coordenador da obra e editoras. Mas é certo que a notícia repercutiu em algumas outras páginas virtuais. A iniciativa de Sánchez foi concretizada através da associação entre a Fundação Biblioteca Nacional e as editoras espanholas *Oceano* e *Meritxell Almarza*.

¹⁷Para maiores detalhes ver: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1011200915.htm>. Acesso em 9 mai. 2015.

Apesar de todas essas particularidades, a nova publicação da *Enciclopédia* remontou não apenas aos ensejos do Brasil da década de 1930, mas certo “espírito iluminista” da França do século XVIII que visava dotar a Nação de uma grande obra. Seu organizador, José Luiz Sánchez, explica:

- Eu já havia trabalhado na França e conhecia a Encyclopédie française, um modelo do gênero, assim como já havia colaborado com enciclopédias hispânicas. Parecia estranho que no Brasil não houvesse um livro similar dedicado às questões nacionais - conta Sanchez, doutor em filologia portuguesa e em teoria da tradução, tradutor de Cervantes, Machado de Assis, Lima Barreto, José de Alencar e Clarice Lispector, entre outros. - Aliás, acho que **o Brasil é o único grande país que não possuía uma**¹⁸. (grifos meus)

A observação feita por Sánchez é pertinente. De fato o Brasil não possui uma grande obra. Não tem uma *Enciclopédia Nacional*. Contudo a intenção de se lançar uma publicação desse gênero foi algo sonhado em diferentes momentos históricos do país. O propósito foi sempre o de oferecer à Nação uma obra que fosse a mais completa representação de sua cultura. Com as devidas diferenças que cabem ao Brasil e a França, a edição de livros desse tipo teve uma aproximação profunda com a época republicana, revelando-se assim uma tradição desse período histórico.

Nas palavras de Darnton¹⁹, a *Enciclopédia* francesa foi produto de seu tempo. Originou-se de uma época em que os autores não podiam discutir abertamente questões sociais e políticas. Sendo assim, esta obra tinha um caráter perigoso. O seu elemento radical consistia justamente na tentativa de cartografar o mundo através da razão. Propósito claro do movimento Iluminista, a *Enciclopédia* pretendia ser um “dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios”²⁰. Esse caráter libertário e racional da obra foi alvo de denúncias e perseguições dos mais conservadores, defensores da velha ortodoxia e do Antigo Regime. Contudo, os altos investimentos e os protetores influentes da obra resguardaram a integridade do projeto. Mais do que produções iluministas, tanto a *Enciclopédia* quanto o *Dicionário* franceses podem ser consideradas matrizes de um processo de vulgarização republicana²¹, algo que somente mais tarde foi

¹⁸Vide: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1011200915.htm>. Acesso em 09 mai. 2015.

¹⁹DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio: história da “Enciclopédia”, 1775-1800**. Tradução de Laura Teixeira Motta e Marcia Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁰DARNTON, 1996, p.20.

²¹ORY, Pascal. Le Grand Dictionnaire de Pierre Larousse – Alphabet de la République. In: NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire. La République**. Tome I. France, Gallimard, p.231-279. A citação em destaque foi extraída da seguinte página: ORY, 1984, p.232.

experimentado no Brasil por meio da política de se publicar uma *Enciclopédia brasileira* e um *Dicionário de Língua Nacional*.

No caso brasileiro, a pretensão de universalizar o conhecimento não data da década de 1930. Uma primeira tentativa coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado no século XIX, o instituto surgiu com o propósito de coligir e metodizar as fontes nacionais. No século XX, em razão das comemorações do centenário da independência ocorridas em 1922, o Instituto organizou a publicação de um *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Sobre esta edição, Lúcia Guimarães²² aponta que um primeiro passo havia sido dado quando Rodolfo Garcia imprimiu o *Dicionário de Brasileirismos*. Depois dele, outras ideias surgiram com o propósito de preparar uma obra que fosse uma compilação de dados sobre o Brasil destinada a servir de guia para todos os interessados em conhecer o país²³. Assim, surgiu o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*.

De acordo com Guimarães, a preparação de uma obra desse tipo representou uma iniciativa patriótica dos intelectuais que compunham a comissão organizadora responsável pela edição. Este empreendimento se inseria numa das muitas iniciativas de tratar a nacionalidade brasileira, por meio da qual se pretendia apresentar o Brasil através de uma obra generalizadora que contivesse os conhecimentos básicos a serem dominados. Para estruturar o projeto, os intelectuais do Instituto Histórico foram acionados e separados em comissões especiais com relatores específicos. O cargo de presidente da comissão coube a B.F. Ramiz Galvão, ex-diretor da Biblioteca Nacional. As comissões estiveram assim divididas:

Relator Geral da Secção de História – Professor Basílio de Magalhães;
Relator Geral da Secção de Geographia – Almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira;
Relator Geral da Secção de Ethnographia – Professor Dr. E.Roquette Pinto;
Relator Geral da Secção de Biographia – Professor M.Fleius;
Relatores – Desembargador Antonio Ferreira de Souza; Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires; Dr. Augusto Tavares de Lyra; Dr. Aurelino de Araújo Leal; Dr. Ernesto da Cunha Araujo Viana; Dr. Gastão Ruch; Dr. Laudelino Freire; Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva.
Secretario geral da comissão – Dr. Rodolfo Garcia.
Secretario – Dr. Fernando Nery.²⁴

²²Sobre a história da publicação do Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ver: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. (Col. Memória Social, 1).

²³GUIMARÃES, 2006, p.95.

²⁴Para maiores detalhes ver: **Questionários e modelos para o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, org. pelo IHGB. Imprensa Nacional, 1918. Coleção IHGB.

Os trabalhos começaram em 1917 e a obra contemplaria o período de 1822-1922 com o lançamento previsto para este último ano. Inicialmente a publicação estaria dividida em duas partes: a primeira delas funcionaria como uma espécie de introdução, contendo informações básicas sobre o Brasil, englobando os aspectos físicos, as riquezas naturais e sociais do país. A segunda parte caberia aos municípios conforme a sua localização nos estados e territórios nacional. Para a escrita da obra foram preparados questionários referentes a cada uma das áreas acima destacadas. No fundo do IHGB há disponíveis os questionários utilizados.

Para a seção de História as perguntas giraram em torno do surgimento e formação dos povoados com ênfases em aspectos administrativos e políticos. Algumas questões podem exemplificar esse questionário:

Quem foi que fundou essa localidade e quando? (Não havendo notícia positiva, referir o que constar na tradição)

Qual a categoria que hoje tem – Villa ou cidade? Quando e em que governo foi elevada a qualquer dessas categorias?

É sede de comarca? Desde quando e por que modo obteve esse privilegio?

Deu-se ali algum movimento a favor da Independência Nacional, da Abolição e da República? Como foi que se organizou e com que resultados?²⁵

As perguntas de História eram limitadas diante da riqueza de detalhes com a qual se abordava o questionário de Geografia. As questões dessa área chegam ao número de oitenta e oito e abordam temas ligados à superfície, aos limites territoriais, rios, população/demografia, produção industrial e mineral, monumentos e etc. Para Lucia Guimarães, essa quantidade de questões se deveu à carência de informações atualizadas sobre o Brasil²⁶ e, possivelmente, à pretensão de se elaborar uma cartografia precisa do território nacional.

No que tangia à Etnografia havia quatro linhas de investigação predominantes, dispostas em dezessete perguntas. Os segmentos referiam-se à antropologia física, a cultura local, os vestígios arqueológicos e a respeito da presença indígena.

Diferentemente das outras seções, a de *Biographia* foi composta por apenas duas questões referentes às individualidades notáveis que haviam nascido em qualquer parte do município e quais delas, mesmo não nascendo ali, se notabilizaram na região.

²⁵Ibid., 1918.

²⁶GUIMARÃES, 2006, p.100.

De acordo com Guimarães, todo material de coleta do Instituto Histórico e Geográfico foi editado pela Imprensa Nacional no formato de cadernos. A distribuição ficou a cargo da Presidência da República, mediante a remessa aos governadores, prefeituras, intendências de municípios, juízes, promotores e etc. Recomendava-se que as respostas fossem encaminhadas ao Instituto Histórico, o mais rápido possível. No entanto o retorno do material foi extremamente escasso²⁷. Em razão da carência de dados e sem dispor de tempo, a comissão optou por publicar uma obra denominada “Introdução Geral” contendo monografias completas sobre o Brasil e a respeito de cada um dos estados. O título da obra manteve-se como *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico* e esta foi dividida em capítulos que procuravam apresentar um panorama geral do Brasil, destacando-se seus aspectos geográficos, etnográficos e históricos.

O lançamento do primeiro volume separado em duas partes aconteceu durante os festejos do centenário da Independência em 1922. De maneira geral, a obra oferecia um programa informativo sobre o país nos anos 1920. Na primeira parte, as informações se referiam aos temas da geografia física e humana do Brasil. Já na segunda, os assuntos se reportavam à história geral do Brasil desde a colonização até a proclamação da Independência e desta última até os dias de 1922. Ao final da segunda parte do *Dicionário do Instituto Histórico*, havia um conjunto de biografias dos governantes do país preparadas por Ramiz Galvão. Os ícones brasileiros englobavam os nomes de d. João VI até a princesa Isabel. Havia uma continuidade com os presidentes da República acrescidos de seus feitos e mandatos. Ao fim, o *Dicionário Histórico e Etnográfico* do IHGB funcionou como uma das primeiras iniciativas de publicações destinadas a oferecer um caráter informativo sobre o Brasil, visando a sua coesão nacional.

Nesta linha de publicações que condensavam e metaforizavam o Brasil, a *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro se inseriu como fruto de uma época que investiu na investigação do passado para assegurar o desenvolvimento do projeto político-cultural elaborado ao longo do governo de Getúlio Vargas. A política varguista articulou determinados setores especializados da burocracia estatal e intelectuais, construindo programas de políticas culturais como instrumentos de representação da nacionalidade, que tiveram na leitura e valorização do passado a sua

²⁷No fundo do IHGB constam algumas cartas endereçadas a Max Fleiuss que ilustram a escassez de informações necessárias à publicação do Dicionário do Instituto. Numa delas, a explicação para o fato se deveu a um acidente no qual os caixotes contendo os questionários respondidos caíram em barreiras ao longo das estradas.

principal forma de execução²⁸. Nesse sentido, o investimento na preservação do patrimônio se tornou um plano de ação necessário para uma época em que o Brasil precisava estabelecer seus marcos nacionais, tombá-los e preservá-los. Tendo como pano de fundo a história do projeto editorial da *Enciclopédia Brasileira*, as atenções se voltam, neste capítulo, para o seu surgimento no Instituto Cayrú e sua permanência no Instituto Nacional do Livro. Ao reconstruir esse cenário considera-se a ação do INL nos seus primeiros anos e suas publicações, as complexas relações com o mercado editorial, as disputas intelectuais e as dotações orçamentárias destinadas ao INL e, especificamente, à *Enciclopédia*.

1.2- A gestão Capanema e os programas de preservação do patrimônio cultural, artístico e bibliográfico - Do Instituto Cayrú ao Instituto Nacional do Livro

Fosse outro o ministro e o edifício não seria este. Foram as suas qualidades e, possivelmente, alguns dos seus defeitos que tornaram esta obra exequível.
(Lúcio Costa)

As palavras do arquiteto Lúcio Costa que compõem este pequeno fragmento foram escritas em 3 de outubro de 1945, data em que o golpe de 1930 de Getúlio Vargas completou 15 anos. Nesse mesmo dia, foi inaugurado o edifício que abrigou a sede do Ministério da Educação e Saúde do Brasil (MES) simbolizando a implantação do projeto de “educar e curar” o país, e fundamentalmente, de modernizá-lo²⁹. Neste momento já havia no Brasil uma longa tradição originada no século XIX que associava as ações culturais ao desenvolvimento de instituições oficiais encarregadas das artes, letras e ciências. De acordo com Daryle Williams, Capanema³⁰ pode ser considerado um integrante dessa tradição no sentido de que atuou reforçando os laços entre a cultura e as instituições oficiais. Como já é de amplo conhecimento, Gustavo Capanema iniciou sua carreira política ainda em 1927 em Minas Gerais. Em 1930 apoiou a campanha de Getúlio Vargas, assumindo em 1933 interinamente a Interventoria Federal de Minas. Mais tarde,

²⁸GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

²⁹GOMES, Angela de Castro. O ministro e a sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: **Capanema**: o ministro e o seu ministério. Angela de Castro Gomes (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 13-48.

³⁰Para maiores detalhes ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema. Acesso em 01 fev.2016.

foi demovido do cargo para que Benedito Valadares o ocupasse. Como compensação recebeu a pasta do Ministério da Educação e Saúde ali permanecendo ao longo do Estado Novo e desenvolvendo um projeto político de nacionalização. Com o fim do Estado Novo em 1945 assumiu inúmeros cargos parlamentares obtendo posteriormente o Senado Federal pelo estado de Minas Gerais. Encerrou sua carreira política em 1979. Morreu no Rio de Janeiro, em 1985. Atuando como ministro viabilizou essa perspectiva por meio da administração oficial da política cultural³¹. Não é possível, por exemplo, ignorar a discussão acerca do patrimônio e preservação que se concretizou através da gestão Vargas - Capanema. Neste período, esta discussão se centrou fortemente naquilo que foi classificado como *arquitetura tradicional do período colonial*, ou seja, a representação essencial das origens da nação³².

Desde os anos 1920, os debates em torno da proteção e da conservação de um “patrimônio nacional” norteavam os projetos legislativos³³. Nos anos 1930, mais especificamente, em 1937, as discussões se cristalizaram na criação de alguns órgãos destinados a essa preservação: o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o Instituto Nacional do Livro (INL).

Ao SPHAN coube a responsabilidade pelo “conjunto de bens imóveis existentes no país e cuja conservação seria de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico”³⁴.

Tal como o SPHAN, o INL tinha a incumbência de “cuidar” dos bens escritos brasileiros, isto é, dos livros e das bibliotecas públicas³⁵. Inscritos num projeto particular do programa estatal de Getúlio Vargas e do Ministério da Educação e Saúde, órgão a que ambos estiveram vinculados, as instituições públicas deste momento representavam um forma política que intensificou o valor da cultura e de sua administração.

³¹WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da Cultura. In: **Capanema: o ministro e o seu ministério**. Angela de Castro Gomes (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 251-269.

³²CHUVA, Márcia Regina Romero. Estratégias de construção da Nação: A materialização da História pelo SPHAN. In: **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 43-89.

³³Vide CHUVA, p.54 e ORIÁ, Ricardo. Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Políticas Culturais: teoria e práxis**.

³⁴Para maiores detalhes ver: Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937.

³⁵ORIÁ, Ricardo. Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Políticas Culturais: teoria e práxis**.

No entanto, conforme já foi afirmado, antes mesmo de o INL ser inaugurado, o Instituto Cayrú havia sido criado com o ensejo de salvaguardar o patrimônio bibliográfico e preparar a publicação de uma *Enciclopédia Brasileira*. A estrutura organizacional da instituição previa uma Diretoria Técnico-Administrativa e um Conselho Superior, formada pelo diretor do Cayrú, por três intelectuais, ambos escolhidos pelo presidente da República e pelo ministro da Educação, o comandante da comissão. Tomando como modelos exemplos de publicações estrangeiras, essa comissão intelectual chegou a proposições nacionais. Argumentando a impossibilidade de execução de uma edição que se equiparasse às enciclopédias europeias, a solução cabível seria centrar-se na história do Brasil.

Reconhecendo a impossibilidade de realizar-se no Brasil, por falta de recursos materiais e culturais, uma obra compendie a generalidade de conhecimentos e se revista, ao mesmo tempo, de espírito de indagação científica, sugere a Comissão, como linhas gerais para a *Encyclopedia Brasileira*, os seguintes pontos de partida: I- As monographias e artigos referentes aos assumptos brasileiros ou americanos, tratados com o necessário desenvolvimento, seriam realizados por especialistas e pesquisadores capazes de acesso acentuado de originalidade e de investigação.

(...)

O recurso à compilação, só será tolerado, entretanto, se for verificada a inexistência de estudiosos capazes, de tratar do assumpto com originalidade. Será assegurada, porém, a revisão dos artigos e monographias por especialista, da materia. Julga a comissão preferível o emprego do systema de encyclopedia-diccionario, por ser a apresentação em ordem alfabetica dos assumptos, sem a menor duvida, a forma mais accessivel ao publico medio brasileiro.

Além das características restritas à temática brasileira, a comissão ainda destacou a classificação dos assuntos da *Enciclopédia* nos seguintes grupos: 1) artes technicas; 2) artes liberaes; 3) bellas artes; 4) letras; 5) economia; 6) pedagogia; 7) política; 8) direito; 9) sociologia; 10) historia; 11) geographia; 12) ethnologia; 13)anthropologia; 14) archeologia; 15) ecologia; 16) botanica; 17) mineralogia; 18) geologia; 19) mathematica; 20) physica; 21) chimica; 22) biologia; 23) logica; 24) physicologia; 25) cosmologia; 26) ethica; 27) metaphysica e 28) religião.

Ainda que a justificativa estivesse fundamentada na falta de recursos materiais e culturais do Brasil, o fato é que a *Enciclopédia brasileira* procurava, não só, atender ao projeto político nacionalista de Getúlio Vargas, mas tinha a intenção de dotar o país de uma obra voltada também aos interesses educacionais do período, advogados com a necessidade de se educar a população. Os planos do Instituto Cayrú supracitados datam de 21 de fevereiro de 1936. Dias mais tarde, o religioso Augusto Magne também

endereçou ao Ministro suas considerações sobre a língua que poderiam incrementar os planos para o *Dicionário* e para a *Enciclopédia*:

Dois problemas – ambos poderosos, ambos de solução difícil, ambos, por isso mesmo, objectos de suas discussões entre os que se dedicam à ciência; árdua e complexa; da pedagogia – levanta o ensino das línguas vivas nos institutos secundários de educação: o primeiro respeita a finalidade desde ensino; refere-se o segundo à sua metodologia.

(...) à finalidade do ensino das línguas vivas – ponto de vista utilitário, ponto de vista preservação humanística global – tese em que, forçosamente, não de divergir, assim na importância, como nas aplicações práticas, por isso que são divergentes os ângulos visuais. (sublinhados do autor)

As palavras de Magne podem sugerir muitas questões. Uma delas é a da proximidade do discurso de Capanema com o universo católico, uma vez que Magne³⁶ foi um importante padre da época e um especialista em etimologia e filologia. Foi atuante no Cayrú e no INL até a década de 1970 quando faleceu. Além disso, apontam para o fato de que para se atingir a civilidade era necessário a educação e o aprendizado das línguas. Vem justamente daí a importância da publicação de obras do peso da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário*.

Também sobre essa associação Enciclopédia-educação³⁷, a carta de Mário de Brito³⁸, presidente da Associação Brasileira de Educação é reveladora:

Excelentíssimo Senhor Doutor Gustavo Capanema
Ministro da Educação e Saúde Pública

Entre as muitas iniciativas determinadas por Vossa Excelência, cujas realizações constituirão incontestáveis serviços prestados à cultura nacional, figura uma de especial interesse: a criação do Instituto Cairú, destinado a elaborar uma enciclopédia nacional e a constituir um centro permanente de estudo dos assuntos referentes às origens e desenvolvimento da civilização brasileira.

No intuito de concorrer de algum modo para realização desse objetivo, o Departamento do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação tem a honra de apresentar, em anexo, a Vossa Excelência as sugestões da comissão designada pelo Conselho Diretor para estudar o assunto.

Prevaleço-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os testemunhos de elevado apreço e distinta consideração.

Mário de Brito.

³⁶Para maiores informações, vide quadro prosopográfico dos intelectuais do INL no apêndice B.

³⁷Há uma discussão que aproxima o debate de criação do Instituto Nacional do Livro e o Plano Nacional de Educação previsto na Constituição de 1934. Sobre isso ver: SILVA, 1992, p.32. Além da dissertação, há o trabalho de Angela de Castro Gomes sobre a criação das instituições pelo Estado Novo brasileiro e português com vistas a cuidar da produção do livro e da leitura. Ver: GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Argumentum, 2009.

³⁸Sobre Mário de Brito nenhuma outra informação foi localizada além de seu pertencimento a Associação Brasileira de Educação. Foram realizadas duas visitas aos arquivos da Instituição, mas nada foi localizado.

A presença ativa e participativa do presidente da Associação Brasileira de Educação é um indicativo de que o Instituto Nacional do Livro foi criado também para auxiliar na concretização do Plano de Educação proposto pelo governo Vargas. Como aponta Mário de Brito, cabia ao Instituto Cayrú a publicação sucessiva dos volumes da *Enciclopédia Brasileira*, além de centralizar os estudos e a documentação necessária para essas futuras edições. Curiosamente, o plano inicial deste Instituto era compor a enciclopédia no formato de um dicionário, podendo ser interpretado de duas maneiras: que os artigos fossem classificados por ordem alfabética ou que a enciclopédia pudesse ser um repositório de assuntos referentes à geografia, à história, às ciências, às artes e que constituísse um dicionário da língua. De acordo com a documentação disponível, a *Enciclopédia Brasileira* deveria ser uma obra feita: “nos moldes da *Encyclopedia Britannica*, ou nos moldes do *Grand Dictionnaire Larousse*” e que fosse uma obra de valor “histórico e científico, no mesmo tempo que lexicográfico”³⁹.

Contudo os planejamentos da obra, além de grandiosos, inspiravam cuidados. Inicialmente havia algumas preocupações quanto à publicação sucessiva de edições e certa desatualização que essas versões poderiam incorrer. No conjunto dessas inquietações esteve a que se referiu ao volume de verbas e a organização do empreendimento assumido pelo Instituto Cayrú. No entanto mesmo diante de aspectos de foro prático e financeiro, mais uma vez, tem-se como objetivo principal a questão nacional. Esta provocou discussões em torno da enciclopédia e orientou a sua permanência no Instituto Nacional do Livro. Se for verdade que o debate sobre a cultura nacional movimentou a intelectualidade brasileira⁴⁰ desde o século XIX, nos anos 30 ele se tornou uma política de Estado. Sendo assim, afirmava-se, em 1936, que a finalidade da *Enciclopédia Brasileira* era a:

(...) de suprir as deficiências apresentadas pelas enciclopédias e obras gerais estrangeiras em assuntos que interess[ass]em de perto ao homem culto e ao trabalhador intelectual brasileiro. Portanto, ei no momento o instituto concentrar seus esforços na organização de um léxico brasileiro (que poderá obedecer aos moldes do Webster's New International Dictionary) e de um dicionário de geografia, de história, de etnografia, de biografia, de bibliografia do Brasil, poder-se-á realizar, em tempo relativamente curto, uma obra que virá preencher a lacuna tão profundamente sentida por todos os intelectuais brasileiros.

³⁹Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV.

⁴⁰Acerca das discussões nacionais que orientaram a intelectualidade do Instituto Nacional do Livro, ver: CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. O Instituto Nacional do Livro e os Modernistas: Questões para a História da Educação Brasileira. **Cadernos de História da Educação** – v.11, n.2 – jul./dez.2012, pp.543-557.

No mesmo texto em que discutiam como proceder com a *Enciclopédia Brasileira*, as principais sugestões apresentadas propunham a execução do plano da seguinte maneira:

- (a) permitir, com o mesmo dispêndio e em tempo mais curto, a realização de uma obra de alto valor cultural;
- (b) fornecer, dentro do prazo relativamente breve, volumes de preço muito mais acessível, os quais, combinados com as grandes enciclopédias estrangeiras, formarão um conjunto onde o homem culto brasileiro encontrará uma resposta às indagações de seu espírito e um elemento de trabalho e de pesquisa;
- (c) fornecer uma base necessária à organização de uma enciclopédia brasileira, que, com esses elementos e quando se dispuser dos recursos necessários, poderá assumir um caráter realmente satisfatório e uma cultura superior;
- (d) fornecer uma fonte de documentação que seria consultada e aproveitada na elaboração de futuras edições das enciclopédias estrangeiras, e que viria concorrer para melhor divulgação mundial dos assuntos nacionais.

Foi com esse programa de edição que o Instituto Cayrú se instalou, em janeiro de 1937, na Biblioteca Nacional⁴¹. Entretanto ainda nesse mesmo ano, outra importante modificação ocorreu. Passou-se do Instituto Cayrú ao Instituto Nacional do Livro (INL), mantendo-se, neste último, o mesmo plano de edição da *Enciclopédia brasileira*, porém com atribuições ampliadas.

Quando da criação do INL, algumas medidas foram tomadas a propósito de suas funções. Continuando a atender os pressupostos do Plano Nacional de Educação que estavam previstos na Constituição desde 1934, ao Instituto Nacional do Livro coube a incumbência de cuidar da educação extracurricular. O texto da Constituição definia que era competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, “compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução, em todo o país”⁴². Dito em outras palavras, o Instituto Cayrú, depois expandido em Instituto Nacional do Livro foi criado para atender as demandas da Plano Nacional de Educação que estavam em voga com as políticas públicas do período Vargas-Capanema.

Tal qual previa a lei, essa modalidade de educação deveria ser ministrada pelos poderes públicos, pela família e por instituições privadas. Destacava-se a importância de publicações originais de livros, revistas ou jornais e o estabelecimento de bibliotecas

⁴¹Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 32, documento intitulado Plano para o Instituto Cayrú.

⁴²Para maiores detalhes ver: CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação de 1936-1937. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 396-424, jul./dez. 2015.

permanentes e circulantes. Além disso, previa também a instalação de cursos de biblioteconomia⁴³ e de remessas regulares e gratuitas de publicações culturais. Nesse sentido, as justificativas para a implantação do Instituto Nacional do Livro apoiavam-se num duplo objetivo: desenvolver a educação extracurricular e editar a *Enciclopédia Brasileira*⁴⁴. Havia no projeto proposto por Capanema uma proposta de utilização controlada do *livro* que se tornava evidente através do seguinte trecho que compõe a exposição de motivos da fundação do INL:

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. (...) É, portanto, dever do Estado proteger o livro (...) vigilando no sentido de que ele seja (...) sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas (...). Para tais objetivos, seria conveniente a criação do INL (...).

Junto com a exposição de motivos o decreto-lei de fundação do Instituto Nacional do Livro⁴⁵ deixa mais claro suas frentes de ação:

Art 1º O Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do Livro.
Parágrafo Único. O Instituto Nacional do Livro terá a sede de seus trabalhos no edifício da Biblioteca Nacional;
Art.2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro:
a) **organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional, revelando-se as sucessivas edições;**
b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
c) promover medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
d) incentivar a organização e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional.
Art.3º O Instituto Nacional do Livro será superintendido por um diretor nomeado em comissão, com os vencimentos equivalentes ao padrão N.
Art.4º O Instituto Nacional do Livro terá, além dos serviços gerais da administração, três seções técnicas e um conselho de orientação.
Art.5º **As três seções técnicas se denominarão Seção de Enciclopédia e do Dicionário, Seção de Publicações e Seção das Bibliotecas,** cabendo à primeira as funções da letra a, à segunda as funções das letras b e c e à terceira as funções da letra d, do art. 2º deste decreto-lei.
1ª Cada secção será dirigida por um chefe.
2ª Os chefes de secção bem, como todo o pessoal do instituto nacional do livro será admitido na forma do decreto n.871 de 1 junho de 1936.
Art.6º **Ao Conselho de Orientação caberá elaborar o plano de organização da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário de Língua**

⁴³A respeito das bibliotecas públicas e da instalação do curso de Biblioteconomia surgidas no país a partir da criação do Instituto Nacional do Livro e também das políticas públicas de promoção da leitura ver além de (SILVA, 1992) os seguintes trabalhos: ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio:** biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002; BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246 e FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. **Revista de Ciência da Informação**, v.1, n.2, 1972, p.91-98.

⁴⁴Para maiores detalhes ver: SILVA, 1992, p.32.

⁴⁵Ver também OITICICA, 1997.

Nacional, bem como dar parecer sobre as medidas que devem ser tomadas para que os objetivos do instituto nacional do livro sejam alcançados.

1º O Conselho de Orientação será composto de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República.

2º A função de membro do Conselho de Orientação será gratuita e constituirá serviço público relevante.

3º O Conselho de Orientação funcionará na sede do Instituto Nacional do Livro.

4º Tomará parte nas discussões do Conselho de Orientação o diretor do Instituto Nacional do Livro e o chefe da Secção da Enciclopédia e do Dicionário.

Art.6º As publicações do Instituto nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a ele filiadas, mas se colocaram à venda em todo país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo.

Art.7º O Poder Executivo baixará o regulamento do instituto Nacional do Livro.

Art.8º Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1938, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116º aniversário da independência e 49º da República.

Getúlio Vargas.

Gustavo Capanema. (grifos meus)

Nas anotações feitas por Gustavo Capanema, percebe-se que após a delimitação de funções do INL, o ministro também esboçou o nome dos escolhidos para os cargos na instituição.

Para o cargo de diretor, o eleito foi o gaúcho Augusto Meyer. A escolha de Meyer para ocupar esta função, em 1937, se justifica em razão de sua intensa atividade à frente de bibliotecas. Entre os anos de 1930-1936, Augusto Meyer foi diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e com a ascensão de Vargas ao poder, veio para a capital federal junto com o grupo dos intelectuais gaúchos⁴⁶. Segundo indicam alguns autores⁴⁷, o convite para que Augusto Meyer assumisse a direção do Instituto Nacional do Livro partiu do ministro Capanema, possivelmente pelo fato dele já ser, neste momento, um nome consagrado na literatura, sobretudo, a modernista.

Entre outros nomes de pessoas convidadas a compor os quadros do INL, destacavam-se os de Liberato Soares Pinto⁴⁸; Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade.

⁴⁶Sobre a presença dos intelectuais gaúchos na cidade do Rio de Janeiro quando da ascensão de Vargas ao poder presidencial, ver: GERTZ, René E. Intelectuais e o Estado Novo Brasileiro (1937-1945). **História: Debates e Tendências** – v.13, n.1, jan/jun. 2013, p. 19-32. De acordo com Suely Braga, o convite feito a Meyer para a direção do Instituto partiu do ministro Gustavo Capanema. (SILVA, 1992, p.46).

⁴⁷SILVA, 1992, p.46.

⁴⁸http://www.siarq.unicamp.br/sbh/biografia_13.html. Acesso em 12 abr.2015.

A chegada de Sérgio Buarque ao Instituto do Livro, segundo indicam as narrativas sobre sua trajetória, teria sido motivada pela extinção da Universidade do Distrito Federal em 1939 e por um convite feito nesse mesmo ano pelo diretor do órgão. Quanto a Liberato, há um silenciamento sobre sua biografia. No entanto há algumas aproximações de sua produção literária com as de Augusto Meyer, o que nos leva a crer que eles foram próximos neste período. No que tange a Mário de Andrade a vinda para capital se dera em virtude de problemas políticos no Departamento de Cultura de São Paulo. A função atribuída ao poeta seria, justamente, a de cuidar do anteprojeto da *Enciclopédia Brasileira*⁴⁹.

Apesar das atribuições expandidas, o Instituto Nacional do Livro em seu período inicial sofreu dificuldades de implantação, de nomeação e de publicação de livros. Até a década de 1940, o órgão teve suas atividades reduzidas devido à demora na instalação das seções. Outra justificativa defendida por pesquisadores para o retardamento nas atividades se deve a ação da Polícia Política no conhecimento e controle do Instituto Nacional do Livro. Em 1938, o Serviço de Divulgação da Chefatura de Polícia elaborou um relatório sobre a questão da indústria do livro visando possibilitar a “coordenação de todos os elementos informativos de ordem intelectual sobre os assuntos de interesse para a Polícia Preventiva, na defesa do regime e do governo⁵⁰”. O interesse por assuntos ligados ao livro esteve justificado na afirmativa de que os problemas brasileiros não se resolveriam apenas com instrução, transporte e saneamento, mas com medidas mais urgentes e mais radicais para com a indústria do livro⁵¹. Nesse mesmo relatório as considerações a respeito do INL não eram animadoras. O órgão de polícia afirmava taxativamente a inutilidade da Instituição no quesito barateamento do custo do livro, algo que apenas mediante um aparelhamento burocrático e uma organização industrial com máquinas modernas seria viável.

Além disso, somava-se a essas discussões, a questão da produção do papel que incidia diretamente sobre os interesses do INL e das suas primeiras publicações⁵². No conjunto de correspondências do fundo documental de Gustavo Capanema do Centro de Pesquisas e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas pode-se mapear a

⁴⁹Este aspecto será detalhado no segundo capítulo desta dissertação.

⁵⁰Rio de Janeiro, DF. Polícia Civil. Serviço de Inquéritos Políticos Sociais. **O SIPS e suas finalidades**. Rio de Janeiro, 1940, p. XI e XII.

⁵¹SILVA, 1992, p.49.

⁵²SILVA, 1992, p.48-49.

extensão do debate acerca da produção de papel no Brasil que vinha em curso desde o início dos anos 30.

Em 1934, havia sido registrado na Diretoria de Rendas Aduaneiras um relatório encaminhado por Monteiro Lobato sobre a questão do “Papel para Livros”. Lobato remetia-se a lei⁵³ sobre a isenção de taxas de importação para a impressão de jornais e revistas, da qual tinham sido excluídos os livros. O documento afirmava⁵⁴,

Pelo memorial anexo ao Snr. Monteiro Lobato pleiteia a extensão aos livros dos favores de que gosam os jornais e revistas, quanto a importação do papel destinado as respectivas edições.

Segundo o memorial, a justificação dessa concessão reside no fato de constituírem o jornal e as revistas instrumentos de cultura. Entretanto, embora seja o livro o primacial instrumento de cultura, foi ele inexplicavelmente excluído do benefício da isenção, com evidente dano para a cultura do nosso povo.

Diz que a alegação de que a indústria nacional produz papel comum para a impressão, fundamento do ato denegatório da isenção para o livro, não deve prevalecer, de que vez que o papel aqui produzido não passa de pasta de papel importado que as máquinas dos fabricantes nacionais apenas reduzem a folhas⁵⁵.

Para Lobato a extensão da concessão de isenção ao livro poderia torná-lo mais barato sem prejuízo dos produtores de papel. Em anexo seguia a relação das indústrias brasileiras de produção de papel e a quantidade produzida por cada uma delas.

O relatório foi encaminhado a Francisco Campos na expectativa de que o Estado “solucionasse” o impasse papeleiro. Cerca de dois anos depois, em 1936, a questão ainda persistia e tinha sido agravada a ponto de mobilizar Evaristo Bianchini da Companhia Melhoramentos de São Paulo, editora e fábrica de papel, a também escrever para o ministro. Pelo conteúdo da carta percebe-se que não apenas a Cia. Melhoramentos clamava pelo barateamento das importações, mas o próprio Conselho de editores do período também o fazia, indício claro de que a situação neste momento era cada vez mais preocupante⁵⁶. As palavras usadas por Bianchini denunciavam a

⁵³Vide: Decreto n.24.023 de 21 de março de 1934.

⁵⁴A respeito dessa discussão sobre o mercado editorial e a produção de papel no Brasil ver: SERRANO, Gisella Amorim; PEREIRA, Mateus Henrique. “Papel para livros”: encruzilhadas e futuros passados do mercado editorial brasileiro nos anos 1930-1940. In: **XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 2007, p.1-12. Na continuidade das análises sobre o mercado editorial durante o Estado Novo há outra indicação: SERRANO, Gisella de Amorim. **Caravelas de Papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)**. (Tese), Belo Horizonte, UFMG, 2009.

⁵⁵Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV.

⁵⁶Mesmo diante das dificuldades com relação a elevada taxa cambial para a importação de papel para a impressão de livros, Sérgio Miceli demonstra ter havido um surto editorial na década de 1930 marcado pelo estabelecimento de editoras, por fusões e incorporações nesse ramo de atividades, além de

situação da produção de papel e, ao mesmo tempo, apontavam para a solução: a redução das importações e não barateamento do papel para a impressão de livros.

Os próprios órgãos da administração não desconhecem que a nossa indústria papelreira já alcançou alto grau de desenvolvimento, que se traduz por uma produção crescente, a ponto de não só abastecer os mercados internos, em quantidade e qualidade, como poder superar essas necessidades.

(...)

Por fim é de máxima importância considerar que, entre as causas que determinaram a fundação do Conselho, sobrelava precisamente a da queda constante dos saldos da balança comercial. E ultimamente, em comentário de importante órgão de imprensa, se fazia notar que este saldo continua reduzido, não por diminuição da exportação, mas em consequência do aumento crescente das importações. Assim, a medida pleiteada da isenção do papel para livros seria mais uma causa de agravação para o mal que tem determinado a situação desvantajosa de nossa balança comercial. E isto sem se alcançar a balança comercial o objetivo de entregar o livro ao leitor por preço mais reduzido⁵⁷.

A solicitação feita por Bianchini e outras foram recusadas pelo governo. O problema do papel e da impressão de livros não foi sanado com a fundação do Instituto Nacional do Livro em dezembro de 1937, ainda que o órgão tivesse sido criado com a função de “cuidar” de assuntos congêneres. Um caso particular que exemplifica a complicada atuação do INL nesse meio é o ofício preparado pelo então diretor do órgão, Augusto Meyer, no qual elucida os impasses referentes às demandas da indústria de papel no Brasil desse momento⁵⁸. Dizia Meyer,

Nesse propósito, a diretoria do Instituto promoveu reuniões de interessados para o debate das referidas questões convidando a que, por sua iniciativa, realizou o Conselho Federal de Comércio Exterior. Os debates resultantes dessas reuniões de inquéritos que igualmente promoveu o INL entre editores e industriais de papel tiveram a vantagem de facilitar o exame do assunto sob diversos ângulos, posto que, como era de se esperar, não conduziu para uma conclusão imediata. As respostas aos questionários enviados por este Instituto, em colaboração com os representantes do Conselho Federal de Comércio Exterior, a editores e fabricantes de papel, virão ao extremo ao tratarem, por exemplo, da proporção em que (?) do papel entra no custo total do livro, ainda que se tenha em conta a alegação justa feita por certos editores, de que não é possível fazer-se nesse sentido uma

investimentos em programas editoriais. Somem-se a essas novas frentes de ação, o fato de que a crise econômica internacional deflagrada em 1929 dificultou o comércio importador de livros, influenciando assim no desenvolvimento editorial do país. Partindo desses pontos, compreendem-se os reclames pela produção de papel nacional e também a isenção de impostos solicitada por alguns editores. MICELI, Sérgio. A expansão do mercado do livro e a gênese de um grupo de romancistas profissionais. In: _____, **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia Brasileira, 2001, p.141-194. Além de Miceli, ver: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1985.

⁵⁷Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV.

⁵⁸AMORIM, op.cit., p.4.

percentagem uniforme, já que é necessário ter em vista o tamanho dos livros e o das tiragens⁵⁹.

Apenas a partir de 1940 a situação começou a apresentar indícios de se solucionar. Neste período foi criada, no Rio de Janeiro, a Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais⁶⁰, cujo principal ponto de discussão foi exatamente a alta dos preços do papel no mercado. Um ano depois de fundada, a Associação foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como sindicato. Com isso, a entidade foi rebatizada com o nome de *Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais*. A presidência foi concedida a Themistocles Marcondes Ferreira, irmão de Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editora Nacional, casa editorial na qual o próprio Themistocles era um dos principais acionistas⁶¹. Cerca de cinco anos depois, em 1946 o sindicato obtinha a primeira vitória nas discussões que tangiam à importação de papel para a edição de livros, pois a Constituição de 1946 concedeu isenção tributária ao livro, permitindo, não só a importação de papel como também a de equipamentos gráficos para impressão.

Não é difícil localizar nos relatórios a respeito das atividades do Instituto Nacional do Livro que, apenas a partir de 1940, as atividades da instituição começaram a ser desenvolvidas. Coincidentemente é a mesma data em que a Chefatura de Polícia Política encerrou o trabalho de controle de informação junto ao INL. A partir de então, este órgão passou a se dedicar majoritariamente à divulgação de propagandas e de controle daqueles que podiam “ameaçar” a estabilidade do regime⁶². Nas entrelinhas dessas questões, o que está em curso é a disputa pela leitura e pela produção de livros. O que aqui existe são diversos grupos vinculados aos interesses de edição de livros.

Diante do novo quadro que se instalou a partir de 1940 e a fim de concretizar os objetivos traçados no Decreto-Lei de sua criação, as atividades implantadas pelo Instituto foram distribuídas em três seções: a de Publicações, a das Bibliotecas e a da *Enciclopédia e Dicionário*.

⁵⁹Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV.

⁶⁰Disponível em: <http://www.snel.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 10 mai.2015.

⁶¹BEDA, Ephraim de Figueredo. **Octalles Marcondes Ferreira: Formação e Atuação do editor.** (Dissertação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

⁶²Sobre a ação da Chefatura de Polícia é preciso fazer mais algumas observações. Causa estranheza a vigilância constante sobre o INL, uma vez que este fora criado pelo presidente da República e um de seus principais ministros, Gustavo Capanema. Contudo, não há como omitir a existência dos relatórios e as dificuldades iniciais de funcionamento do Instituto do Livro.

1.3- A seção de Publicações do INL

A finalidade de editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que fossem de grande interesse para a cultura nacional e atuar na promoção de medidas para aumentar, baratear e melhorar a edição de livros nacionais e estrangeiros no país foram atribuições da Seção de Publicações do INL. Para primeiro chefe desta seção foi nomeado Sérgio Buarque de Holanda.

Como se viu, anteriormente, a grande dificuldade do Instituto Nacional do Livro esteve centrada na promoção da melhoria e no barateamento do livro. Baseando-se em relatórios dos diretores do órgão, como os de Américo Facó, por exemplo, percebe-se que no exercício de 1944 as questões relativas a essa questão excediam a alçada do INL e que competia a outros órgãos a busca de soluções⁶³. Américo Facó salienta que, embora o INL colaborasse na busca de soluções para o problema do livro, promovendo contatos com editores e livreiros, esta instituição optou por agir prioritariamente por meio da publicação, a preços razoáveis, de obras consideradas expressivas da literatura brasileira. Para este fim, foi criada, por exemplo, em 1943, a *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*.

Desde 1939 já havia no INL a pretensão de criar coleções de livros. No fundo Gustavo Capanema, há uma documentação que demonstra a inclinação de Sérgio Buarque de Holanda para o lançamento de uma coleção popular, que seria denominada de *Biblioteca Brasileira*. O intuito desta coleção seria o de levar à população obras de qualidade a preços baixos, resguardando a qualidade da impressão. O critério de inserção na coleção seria a raridade da obra, privilegiando-se com isso obras clássicas sobre o Brasil, sua história, sua geografia e sua vida social no passado.

Assim, o INL atuou no sentido de criar coleções que suprissem a carência de obras sobre o país. Até 1945 foram criadas, além da *Biblioteca Popular Brasileira*, as seguintes coleções⁶⁴:

⁶³Para maiores detalhes ver: Fundo GC/CPDOC. SILVA, 1992, p.52-53 e HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1985, p.313.

⁶⁴Além das coleções citadas, há de se fazer menção a outras três publicações importantes deste período organizadas por editoras privadas: a *Coleção Brasileira* da Cia. Editora Nacional, a *Coleção Documentos Brasileiros* organizada pela José Olympio e a *Biblioteca Histórica Brasileira* da editora Martins Fontes. Lançadas respectivamente nos anos de 1931, 1936 e 1941 essas coleções, assim como a *Enciclopédia Brasileira*, foram frutos de uma época em que o intuito era publicar obras sobre o Brasil consideradas de valor histórico e literário. Para mais detalhes ver: HALLEWELL, 1985, p.414. Detalhes sobre as coleções do INL em: SILVA, 1992. Sobre coleções ver também: FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras**: A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em

Coleção Obras Raras – Publicidade de obras raras de difícil acesso por causa do elevado custo ou da raridade;

Coleção de Obras Completas dos Grandes Autores Brasileiros – previa a publicação de obras de autores canonizados;

Coleção Estudante – previa a edição de obras auxiliares aos estudantes. Esta coleção teve apenas três títulos, um em 1945 e dois em 1947 quando foi suspensa.

Bibliografia Brasileira – guia de controle da produção editorial do país.

Bibliografias Especiais – Espécie de compilação de textos de autores consagrados ou sobre determinado assunto, como por exemplo, a *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*, escrito por Hélio Viana, e editado em 1945.

Biblioteconomia – que visava atender às necessidades de informação na área da organização das bibliotecas. Publicava obras indicadas pela Seção de Bibliotecas com a finalidade de oferecer obras técnicas colocando à disposição dos profissionais um material fundamental neste momento de definição do campo de atuação.

Embora a programação de publicações tenha sido bastante vasta de 1938 a 1945, houve demora no planejamento e nas publicações e muitos dos títulos previstos para o ano de 1945 somente foram lançados entre 1946-1954⁶⁵.

Para finalizar, é preciso ainda salientar outra atribuição da Seção de Publicações. Além da publicação de livros, foram lançados levantamentos sobre museus, instituições de ensino e associações culturais. Houve a organização de exposições patrocinadas pelo INL e coordenadas por esta seção. Foram exemplos destas exposições, a realizada sobre o centenário de Machado de Assis que teve a participação ativa de Augusto Magne, especialista no autor, e outra sobre o Estado Novo.

História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006; DUTRA, Eliana de Freitas. A nação de livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliana*. **Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX.** Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (org.). São Paulo: Annablume, 2006, p.299-314.

⁶⁵Vide: CATÁLOGO das publicações do INL. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.1, n.1/2, jun.1956.

1.4- “Imaginando o paraíso como uma biblioteca⁶⁶”: O INL e a gestão de Bibliotecas públicas

O principal objetivo da Seção de Bibliotecas era o de incentivar a organizar e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Esta seção teve a coordenação do diretor Augusto Meyer. No âmbito das bibliotecas a atuação do INL se pautou no incentivo via doação de obras e prestação de assistência técnica. As obras doadas eram impressas pelo próprio instituto ou adquiridas junto ao mercado livreiro. A assistência técnica consistiu na publicação de obras de biblioteconomia⁶⁷ visando suprir as carências da formação de profissionais dessa área.

Os dados acerca das bibliotecas públicas brasileiras são escassos. De acordo com os números fornecidos pelo relatório do INL de 1945, afirma-se a existência de 2.088 bibliotecas até a data de 1938. Nesse mesmo ano foi emitido e enviado pelo INL um questionário indagando sobre as condições de acervo, instalações, recursos financeiros e humanos e solicitando outras informações que subsidiassem a ação futura do instituto junto às bibliotecas. Conforme o relatório houve um retorno de 10% das bibliotecas. Diante disso, o INL repetiu o relatório e na medida das respostas o órgão foi montando o registro das bibliotecas. Mais tarde, o INL se reportou aos prefeitos com uma “sugestão de decreto regulando o funcionamento das bibliotecas municipais”, recomendando localização física, constituição do acervo, cargos e competências das chefias. Contudo apesar de ideias voltadas para a formação de projetos de leis, o registro de bibliotecas para a doação de obras acabou por ser a principal atividade do INL.

Diante da carência de informações sobre o funcionamento e as necessidades das bibliotecas brasileiras, Meyer formulou inicialmente um projeto de criação de bibliotecas populares no Rio de Janeiro, servindo de base para as ações futuras do INL⁶⁸. No entanto até a data de 1945 não há nenhum relatório de atividades do projeto, o que nos indica o seu insucesso.

⁶⁶A expressão deste subtítulo alude a famosa frase de Jorge Luíz Borges: “sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de biblioteca”.

⁶⁷De acordo do Suely Braga, nesse período houve um incentivo de publicações na área de Biblioteconomia, pois nestes anos, estava ocorrendo a consolidação e estruturação dos seus primeiros cursos. Ver: SILVA, 1992, p.70.

⁶⁸A principal intenção de Augusto Meyer residiu na tentativa de se criar no INL uma rede de bibliotecas tal como postulava as iniciativas de Paul Otlet em fins do século XIX e que, posteriormente, serviram de base para a estruturação das bibliotecas ao redor do mundo. Além disso, desde 1938 defende-se a ideia de uma enciclopédia universal que conteria a memória planetária completa para toda a humanidade. Para maiores informações ver: CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.2-16, jan./abr. 2008.

Paralelamente ao projeto das bibliotecas populares, outro de caráter nacional foi criado. Este teve inspiração nas bibliotecas argentinas e no sistema de difusão cultural. Esse sistema consistia no fornecimento de livros por uma Comissão Protetora de Bibliotecas Populares e esteve respaldado na lei promulgada por Sarmiento em 1870. O modelo elaborado por Meyer deveria funcionar como uma espécie de *rede de bibliotecas* no Brasil, da qual as obras partiriam dos centros principais irradiando para as outras áreas. Mesmo com tantos projetos a ideia não vingou e a ação do Instituto permaneceu apenas, como se afirmou, no registro de bibliotecas.

Houve uma classificação adotada por Meyer para a categorização das bibliotecas. Esta era definida pela possibilidade de acesso dos usuários. Assim foram utilizados os seguintes termos: *Bibliotecas públicas e franqueadas* que permitiam o livre acesso aos usuários e, não obrigatoriamente, uma vinculação aos poderes públicos; as que tinham restrição de acesso eram denominadas de *privativas*; as *particulares* eram definidas exclusivamente por se caracterizarem como bibliotecas pessoais e havia ainda as bibliotecas *populares*, isto é, destinadas a toda população.

1.5 A Seção da *Enciclopédia*

De acordo com Hallewell, a *Enciclopédia brasileira* foi a máxima representação de nacionalidade pretendida pela ditadura varguista.

Vargas, fazendo-se ditador, decidiu evidenciar a necessária e paternal preocupação com a cultura de seu país. Inspirado na magnífica enciclopédia italiana Treccani então recentemente completada no governo de Mussolini, e que já levava a empreendimento semelhante no Portugal de Salazar, Vargas sonhou com uma enciclopédia e dicionário nacional semelhantes para o Brasil. Contudo, a tarefa foi planejada em escala por demais ambiciosa e jamais adequadamente provida de recursos, permanecendo inacabada após 40 anos⁶⁹.

Essa dupla associação entre Itália e Brasil fica evidente por meio de um documento existente no fundo documental de Capanema. Lá foi possível localizar um manuscrito de um possível acordo entre a *Enciclopédia Italiana* e o que viria a ser a *Brasileira* e que registrava:

(...) Tratando-se porem de uma obra destinada a servir permanentemente a cultura de um povo e mostrar ao mundo a grande civilidade de uma Nação.
(...) Um acordo com a Enciclopédia Italiana – para a publicação da especial Enciclopédia Brasileira. A Enciclopédia Italiana interessa-lhe pelo

⁶⁹HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1985, p.313.

maquinário e para organização técnica, e a *Enciclopédia Brasileira*, com tal acordo, merece uma organização especial.⁷⁰

Este manuscrito encontra-se atualmente microfilmado e foi assinado por “Francye Bianco”⁷¹, personagem sobre o qual não se dispõe de informações. No entanto numa das páginas do documento, o autor menciona que a *Enciclopédia Brasileira* seguiria o modelo italiano tanto no que se refere à organização técnica destinada a solucionar as questões tipográficas e editoriais; quanto à cultural que englobava a literatura, a história e a vinculação ao centro de estudos localizado em Roma; e por fim, à financeira que esteve atrelada a criação de um fundo necessário que financiasse a publicação.

O caso da *Enciclopédia Brasileira* não foi isolado, mas permitiu diálogos diretos com os países europeus, os quais mais do que exercer influências, foram modelos inspiradores reapropriados pelo Estado Brasileiro. Esse contato com o exterior fez parte de um planejamento de Capanema para promover a imagem do Brasil. E, não só, por meio da *Enciclopédia*. Além de se elaborar uma obra que constituísse a mais completa representação da nacionalidade, o Ministério da Educação e Saúde tinha a preocupação de “exportar o Brasil” por meio da permuta de livros e exposições em outros países. Com isso, o Escritório Geral de Informações sobre o Brasil instalado em Buenos Aires esteve atento às obras que deveriam circular no estrangeiro e, por isso, pedia a revisão de dois livros que constavam no programa de traduções para o castelhano feitas pelo Club del Libro A.L.A: *Viagem Maravilhosa* de Graça Aranha e *A Marquesa de Santos* de Paulo Setúbal. O problema era a obra de Setúbal que, segundo o representante, não possuía qualidades literárias que justificassem a sua inclusão no programa de propaganda. De todo modo, entre os anos de 1938-1945 foram doados e vendidos cerca de doze mil volumes para países como Estados Unidos, Argentina, Peru, Uruguai, México, Chile e Paraguai incluindo autores como José de Alencar, Mário de Andrade, Graça Aranha, Roquete Pinto e Oliveira Viana, por exemplo.

Se o intercâmbio livresco foi satisfatório, os planos da *Enciclopédia* não tiveram a mesma sorte.

Mário de Andrade, primeiro consultor técnico da obra, fora transferido para a capital federal por problemas políticos em São Paulo. Porém, ao chegar ao Rio, Mário

⁷⁰Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV. Tradução livre.

⁷¹Sobre este nome não há certeza porque o documento encontra-se danificado. O que aqui há exposto é uma aproximação.

não apenas enfrentou dificuldades de adaptação na nova cidade, mas também sofreu com o desafio de projetar uma obra que contivesse a mais fiel representação do Brasil. O projeto da *Enciclopédia* acalentado pelo intelectual acabou não saindo do papel, embora não tenham faltado verbas consignadas especificamente para este fim.

1.6 Os “negócios” do livro: as verbas para o INL e para a publicação da *Enciclopédia*

No ano de 1940, visando o exercício de 1941, o Instituto Nacional do Livro encaminhou um pedido de dotação ao Ministério da Educação e Saúde no valor de 5:000\$000 mil réis para a despesa com a assinatura de jornais, revistas e recortes de jornal. No mesmo ano, o Instituto fez outra solicitação, desta vez, na quantia de 500:000\$000 mil réis para gastos com publicações de livros, encadernações, impressões e despesas judiciais.

Destes, foram consignados 300:000\$000 para a publicação do *Dicionário* e da *Enciclopédia*. Some-se a este valor, outro de 75:000\$0 para a instalação desta Seção da Enciclopédia e do Dicionário conforme apontam as publicações do Diário Oficial. No entanto, mais revelador que os valores é a justificativa orçamentária exposta ao final do ofício:

Torna-se indispensável a inclusão desta sub-consignação, pois o Instituto Nacional do Livro possui uma secção especial para publicações, criada pelo Decreto-Lei n.39 de 3 de dezembro de 1937, e ainda não dispõe de recursos para a impressão de suas obras. (grifos da documentação)

Além da cifra solicitada, o que se sobressai nesse texto é a argumentação utilizada pelos diretores do Instituto. O surgimento da Seção de Publicações é anterior mesmo à criação do INL que só aconteceria no dia 21 de dezembro de 1937, dezoito dias, portanto, após a publicação do decreto-lei da subconsigção orçamentária. Talvez esse dado possa ser um indício do investimento de Vargas na preservação dos monumentos de papel e de sua pretensão de expandir o escopo do antigo Instituto Cayrú. No ofício das justificativas, há mais um detalhe que merece atenção. Tanto no pedido para aquisição de publicações quanto no referente às encadernações, são explicitados os anos anteriores a 1941, contados desde a fundação do instituto.

De 1937 até 1940 não há menção a uma designação específica de verbas para o INL, revelando uma pista de que, talvez, até essa data o Instituto Nacional do Livro não figurasse na folha de repasses do governo.

No gráfico a seguir, as cifras numéricas se tornam mais claras, pois destacam, de modo geral, as verbas destinadas para o Ministério da Educação e Saúde e a ausência de repasses discriminados especificamente ao INL, mesmo após a sua criação:

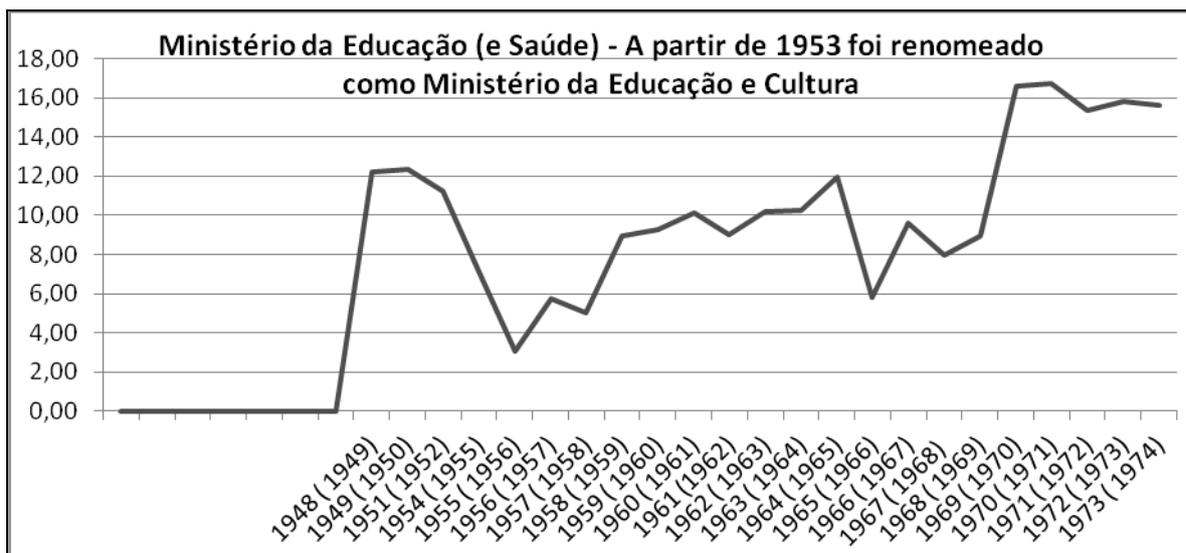


Figura 1 - Gráfico contendo a relação de verbas destinadas ao Ministério da Educação

No ano de 1942, a justificativa usada pelo INL para o pedido de verba foi a de que em 1939 e 1940 o Instituto havia recebido as quantias de R\$ 250:000\$000 e 500:000\$ para a elaboração da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário de Língua Nacional*, bem como para a realização de bibliotecas populares pelo país. Se o Instituto Nacional do Livro ainda não figurava na folha de orçamentos mais geral incluindo despesas pequenas, a *Enciclopédia*, ao contrário, já possuía verbas específicas. No exercício de 1942, há três aditamentos para a publicação da *Enciclopédia* nos seguintes valores: 75:000\$0; 400:000\$0 e 200:000\$0 publicados no Diário Oficial. No quadro conjunto das coleções de obras publicadas pelo Instituto Nacional do Livro, se compararmos com outros títulos lançados é possível observar os investimentos revertidos para a *Enciclopédia* nas seguintes cifras:

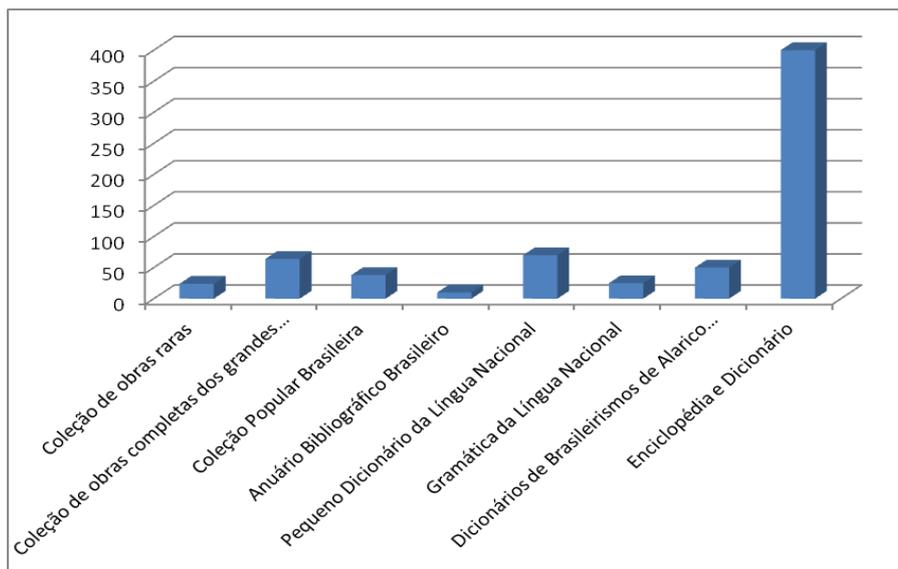


Figura 2 - Gráfico contendo os valores das verbas e publicações do INL para o ano de 1942 em contos de réis

A tabela abaixo complementa o gráfico anterior apresentando um maior detalhamento dos lançamentos do ano de 1942,

Coleção de obras raras	24
Coleção de obras completas dos grandes autores	64
Coleção Popular Brasileira	38
Anuário Bibliográfico Brasileiro	10
Bibliografias Especializadas	70
Boletim do Instituto Nacional do Livro	12
Despesas Eventuais	32
Pequeno Dicionário da Língua Nacional	70
Gramática da Língua Nacional	25
Dicionário Etimológico Grego	30
Volumes da coleção do Português Antigo	25
Dicionários de Brasileirismos de Alarico Silveira	50
Enciclopédia e Dicionário	400
	850

Tabela 1 - Valores das verbas e publicações do INL para o ano de 1942 em contos de réis

Ao se perseguir a documentação, depara-se com inúmeros pedidos de verbas. A mesma comissão de orçamento, descrita anteriormente, justificava a dotação para o ano de 1941, indicando o volume e os títulos lançados pelo Instituto Nacional do Livro

desde sua origem. O documento destaca os êxitos no INL no lançamento dos seguintes títulos:

O feliz êxito alcançado com a publicação da Bibliografia Brasileira referente aos anos de 1938-1939 – primeiro de uma série de volumes a saírem regularmente cada ano -; o lançamento do Dicionário Greco-Português do professor Bölting, verdadeira obra pioneira, que veio coincidir com o ressurgimento do interesse pelas letras e línguas clássicas são os resultados mais recentes do esforço que vem realizando o INL para o cumprimento do seu programa de publicações. Dentro de poucos meses outras valiosas virão acrescentar-se a essas. Desde já, podem citar-se a Bibliografia de Gonçalves Dias, que constituirá futuramente trabalho básico para qualquer trabalho edição crítica do poeta dos Timbiras e que será posto à venda nos próximos dias; os primeiros volumes das Obras Completas de José Bonifácio, o patriarca, que já se acham em impressão, ao lado de obras subsidiárias do Dicionário de Língua Nacional como a Demanda do Santo Graal (Coleção do Português Antigo) preparada e anotada pelo P. Augusto Magne, e mais dois volumes organizados pela Secção da Enciclopédia e do Dicionário, que são o Dicionário Latino-Português do P. A. Magne e o Tratado de Versificação do Professor Said-Ali. Ao lado desses, encontram-se também no prelo a Vida do Padre Anchieta, de Simão de Vasconcelos, primeiro volume a ser publicado da Coleção Popular Brasileira, destinada a divulgar para o grande público as obras de maior relevo em nossa literatura de todas as épocas. A esses volumes cumpre acrescentar mais os seguintes, que já se acham prontos para a impressão, como sejam a Bibliografia de Capistrano de Abreu preparada pelo Sr. Pinto do Carmo, as Viagens no Brasil e na África, de Lacerda de Almeida e Vários Escritos, fr Alexandre de Gusmão, ambos para a Coleção Popular Brasileira, além de dois volumes organizados pela Seção das Bibliotecas: A Emeroteca da Snra. Heloisa Werneck e a Classificação das Bibliotecas do Snr. José Soares de Sousa⁷².

Subsequente às informações destacadas acima, o ofício continuava a listar a divisão de verbas e publicações previstas até o ano de 1943. Sobre a *Enciclopédia* e o *Dicionário* constavam apenas as quantias que seriam gastas com a seção e não com estas duas obras em especial. Mais adiante, obtêm-se mais detalhes acerca das bibliotecas públicas, do rapasse de verbas, da organização e distribuição de obras. Além disso, a impossibilidade no cumprimento do planejamento das publicações era justificada pela crise na importação de papel provocada pela Segunda Guerra Mundial⁷³.

Os gastos mais específicos com a organização da *Enciclopédia* e do *Dicionário* só reaparecem nas justificativas orçamentárias de 1944. Neste pedido se apresentam os valores solicitados para os anos anteriores que somados corresponderam a cifras de Cr\$

⁷²Por meio de um levantamento no site da Fundação Biblioteca Nacional foi possível constatar que muitas dessas obras, tais como o *dicionário grego-português* de Rudolf Bölting; a *Bibliografia de Gonçalves Dias* de M. Nogueira da Silva; *Vida do venerável padre José de Anchieta*: 1. Volume de Simão de Vasconcelos; a *Bibliografia do Capistrano de Abreu* e a *Bibliografia brasileira/Instituto Nacional do Livro* foram publicadas entre os anos de 1940-1942 pelo Instituto Nacional do Livro comprovando o explicitado pela documentação.

⁷³Fundo DASP. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

400.000,00 mil réis para o exercício de 1944. Assim como para o ano de 1942, em 1944 houve uma continuidade nos valores solicitados para a execução da publicação da *Enciclopédia Brasileira*. Mais uma vez, em comparação com outros títulos lançados pelo mesmo Instituto, vê-se o destaque concedido à publicação:

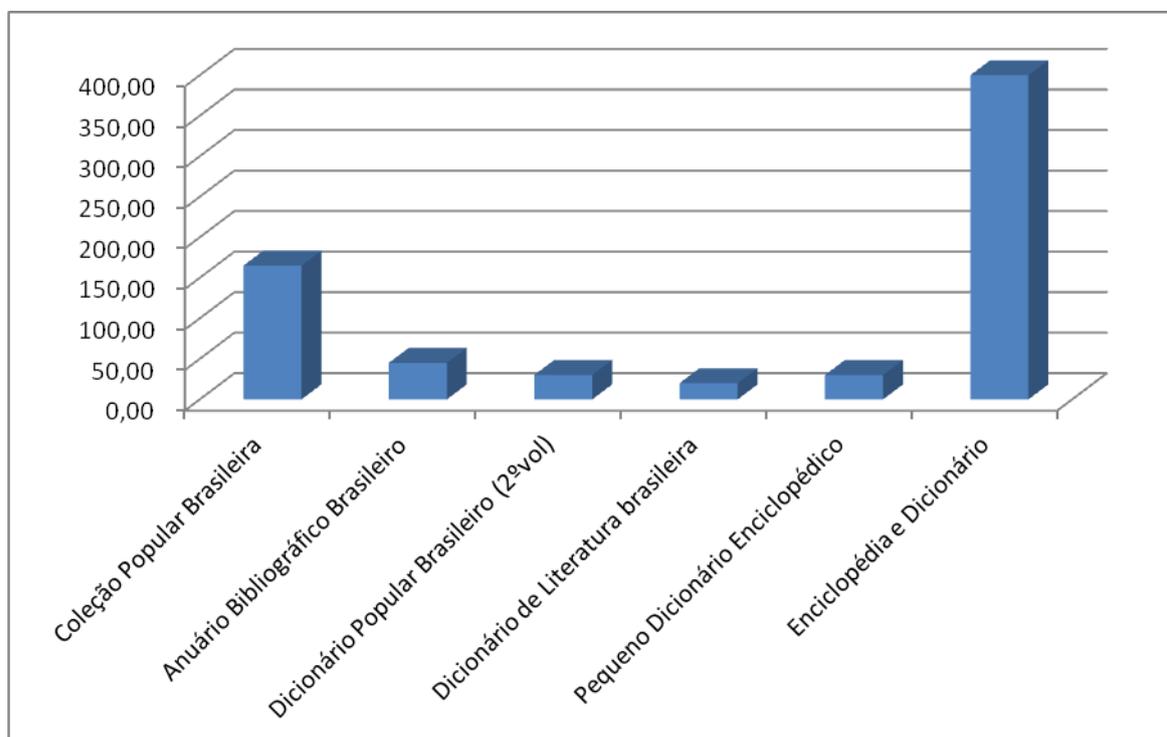


Figura 3 - Gráfico contendo os valores das verbas e publicações do INL para o ano de 1944

Na tabela abaixo, há mais detalhes sobre o lançamento das obras e suas verbas:

Coleção de obras raras	105,00
Dicionário Popular Brasileiro (2º vol)	30,00
Coleção Popular Brasileira	165,00
Anuário Bibliográfico Brasileiro	45,00
Bibliografias Especializadas	30,00
Publicações avulsas	75,00
Eventuais	30,00
Dicionário Popular Brasileiro (2ºvol)	30,00
Dicionário de Literatura brasileira	20,00
Pequeno Dicionário Enciclopédico	30,00
Enciclopédia e Dicionário	400,00
	960,00

Tabela 2 - Valores das verbas e publicações do INL para o ano de 1944

Quanto à distribuição de valores, a *Enciclopédia* e o *Dicionário*, entraram na divisão e receberam um volume de verbas que justificava a sua publicação naquele período:

A distribuição dessa verba atenderá às seguintes exigências dos trabalhos em andamento:

1.- a) Redação, revisão filológica e coordenação metódica dos artigos destinados ao Dicionário da Língua Nacional; b) Organização de trabalhos subsidiários, destinados ao Dicionário Popular Brasileiro, que abrangerá os chamados brasileirismos, com o primeiro de seis volumes pronto a entrar para a impressão; ao Pequeno Dicionário Escolar da Língua Nacional, que constituirá um só volume para uso popular e das escolas; e ao Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa. Aplica-se a estes serviços a média trimestral de Cr\$ 35.000,00, ou seja, no curso dos doze meses: Cr\$ 140.000,00.

2. a) Redação, revisão e coordenação metódica dos artigos destinados à Enciclopédia Brasileira;

b) prosseguimento da elaboração e revisão dos dicionários já incluídos ao programa geral da Enciclopédia Brasileira, a saber: Dicionário Filosófico (1º vol. pronto para o prelo); Dicionário Popular Brasileiro (1º vol. em revisão); Dicionário da Literatura Brasileira (em elaboração); Dicionário Enciclopédico do Rio Grande de Sul (1º vol. pronto para o prelo); e Dicionário de História do Brasil (em elaboração). – Aplica-se a estes serviços a média trimestral de Cr\$ 50.000,00, o que perfaz para os doze meses: Cr\$ 60.000,00.

As importâncias parciais acima discriminadas alinhadas deste modo:

Serviços do Dicionário de Língua Nacional.....	Cr\$ 140.000,00
Serviços da Enciclopédia Brasileira.....	Cr\$ 200.000,00
Serviço iconográfico.....	Cr\$ 60.000,00

Cr\$ 400.000,00

O levantamento de verbas apresentado e suas justificativas evidenciam que os problemas no atraso da publicação da *Enciclopédia* não estiveram associados à ausência de recursos. Outras foram as questões que impediram sua publicação. Entre elas talvez a mais importante tenha sido a dificuldade de apreender e monumentalizar o Brasil numa única obra impressa, tentativa elaborada inicialmente por Mário de Andrade, quando consultor técnico da seção da *Enciclopédia* do INL.

Capítulo 2

RASCUNHANDO A “OBRA NACIONAL”: Os esboços da primeira *Enciclopédia brasileira* por Mário de Andrade

(...) Porque a excessiva luminosidade ambiente dilui homens e coisas numa impenetração, num mestiçamento que não respeita nem o mais puro ariano. Os corpos, os volumes, as consciências se dissolvem numa promiscuidade integral, desonesta. E o suor, numa lufa-lufa de lenços ingênuos, cola, funde todas as parcelas desintegradas dos seres numa única verdade causticante: CALOR!⁷⁴

O trecho acima faz parte de uma crônica de Mário de Andrade escrita em 1939. Nela o poeta faz uma descrição do ambiente do bairro do Catete, no centro da cidade do Rio de Janeiro, local onde adquiriu uma moradia após a sua saída de São Paulo. Da janela do apartamento, Mário de Andrade observava a paisagem do bairro e já destacava em seus escritos uma das principais marcas da cidade carioca: as altas temperaturas.

O poeta chegou ao Rio de Janeiro no mês de julho de 1938, entristecido, segundo apontam seus biógrafos⁷⁵, com saída do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. A vinda para a capital federal fora acertada com o amigo Carlos Drummond de Andrade que a época ocupava a função de chefia no gabinete do ministro Gustavo Capanema. Com a transferência, a promessa foi a de que Andrade assumiria o posto de diretor do Serviço de Teatro, ainda a ser criado. Ao que indicam algumas cartas, Mário de Andrade recusou a oferta por preferir algum cargo que o colocasse na “obscuridade e na subserviência sem grandes responsabilidades⁷⁶”. Mais tarde, recebeu o convite para dirigir o Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal e para se responsabilizar pelas matérias de filosofia e de história da arte. Mesmo cercado de ofertas, algumas missivas trocadas com amigos próximos ilustram a insatisfação do poeta, a dificuldade de adaptação na nova cidade e, principalmente, o sentimento de

⁷⁴ ANDRADE, Mário de. **Os filhos da Candinha**. São Paulo: Martins, 1976, p. 264.

⁷⁵ JARDIM, Eduardo. **Mário de Andrade: Eu sou trezentos: vida e obra**. 1.ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. Há uma recente publicação sobre o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo que está disposta em cartas de Mário de Andrade a respeito do órgão: **Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura** [textos e entrevistas de Mário de Andrade, Fábio Prado, Oneyda Alvarenga et alii...]. Organizadores: Carlos Augusto Calil e Flávio Rodrigo Penteadó. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

⁷⁶ JARDIM, 2015.

frustração pela interrupção de suas atividades no Departamento de Cultura em São Paulo⁷⁷.

O Departamento de Cultura e de Recreação da Prefeitura de São Paulo havia sido criado em 1935 no clima de efervescência cultural então existente. Nas palavras de Rubens Borba de Moraes “havia naquela época em São Paulo, um interesse enorme por cultura, por causa da fundação da universidade, por causa da fundação da Escola de Sociologia e Política, e ainda repercussões do movimento de 22”⁷⁸. A organização básica do Departamento de Cultura constituía-se de cinco divisões principais: Expressão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreio, Documentação Histórica e Social, e Turismo e Divertimentos Públicos. A direção geral e a chefia da Seção Cultural couberam a Mário de Andrade, a Rubens Borba de Moraes coube à chefia do setor de Bibliotecas e a Sérgio Milliet, o cargo referente à Documentação⁷⁹. As primeiras realizações do órgão foram intensas nesses anos iniciais e englobaram a composição de uma orquestra sinfônica, exposições públicas, gravações de manifestações culturais, criação de bibliotecas itinerantes, parques infantis, uma escola de biblioteconomia⁸⁰ e a realização de concursos de monografias sobre personalidades do estado de São Paulo.

Mais tarde, com a presidência de Vargas, Fábio Prado foi exonerado do cargo de prefeito da cidade de São Paulo e o Departamento estagnou em sentido e em frentes de ação. De acordo com Paulo Duarte⁸¹, o Departamento de Cultura “passou a fazer parte de uma secretaria municipal invertebrada, absurda, parasitária e pernicioso, como se revelaram quase todas as secretarias criadas na administração municipal”⁸². Essas relações entre a nova esfera federal e a instituição paulistana foram conflituosas, mas

⁷⁷JARDIM, Eduardo. Ai, Ai Guanabara (1938-1940) – Catete – Rio de Janeiro. In:_____. **Mário de Andrade: Eu sou trezentos: vida e obra**. 1.ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p. 151-154.

⁷⁸MORAES Apud BARBATO JR. O Departamento de Cultura por ele mesmo. In: BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, p. 25-

⁷⁹JARDIM, 2015, p. 141.

⁸⁰Para maiores detalhes sobre o surgimento do campo da Biblioteconomia no Brasil ver: RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A biblioteconomia brasileira, 1915-1965**. Vol. 5. Instituto Nacional do Livro, 1966.

⁸¹**Paulo Duarte** (1899-) Revisor do jornal O Estado de São Paulo, local onde estabeleceu contato com a família de Júlio Mesquita. Através dessa amizade foi inserido no grupo dos modernistas e culturalistas e de onde teceu amizades com Mário de Andrade, chegando a Prefeitura de São Paulo e posteriormente ao Departamento de Cultura. Junto de Andrade, realizou as incursões pelo Brasil para o estudo dos grupos indígenas e categorizou os monumentos que deveriam ser preservados. Para maiores detalhes ver: SANABRIA, Isabela Soraia Backx. Paulo Duarte e a construção do Patrimônio Plural: a Inclusão de Outras Memórias no conceito de Patrimônio Brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011, p.1-16.

⁸²BARBATO JÚNIOR, Roberto. Capítulo I – O Departamento de Cultura por ele mesmo. In:_____. **Missionários de uma cultura nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, p. 23-80.

havia sido amenizadas com a aprovação de Armando Sales Oliveira para o cargo de governador de São Paulo. A partir de então, o grupo modernista pôde dar vazão aos projetos que tinham culminado na estrutura do Departamento de Cultura. Nas palavras de Barbato Jr., a experiência do Departamento foi “mediada por instâncias políticas, cuja base se localizava no Estado paulista”.⁸³ Tal característica foi profundamente modificada pelo novo programa político instalado a partir de 1937.

Com o advento do Estado Novo, as alterações na estrutura do governo federal incidiram diretamente no universo da cultura. A partir de então, o campo cultural passou a ser concebido em termos de organização política, por meio de aparatos próprios destinados a propagar a sua concepção de mundo para a sociedade⁸⁴. Além disso, o nacionalismo emergente passou a compor os discursos governamentais e a justificar as próprias realizações, sendo tomado como um planejamento do Governo Federal cujo principal papel foi o de mobilizar os mais amplos setores da sociedade⁸⁵. Nesse sentido, se antes existiam grupos de intelectuais responsáveis por tratar a “cultura”, com o surgimento de uma nova política federal, quem passou a assumir os seus cuidados foi a própria esfera estatal. É justamente nessa órbita que se insere o papel de Mário de Andrade enquanto “arquiteto” do projeto da *Enciclopédia Brasileira*.

2.1- O poeta na capital: Mário de Andrade e a chegada à cidade do Rio de Janeiro

No decorrer do primeiro semestre de 1939, Mário de Andrade intensificou as negociações com o ministro Gustavo Capanema para obter uma posição na burocracia estatal⁸⁶. Até este ponto, o ano de 1939 havia sido complicado para o poeta. A Universidade do Distrito Federal (UDF), local onde Andrade lecionava, foi fechada após as denúncias da presença comunista no quadro de professores. Com o fim da instituição, a situação de Mário de Andrade se complicara ao ponto de reatar as

⁸³BARBATO Jr., 2004, p. 44.

⁸⁴VELLOSO, Mônica Pimenta. As raízes da brasilidade: os intelectuais modernistas e o Estado Novo. In:_____. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 42-45.

⁸⁵MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁸⁶Antes de 1939, as negociações Andrade-Capanema também estiveram no âmbito do próprio Departamento de Cultura de São Paulo. Diante dos novos rumos tomados com a mudança do prefeito de São Paulo, cartas foram trocadas com o intuito de rever a situação do Departamento de Cultura “ameaçado” de extinção com a nova configuração política. Para maiores detalhes ver: Carta a Gustavo Capanema, 10-V-1938. O Departamento é o meu túmulo. Vide, ANDRADE, 2015, p.320.

negociações com Capanema para a função à frente do serviço público. E a partir daí obteve a vaga a de consultor técnico do Instituto Nacional do Livro e encarregado da preparação do anteprojeto de uma *Enciclopédia brasileira*.

O projeto da *Enciclopédia* não foi uma criação direta de Mário de Andrade, mas concentrava muitas de suas preocupações. A vinda para o Instituto Nacional do Livro significava, não só, a remediação necessária dos problemas financeiros, mas também a possibilidade de se manter na autoria de importantes projetos culturais. Além disso, estar no Instituto Nacional do Livro também possibilitava o estreitamento dos laços com os “velhos” amigos, dentre os quais se pode citar Augusto Meyer, diretor do INL e companheiro modernista de Mário de Andrade.

Mesmo alguns meses antes de 1939, a troca de algumas correspondências entre Meyer e Mário de Andrade já tratavam da elaboração da *Enciclopédia*,

Rio, 20 de maio de 1938

Mario velho

Um grande abraço de saudade e os melhores votos de felicidade. Como vai o seu caso ahi em S. Paulo? Estou todo este tempo ruminando uma palavrinha de amizade para v. e hoje finalmente escrevo. Muito obrigado pela cartinha ao Rodrigo em que v. me põe de sobreaviso quanto ao fulano que se interessou realmente pelos meus projetos e me prometeu todo o seu apoio. O Sergio apresentou um optimo projecto para a secção das publicações, que já está com o Capanema. Estamos fazendo o levantamento do fichario de Alarico Silveira, aproximadamente 60.000 fichas, constituindo um dicionario encyclopedico brasileiro, trabalho de maior importancia e caso unico no Brasil. O essencial é o aproveitamento desse esforço de quarenta annos, como base dos nossos serviços. V. nem pode imaginar a riqueza desse repertorio. Basta dizer que estamos na letra c e já andamos ahi pela casa dos 16.000. Encaminhei a parte referente ao Rio Grande, principalmente em materia de subdialecto e fiquei pateta. É um assombro, sem favor.

De modo que pretendo fazer o seguinte: proponho a aquisição do fichario e a nomeação do dr. Alarico para o Conselho, a fim de que elle possa orientar indirectamente os trabalhos. Você não acha razoavel? Devemos trabalhar sobre o já realizado, Mario, e neste caso se trata de uma realização excepcional. Uma pena v. não estar aqui para examinar o fichario do homem. Gostaria muito de conhecer a sua opinião.

V. deixou o Departamento ou apenas a direcção? De qualquer modo, será lamentavel. Sara preocupada com a sua situação, pedindo noticias suas. Escreva uma palavra pra gente.

E agora, um favor – v. poderia enviar uma relação das bibliothecas paulistas, publicas e particulares de certa importancia, com os respectivos endereços? E pedir ao dr. Rubens, em meu nome, suggestões acerca de organização de bibliothecas, principalmente no que se refere ao seguinte:

- Regras uniformes de catalogação;
- Classificações uniforme;
- Catalogos cooperativos;

- Empréstimos interbibliotecas;
- Permuta;

- Serviço interbibliotecario de informações;

- Catalogo geral;

Dentro de uma semana, deixamos a casinha de Ipanema. O melhor será v. escrever para o INL, Bibliotheca Nacional.

Sara manda recados.

Um abraço do seu Meyer.

A carta escrita por Augusto Meyer ilustra a situação transitória de Mário de Andrade. Além disso, demonstra outra peculiaridade do projeto da *Enciclopédia* durante as primeiras fases de elaboração: a referência ao fichário de Alarico da Silveira⁸⁷.

Cerca de cinco dias depois, a resposta de Mário de Andrade revela, não apenas, a nova configuração do Departamento de Cultura, mas a sua particular. Num tom revoltado, com o “orgulho intelectual” maculado pelo rebaixamento do posto que antes lhe cabia, pelas acusações de fraude e desvio de verbas, a resposta a Meyer assim se desenrolou:

São Paulo, 25 de maio de 1938.

Meyer,

Minha situação aqui, burocraticamente é a seguinte: fui substituído no posto de diretor do D.C. que é cargo de confiança e fiquei no posto de chefe da Divisão de Expansão Cultural, uma das cinco divisões do Dep. De Cultura, cargos efetivos. O novo diretor é o jornalista e poeta Francisco Pati. Meu posto agora é igual ao do Rubens e do Sérgio Milliet.

Moralmente a minha situação é de engasgada depressão e de orgulho muito ferido. Não alimentava absolutamente a ilusão de ser sustentado no posto e juro que não desejava isso sequer. Tenho várias testemunhas e uma carta escrita ao Paulo Duarte e anterior a todas as mudanças que houve aqui, provando que minha intenção muito firme, por inquietações morais e anseio de liberdade, era não voltar mais a reassumir o posto de diretor. Mas o que

⁸⁷O fichário apontado por Meyer não foi localizado. Não há vestígios dele no fundo documental de Mario de Andrade, nem na Biblioteca Nacional e nem sequer se tem notícia da existência de informações a respeito de Alarico da Silveira. Houve uma tentativa de contato feita por mim com a família de Alarico da Silveira a fim de saber maiores informações acerca do fundo documental do autor e vestígios da *Enciclopédia*. Segundo os familiares, nada foi deixado em acervo. Apenas na Fundação Biblioteca Nacional há um volume da obra de Alarico Silveira intitulada *Enciclopédia Brasileira de Alarico Silveira* que foi editada em 1958 pelo INL e teve a coordenação de Américo Jacobina Lacombe, a época, diretor da Casa de Rui Barbosa e organizador da segunda fase da Coleção Brasileira da Cia. Editora Nacional. Sobre Silveira, as poucas informações disponíveis referem-se apenas a pequenos dados de sua trajetória enquanto chefe do gabinete da censura à Imprensa e secretário da República em 1926 quando do mandato presidencial de Washington Luís.

me abateu muito foi o nenhum respeito pela minha integridade e honestidade. Fui o único diretor da prefeitura mudado no mesmo dia. Esses filhos-da-puta estavam com sanha. O Dep. Decerto era um covil de safados onde nele se fazia todas as roubalheiras e canalhices. Precisavam impedir qualquer arranjinho de papeis e mais disfarces possíveis. Mudaram no mesmo dia o diretor. No fim de uma semana já o ambiente ia se modificando, pelo menos contra pessoas. Não acharam nenhum desvio de dinheiros, não acharam nenhuma canalhice, o funcionalismo nem era o estritamente necessário, mas deficiente. Sim, mas nada disso retira o engasgo em que vou morrendo na mais desvirilizada das pasmaceiras. Estou num deserto, compadre, imensamente estagnado por dentro. Bem que quis começar escrevendo um romance, não pude.

Tecnicamente, já estou também antevendo que a minha vai ser a mais péssima das situações, entre os chefes de divisão. A minha é a que lida com música, teatro, cinema, discoteca, missões, folclore, artes plásticas. E é dessas coisas que o prefeito e o Pati não entendem nada nem elas lhes interessam nada. Estou com todas as verbas da divisão suspensas, já me cortaram o salão de exposições que deveria inaugurar este ano, só sustentaram os concertos (deste ano...) porque os contratos já estavam feitos. Nada alegre a minha situação, como você está vendo. Mas que espero que com mais um mês de identificação com o precário, eu vire cínico, vire funcionário de assinar ponto e volte aos meus livros e escritinhações. Por enquanto não sinto vontade de nada, mas isto passa⁸⁸.

Na carta seguinte, Augusto Meyer, não apenas, retoma a referência aos fichários de Alarico da Silveira como reivindica a colaboração de Rubens Borba de Moraes⁸⁹ e lamenta a situação do Departamento de Cultura.

Rio, 28 de maio de 1938

Mario velho,

Recebi agorinha mesmo a sua carta de 26. Muito obrigado pelas providencias que está dando. Diga ao dr. Rubens que espero trabalhar em colaboração permanente com elle e que o parecer da sua experiência e da sua cultura será de enorme significação para a secção de bibliothecas. Estou cada vez mais entusiasmado com o dr. Alarico Silveira. O levantamento do fichario vai marchando. A melhor solução para o caso da secção da Encyclopedia, não pode haver duvida, é essa mesmo: adquirir o fichario do dr. Alarico, afim de trabalhar sobre uma base concreta (Ah os conselhos, os doutores subtilissimos) e subvencionar, a titulo de contribuição para o futuro dictionario do Instituto, o Dictionario da Lingua Nacional do padre Magne. O resto é literatura.

Uma tristeza v. deixar a direcção do Departamento. É assim que nunca se faz nada direito, por falta de continuidade. Além disso, ha o aspecto chocante da sua substituição, nas condições a que se refere v. Cheguei a pensar no seu aproveitamento para a secção da encyclopedia, no primeiro momento, por me

⁸⁸Carta a Augusto Meyer, 26-V-1938. **O Departamento é o meu túmulo**. ANDRADE, 2015, p. 323.

⁸⁹Desde o Departamento de Cultura, Rubens Borba de Moraes vinha desempenhando funções na área de organização das bibliotecas. Mais tarde, atuaria também na criação do curso de nível superior de Biblioteconomia em São Paulo quando da fundação da USP. Depois, seguiria o mesmo trajeto de Mário de Andrade. Veio para o Rio de Janeiro para dirigir a Biblioteca Nacional. Ao que parece, a cidade carioca era o destino dos homens de letras paulistas. É bem possível que Borba de Moraes tenha vindo para o Rio de Janeiro devido a sua importância enquanto bibliotecário e também porque a capital federal acabava sendo o destino de homens de letras “desempregados” de São Paulo.

parecer pretensiosamente que v. gostaria 1º de sair de S. Paulo, 2º de trabalhar commigo, no cargo mais importante do Instituto. Naturalmente v. perdoará a boa intenção... e a pretensão. De resto, logo me acudiu que o seu cargo era effectivo e portanto não seria possível comissioná-lo nem contractá-lo.

Mario velho, gostei, mas muitissimo, do seu artigo sobre o compadre Portinari, está uma coisa digna de você e do compadre. Tenho pensado que talvez o lyrismo e as letras acabem ganhando com os seus moods do instante. Quando é que v. aparece por aqui? Sara manda o pensamento amigo para o poeta. Eu mando o abraço. Escreverei sempre.

Escreva também, meu velho Mário.

Meyer.

As preocupações de Augusto Meyer quanto à possibilidade de contratação de Mário de Andrade seriam sanadas pelo próprio Mário por meio de seu contato direto com o ministro Gustavo Capanema. A publicação de uma portaria da Prefeitura de São Paulo, datada de 16 de março de 1938, atendendo a um pedido do Ministro da Educação e Saúde, pôs Mário de Andrade a serviço do Ministério.

Para muitos a chegada do poeta a capital federal foi fruto da sua ambição política de levar “o Brasil ao Brasil” e cumprir a promessa fundadora do movimento modernista de direcionar o país para o contexto mundial⁹⁰. Além disso, não há como ignorar o próprio projeto político do Estado Novo que teve na ação dos intelectuais o meio para promover seu objetivo de nacionalizar o país, como já mencionado antes. Distanciando-se da noção de cooptação pode-se afirmar que assim como Mário de Andrade e outros intelectuais, a geração modernista foi “a mediadora da transição que se iniciara nos anos 20 e se completava nos anos 40. Os modernistas adequaram-se magnificamente bem à tarefa, tanto porque reinstauravam a temática da brasilidade com feições militantes, quanto porque eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo⁹¹”.

Nesse sentido, garantida a vaga na consultoria, a *Enciclopédia brasileira* do Instituto Nacional do Livro teve seus primeiros contornos definidos por Mário de Andrade.

⁹⁰BOMENY, 2012, p.107.

⁹¹GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, p.139.

2.2- Os rascunhos do consultor: Mário de Andrade e os “primeiros” contornos da *Enciclopédia*

Os primeiros rascunhos que compõem os esboços do anteprojeto de Mário de Andrade para a *Enciclopédia brasileira* nasceram da comparação e das suas anotações feitas sobre as publicações estrangeiras. Novamente temos aqui o intercâmbio de ideias com o exterior.

No fundo documental do poeta há uma primeira análise centrada na *Enciclopédia Britânica*. Os comentários de Mário de Andrade referem-se aos verbetes, destacando as qualidades e as incorreções da publicação. Sobre a obra Britânica, Andrade faz uma observação quanto ao tratamento da ciência sobre o qual destaca,

[...] não é possível ensinar ciência sem história ou literatura. Porque estas se servem como instância da literatura geral, ao passo que as ciências, como circunstância, tem cada uma a sua sublinguagem ‘um alfabeto e uma gramática que lhe são próprias.’ Especie de calão fatal, em que sinais, formulas, até modismos característicos, e até palavras gerais (com sentido particularizado e tecnico), são imprescindíveis [ilegível] que os usa e não o leitor comum. Mas se fez o possível, escrevendo em linguagem geral a história de cada ciencia, e as exposições posteriores abertas ao maximo de complicações terminologicas.

Observação minha: (Com efeito, é possível nas ciencia fazer uma exposição geral bem simples, bem clara, bem geral que informe o leitor comum, e deixar as complicações tecnicas e terminologicas pra [sic] os verbetes propriamente tecnicos da ciencia. [...])⁹²

As observações continuam. O poeta destaca que há mais de três mil colaboradores na *Enciclopédia Britânica*. No entanto, o que sobressai em suas análises são as doze qualidades que ele aponta como sendo principais na edição britânica. Para o poeta,

- I- Artigos concisos e incisivos. (O que não impediu a certos artigos o caráter de verdadeiras monografias)
- II- 45 mil verbetes, com “tens of thousands” de subtitulos
- III- Artigos sobre assuntos [ilegível] propenso foram escritos à luz do presente
- IV- Artigos de Antropologia, Arqueologia e Etnologia foram alargados e sistematizados
- V- A Guerra Mundial com todas as suas consequencias de toda ordem, está em centenas de verbetes expressa
- VI- Da mesma forma a Liga das Nações
- VII- Da mesma forma os Pirineus e coisas concorrentes à Mulher
- VIII- Inclusão de temas mais dantes não faladas, re-escritura de algumas biografias fundamentais
- IX- Biografia dos assuntos muito acrescentada

⁹²Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

- X- Ilustração aperfeiçoadíssima. Em texto, não fotografias, mas desenhos lineares, mais tipográficos explicativos que fotos
- XI- Mapas
- XII- Ajudas de referência e índice com 500 mil títulos. E outras normas.⁹³

A *Enciclopédia Britânica* é considerada a mais antiga versão de uma obra completa publicada em inglês e teve seu primeiro número lançado em 1768 em Edimburgo, na Escócia. Fruto de uma época áurea do iluminismo, a publicação inglesa assim como a francesa revela a tradição de escrita do século XVIII calcada na defesa do conhecimento racional, principal norteador do movimento iluminista.

Apesar do uso de modelos estrangeiros, a marca de distinção que, na opinião de Mário de Andrade, deveria definir a produção brasileira seria justamente a de organizar um compêndio de informações sobre o Brasil. Em razão disso, diferentemente da tradição iluminista das obras britânica e francesa, a aproximação mais viável foi feita com a enciclopédia italiana. A quantidade de detalhes fornecidos por Mário de Andrade, em seus rascunhos, é um bom indício dessa asserção.

A publicação italiana foi oriunda de um processo histórico semelhante ao ocorrido no Brasil da década de 1930. É provável que Mário de Andrade tenha concedido maior espaço de análise a esta edição, justamente, porque foi a primeira grande publicação do gênero enciclopédico encampada pelo Estado. Além do mais, os momentos históricos da Itália e do Brasil, quando da emergência dos projetos de organização de suas respectivas *Enciclopédias*, configuraram períodos de estados de exceção ditatoriais. Estava em jogo, em ambos os projetos, ações de governos que tiveram em seus horizontes a proposta de expansão e consolidação de projetos de nacionalização.

Ao plano e a história da *Enciclopédia Italiana*, Mário de Andrade dedicou diversas anotações,

- 1- Em 1920 principiaram as tentativas de criação de uma Enc.Italiana
- 2- Em 1925 (início) levou-se a ideia a G.Treccani que topou imediatamente e imediatamente os preparativos principiaram. Fundou-se pra isso especificamente, o Instituto Giovanni Treccani, que levou o nome do seu fundador. A este Instituto se dava a obrigação de organizar a Enc.Italiana. O Instituto compunha-se de 17 membros, sendo 1 deles presidente (G.Treccani) e dois deles, diretores (Giovanni Gentile e dr.Caligero Tumminelli).
- 3- Em 1929 (quatro anos depois) saia pois o 1º volume da Enciclopedia. Estava tudo organizado para que de 3 em 3 meses saísse mais um volume,

⁹³Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

formando o todo de 35 volumes e constando pois toda a publicação 9 anos de curso.⁹⁴

E as considerações continuam. Há uma sequência de citações extraídas da obra em italiano⁹⁵, por meio das qual Mário de Andrade vai comparando com a Enciclopédia Britânica e da qual elegeu pontos a serem aprofundados⁹⁶.

Além das produções estrangeiras, outras obras foram consultadas. No mesmo fundo documental há um conjunto de páginas da Encyclopedia e Diccionario Internacional compilado para o Brasil. Os itens deste dicionário referem-se ao Brasil, a sua Língua, à agricultura, ao comércio, à indústria, às invenções, à literatura, à filosofia, à natureza, à religião, às belas-artes e à história. Ao final desse apanhado de páginas há a inscrição da editora W.M. Jackson, Inc., responsável pela edição da obra.

Na sequência há mais algumas páginas nas quais Mário de Andrade apresenta os títulos utilizados para compor o quadro de análise esboçado para o plano da *Enciclopédia*. As obras citadas são listadas a seguir e o poeta indica a existência das mesmas na Biblioteca Nacional,

- Enciclopedia Meyer, Herder
- Enciclopedia Espana (nada que interesse no proemio)
- Enciclopedia Artistica para o Liceu das Artes e Oficios do Rio de Janeiro pelo Bel.E. de Sá, Rio, 1870, 8º
- Enciclopedia e Diccionario Internacional...Lisboa, Rio, Paris, 20 vols.
- Enciclopedia Portuguesa Ilustrada. Diccionario Universal publicado sob a direção de Maximiliano Lemos, Porto, 11 vols.
- Enciclopedia Bordalo, Lisboa, 1906. 2 vols
- The New International Encyclopaedia . New York. 1918. 24 vols.
- Enciclopedia Globo (Um verbete amplo de cada assunto e numerosos resumos)⁹⁷

A listagem de livros complementa a questão de qual adjetivo atribuiria o melhor sentido para o título da produção brasileira. O esboço contendo essas inquietações está manuscrito em cor vermelha e traz a titulação de “Enciclopedia Brasília.” Nas folhas que compõem as anotações sobre a *Enciclopédia*, algumas delas dedicaram-se à decisão

⁹⁴Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

⁹⁵Apesar da proximidade política e histórica, há uma diferença entre a obra brasileira e a italiana. Esta última, além de ter sido editada, esteve centrada na concretização de um projeto cuja autoria pertenceu a Treccani, criador do plano da edição e nome que orientou a fundação de um Instituto da Enciclopédia italiana.

⁹⁶Junto de todas as considerações é preciso destacar as rasuras de Mário de Andrade. São riscos que destacam o caráter de rascunho que ele atribuía ao Brasil.

⁹⁷Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

de qual título mais adequado que a obra deveria receber: Brasileira, Brasília, Brasiliana, do Brasil ou Nacional?

Mário de Andrade se questionou e fez as seguintes ponderações,

Enciclopedia Brasileira
Plano

Qual o seu título

Enciclopedia Nacional
Enciclopedia Brasília

Este nome é muito simpático, não só por ter ritmo idêntico ao da Enciclopedia Britânica, como porque evita a palavra “Brasileira”, que não discuto, é uma fatalidade já agora invencional, mas que todos sabemos defeituosa como formação etimológica. Não parece de bom aviso consagrar pois a palavra defeituosa, no próprio título da Enciclopedia. Por outro lado, “Brasiliana”⁹⁸ é um bocado pedante, por ser nada usada e composição erudita recente. E o mesmo se diria de “Brasiliense”.

Enciclopedia do Brasil

Ver si [sic] a lei criadora do INL já não determina definitivamente os nomes da Enc. e do Dicionário⁹⁹.

Em meio a tantas e dificultosas possibilidades de adjetivação, a *Enciclopédia* do Instituto Nacional do Livro foi inicialmente caracterizada como *Brasília*. A complexidade de nomear é mais um dos indícios que ilustram a própria dificuldade na elaboração de uma obra que pretendia abranger toda a cultura brasileira.

Contudo o documento crucial do fundo documental é o esboço do que viria a ser o anteprojeto de Mário de Andrade, o mais famoso do Instituto Nacional do Livro. O texto do poeta centra-se na elaboração de uma obra popular dada a dificuldade de acesso ocasionada pelo preço e pela falta de conhecimentos da população. Nas palavras de Andrade,

Enciclopédia Nacional Brasileira
Plano

1º Enciclopedia popular. Só depois de dedicar todos os esforços a ela, tratar de uma Enciclopedia de cultos. Esta, preliminarmente é desnecessária, porque não há ninguém no país, necessariamente culto que não lide ao menos com uma língua estrangeira, e possa achar nesta uma grande enciclopedia capaz de lhe suprir as necessidades. Portanto caso de serem todas as obras estrangeiras muito caras no Brasil. Mas, deste ponto de vista, além das bibliotecas públicas, que por princípio mesmo de biblioteconomia, contém

⁹⁸Suspeita-se que Mário de Andrade possa estar se referindo a coleção Brasiliana editada pela Cia. Editora Nacional uma vez que a referida coleção foi lançada em 1931.

⁹⁹Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

numerosas enciclopédias e dicionários de concepção enciclopédica, além dessas bibliotecas onde o homem culto e pobre pode encontrar o que lhe satisfaça o desejo de saber e a necessidade de consulta, incumbe ao próprio Instituto Nacional do Livro, por efeitos de sua própria lei criadora tratar do barateamento do livro, propondo leis, disposições alfandegárias e outras, para isso.

Tratar aqui todas as enciclopédias já existentes em português, a Jackson por exemplo, [ilegível] preenchem a lacuna de uma enciclopedia popular de interesses de instrução até quando muito ginásial. O preço delas torna-as quase inacessíveis aos operários. Defeitos inerentes a obras de carácter exclusivamente comercial. Pêso brasileiro defeituosíssimo. Não é exactamente uma enciclopedia, mas também inclui materia dicionarizavel caracterizada pela necessidade exclusiva da definição. Isto alias não nos parece defeito [ilegível] uma enciclopedia popular desse realmente para ser infinitamente um dicionario¹⁰⁰.

Mais adiante as atenções do poeta centram-se na formação e na composição das comissões responsáveis pelas edições dos verbetes e dos temas a serem tratados na *Enciclopédia* do Instituto do Livro. As anotações feitas por Mário de Andrade se referiram aos seguintes pontos,

Enciclopédia Brasileira

“Comissões de Plano”

Comissão Inicial – que vai estabelecer os planos basicos da Enciclopédia e do Dicionario.

Quantos membros? Tres ou cinco?

Facó prefere tres.

É numero mais rápido na organização, mais fácil de mover, e tambem mais expedito nas soluções. Por outro lado o plano básico não é tão complicado que não possa ser decidido por tres intelectuais.

Que nomes propor?

Evidentemente devem pertencer a esta comissão, intelectuais que conheçam profundamente os processos de dicionarização, lidem já de longa data com terminologias e dicionarios e sejam linguistas.

Mas aqui surge um problema: Uma só comissão?

Porque Dicionario e Enciclopedia divergem muito como concepção e especificação de cultura. A comissão unica parece preferivel não só por dar assim maior unidade conceptiva as duas obras, uma por ser mais rápida, mais facil de mover.

Talvez o ideal seja, pois nomear uma Comissão unica composta de dois filologos mais ou menos especializados em lexicografia e um intelectual de cultura geral, que auxiliaria os filologos na organização da Enciclopedia particularmente.

Nomes
Filologos
Said Ali

Intelectuais
Prudente de Moraes Neto
Afranio Peixoto

¹⁰⁰Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

As observações a respeito das comissões da *Enciclopédia* não pararam nas informações anteriores. E mais. Dos intelectuais e filólogos citados, alguns permaneceram no Instituto Nacional do Livro mesmo depois da morte de Mário de Andrade e da mudança de concepção do projeto. Pelas anotações do poeta até mesmo as divergências com Américo Facó foram minimizadas¹⁰².

Nas folhas seguintes, além das anotações, todas feitas a lápis, o que indica o seu caráter de esboço, Mário de Andrade riscou de vermelho algumas considerações. Todas elas referentes ao conceito cultural da *Enciclopédia*. Deveria esta ser popular, mediana ou culta? Talvez um pouco de todas essas características. Os questionamentos não cessavam. Qual a aproximação ideal da obra? E mais, qual o número de comissões e de subcomissões? A *Enciclopédia brasileira* teria o princípio histórico da Italiana, o científico oriundo da ciência exata ou o filosófico crítico da obra de D'Alembert¹⁰³? Além disso, quantas comissões gerais? E quantas de suas subdivisões particulares? Estas últimas teriam quantas subcomissões? Muitos questionamentos que procuravam imprimir nesta obra seu caráter de particularidade. Como dotar o Brasil de uma *Enciclopédia*? Qual o modelo e qual a ação mais adequada para lhe conferir tamanha responsabilidade de catalogação? Perguntas e respostas que Mário de Andrade foi capaz elaborar e de responder.

Ainda sobre as comissões, o poeta caracteriza-as do seguinte modo:

Comissão de controle

Esta comissão, de trabalho permanente é destinada a controlar a uniformidade conceitual dos verbetes. Tanto quanto à terminologia quanto ao conteúdo técnico de cada verbete¹⁰⁴.

Entre os riscos e rabiscos de Mário de Andrade, aspectos como o “peso brasileiro dos verbetes”, a “qualidade” dos mesmos, os tipos e tamanhos vão sendo retirados do esboço e reelaborados. No que se refere, por exemplo, ao peso brasileiro, o poeta tem uma definição de realização,

¹⁰¹ Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

¹⁰² Em algumas missivas com o ministro Gustavo Capanema, Mário de Andrade expunha algumas justificativas para não aceitar o cargo de consultor técnico da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro por “não querer a vaga de Américo Facó”. Para maiores detalhes ver: BOMENY, 2012.

¹⁰³ A Enciclopédia Francesa foi publicada entre os anos de 1776 e 1780. Teve cerca de 28 volumes.

¹⁰⁴ Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

Enciclopedia
Peso brasileiro
30% em geral

Mas não é possível talvez dar o mesmo peso em todos os assuntos. Etnografia, por ex., se o artigo é de 300 linhas, se desse mais 600 para a etnografia do Brasil. Isto é 200%.¹⁰⁵

Sem dúvida, o caráter nacional imprimiu o perfil da *Enciclopédia* em seus primeiros anos. Ao sugerir aumentar a quantidade de linhas aos verbetes nos quais os aspectos brasileiros fossem tratados, Mário de Andrade e o Instituto Nacional do Livro procuravam oferecer ao Brasil uma obra que o universalizasse, e principalmente, que lhe conferisse uma identidade.

Sobre os verbetes, a orientação foi para que tivessem um caráter educativo e prático. Assim, com algumas outras observações, as folhas sobre os verbetes foram riscadas com o lápis vermelho. As considerações que não apareceram rasuradas foram as referentes à comissão lexicográfica sobre a qual Mário de Andrade alertou para a importância na definição dos “casos terminológicos da língua nacional”, “pobres de terminologias para ciências modernas, e mesmo ofícios e artes”.

As comissões listadas pelo poeta se dividem nas seguintes áreas:

- 1- Historia Antiga e Moderna
- 2- Artes literarias – Biblioteconomia (Bibliografia)
- 3- Artes musicais – musicologia
- 4- Artes plásticas
- 5- Artes aplicadas e industriais (proletarias)
- 6- Artes militares e nauticas
- 7- Historia e ciencia das Religiões
- 8- Filosofia e Direito
- 9- Economia e Estatistica (Industria e Comercio)
- 10- Geologia, Paleontologia, Arqueologia e Prehistoria
- 11- Matemáticas e Astronomia e Engenharia
- 12- Física e Química
- 13- Biologia, Psicologia e Medicina (Cirurgia)
- 14- Historia Natural
- 15- Geografia, Antropologia
- 16- Filologia, Etnologia
- 17- Educação, Esporte e Jogos
- 18- História da America e do Brasil
- 19- Linguística e Literatura brasileira
- 20- Varias¹⁰⁶

¹⁰⁵Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

¹⁰⁶Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

As considerações finais de Mário de Andrade sobre o plano básico da *Enciclopédia Brasileira* se centraram na defesa de um corpo controlador que desse maior expansão ou condensação dos verbetes, assegurando-lhes normas e padrões. Mas não foi só isso. Antes da conclusão do anteprojeto da *Enciclopédia*, Mário de Andrade ainda escreveu mais sete páginas a respeito de como considerava ser a obra, suas especificidades e, sobretudo, todos os pontos que julgava serem prejudiciais ao desenvolvimento da mesma. Em alguns trechos, o poeta alertava,

[...] Com efeito se ela tiver como criterio conceptivo geral um caracter filosófico e critico como La Grand Encyclopédie, ou um criterio preferentemente histórico como a Enciclopédia Italiana, não só ela mesma enfraquecerá como o seu alcance, como este será excessivamente transitorio, explicando quase revisão completa em cada edição futura. Porque, morto um colaborador autor de uma monografia ou mesmo [ilegível] vezes de um simples verbete de cinco ou dez linhas o nosso colaborador a quem rascunha por em dia, atualizar o verbete em questão, não terá apenas que lhe acrescentar o que se souber a mais sobre o assunto e derive das pesquisas recentes, mas terá que rever por completo o assunto [...]¹⁰⁷

Os problemas, no entanto, não cessavam por aí. Caso a *Enciclopédia* se dedicasse a um público muito específico, fosse este popular ou culto, para Mário de Andrade a obra diminuiria o alcance, não justificando o gasto financeiro inerente. De toda forma, chegar a um denominador comum seria complicado, mas havia um tipo ideal para o poeta que era o caráter misto,

O ideal é pois a Enciclopedia de carater mixto, que possa, conforme o assunto, se dirigir a todas as classes e a todas ser útil. Um criterio conceptivo nem histórico nem filosófico nem científico mas directamente objetivo e criteriosamente conforme a natureza mesma do verbete.

[...]

Quanto à parte propriamente brasileira da Enciclopedia, quando os assuntos e os verbetes não se direcionarem a esses criterios gerais já predeterminados, a cada um deles em particular a Comissão central determinará dentro deste espirito sugerido, o criterio e requisito. O caso, por exemplo, das biografias, só pode ser resolvido, particularmente para cada caso. Qual a mais importante numa Enciclopedia brasileira entre as personalidades de Pedro o Grande, da Russia, e o Duque de Caxias e mesmo... Pedro Ivo são mais necessariamente importantes dentro da Enciclopedia Nacional. Não só, por este criterio, a Enc.Nacional terá uma funcionalidade muito mais profunda e fecunda, como só assim, terá valor universal. Porque só assim ela será necessaria e util nos paises estrangeiros já dotados de enciclopedias magnificas como tambem apresentará com desenvolvida especificidade a contribuição nacional para a cultura e a vida humana¹⁰⁸.

¹⁰⁷Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

¹⁰⁸Pasta Enciclopédia Brasileira. Fundo Mário de Andrade. IEB/USP.

Todas as páginas que compõem o plano básico também estão riscadas com o mesmo lápis vermelho que produziu outras notas de Andrade. É bem provável que a totalidade da compreensão sobre o Brasil não coubesse nos rascunhos do poeta e na própria *Enciclopédia*. Essa dificuldade está ainda mais exposta numa carta endereçada ao ministro Gustavo Capanema e na proposta feita por Mário de Andrade de continuar a trabalhar para o projeto da *Enciclopédia* e no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo,

Exmo. Sr. Ministro Gustavo Capanema

Achando-se já nas mãos de V. Ex. o anteprojeto da Enciclopédia Brasileira, que, como consultor técnico da mesma, no Inst. Nac. do Livro, me coube a incumbência de fazer.

Esperando resolução superior que fixe o plano básico da mesma Enciclopédia, venho propor é decisão de V.Ex. o seguinte plano para a continuação dos meus trabalhos.

No Anteprojeto citado, ao estudar o peso brasileiro da Enciclopédia, lembrei o perigo em que estávamos de dar a esse peso nas diversas matérias uma quantidade ???. Realmente o estudo da coisa nacional não se tem processado conquanto e simultaneamente com a mesma intensidade e profundidade em todos os saberes do conhecimento humano. De algumas ciências e artes já nos conhecemos com certeza, noutras, às vezes, a deficiência chega a ser completa. Entre os ramos do conhecimento humano em que ilegível estamos habilitados está o dos ilegível/ilegível tradicionais tanto eruditas como folcloristas.

Grande impulso foi dado, aliás, nestes estudos, relativamente a artes plásticas, pelo Serviço do Patrimônio e G. Nacional, de criação de V. Ex. Mas quanto ao que [ilegível] à música, especialmente, a popular, o que sabemos sobre nós mesmos é pouquíssimo e exige imediato impulso, para que a Enciclopédia não apresente grande folha.

Ninguém melhor que v. Exa. Pode julgar da minha inferioridade nestes ramos, porquanto a V. Ex. devo a honra da conferência de vários projetos a respeito, tanto o anteprojeto do Serviço do Patrimônio¹⁰⁹, e ainda o da reforma da Escola Nacional de Belas Artes e ainda outro para a criação de um Instituto Nacional de Música que correspondesse para as artes musicais ao que praticasse para as artes plásticas e as literárias, o verniço do Patrimônio e do Inst. Nacional do Livro. [ilegível], pois de melhor preencher o meu trabalho atual, venho propor a V.Ex. entrar em colaboração direta com o Serviço do Patrimônio, para realizar, de acordo com êste, premissas históricas e técnicas na 6ª região que é a de S.Paulo e Mato Grosso. Proponho esta região porque, sendo das mais importantes, não tem os seus trabalhos a respeito tão adiantados como o das regiões do Rio de Janeiro, de Minas, da Bahia e de Pernambuco.

Aliás a escolha ainda se decide por ser em S.Paulo o único lugar onde poderia continuar com êxito os estudos a respeito da musica popular brasileira. Não só lá se guardam os fichários, os milheiros de instrumentos e biblioteca especializada que ajuntei e não posso transportar para o Rio pelo que isso implicaria em gastos e aluguel de casa propria para a sua manutenção aqui, como principalmente por estar lá a Diretoria Pública, do

¹⁰⁹Sobre o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ver: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na Repartição**. Editora UFRJ/Paço Imperial, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1993.

Departamento de Cultura de S.Paulo. Ora esta é a única instituição brasileira que foi se dedicar ao estudo e a colheita científica do folclore musical brasileiro. Não só mantemos discos por ela guardados, milhares de documentos colhidos por quase todo Brasil, como ainda guarda em seus arquivos a cópia completa dos discos de musica ameríndia brasileira, pertencentes, ao Phonogrammarchiv de Berlim.

Venho propor, pois, a V.Ex. transladar-me temporariamente para São Paulo, lá permanecendo durante a realização dos trabalhos aqui iniciados. Para controle desses trabalhos enviaria a V.Ex. ou a quem V.Ex. indicar para isso, relatório mensal do quanto quiser e cópia dos trabalhos a medida que estes se ultimarem.

Cordiais saudações.

Com a clara intenção de retomar a vida em São Paulo, Mário de Andrade fez a proposta ao ministro de assumir um novo cargo no serviço público paulista. A correspondência data de julho de 1940. Mais tarde, retornando à cidade natal, Mário de Andrade não se dirigiu ao Patrimônio, mas se dedicou à escrita de poemas e textos para jornais. Em 1944, Mário de Andrade novamente fazia referência à *Enciclopédia*. Desta vez, não mais, remetendo-se ao Instituto Nacional do Livro, mas sim, recusando uma solicitação do amigo Edgard Cavalheiro para a elaboração de uma Enciclopédia da editora Globo.

S. Paulo, 13-I-44

Meu caro Edgard Cavalheiro

Antes de mais nada, faça figa: olhe o dia em que estou lhe escrevendo. Aliás não escolhi o dia, a chuva é que me escolheu. Estava pronto para sair, questão de ir no médico, mas eis que está de sopetão uma chuva caída formidolosa, que molha mesmo. Então não saí, e como fiquei com este momento livre, aproveitei para lhe escrever.

É que estive matutando, matutando muito sobre a enciclopédia e desisto de fazer um plano para você, me tomava um tempo danado, e eu estou heroico e luminoso de tanto trabalho. É demais, nem tenho tempo de ler, que é por onde se principia escrevendo. Realmente um plano desses toma muito tempo, e inda por cima sobra sempre a inquietação de não passar de anteprojeto, sujeito a mil mudanças e tergiversações da casa editora, que sabe mais que eu quais são as suas próprias possibilidades e interesses. Você veja bem: perco um tempo danado, estudo e trabalho, acabo elaborando um plano completo. Mas com que gosto vou trabalhar nisso, se tudo pode ser jogado fora, ou, o que é pior modificado para péssimo, no meu difícil entender! A coisa toma tempo e trabalho, eu sei que você pode bem imaginar. Tanto mais que as indicações preliminares estabelecidas pela Globo e que você me passou cópia são muito peculiares, e em nada, absolutamente nada coincidem com o anteprojeto de enciclopedia que elaborei uma vez por encomenda do Ministério da Educação. Estive procurando a minha cópia deste anteprojeto para você ler, mas está com o Sáia. Si quiser ler (mas não copiar nem se aproveitar praticamente dele, pois não me pertence, mas ao Ministério, Instituto do Livro) se quiser ler, me fale que pedirei ao Sáia que lhe empreste. Você verá que se trata de coisa tão diversa, que não serve de nada. E fazer tudo de novo, principalmente o plano de subdivisão do trabalho é de uma dificuldade e de uma delicadeza enorme. Eu creio que para um esboço primário de plano, apenas reunir um número determinado de sugestões, o

preferível seria organizar uma reunião de alguns que você queira, e a gente discutir isso numas duas horas de conversa.

[...]

Me desculpe desta vez, mas v. há de reconhecer que pediu coisa grande demais, arre!, um plano de Enciclopédia!

Com o abraço amigo do.

Planejar uma Enciclopédia foi uma tarefa árdua demais para Mário de Andrade. O fracasso do anteprojeto do Instituto Nacional do Livro provocara-lhe certa “exaustão” de empreitadas como esta, mas ao mesmo tempo, lhe concedera visibilidade em assuntos desse gênero. Junto do pedido de Edgard Cavalheiro, há outra solicitação de elaboração de Enciclopédia. Desta vez, vindo do Rio Grande do Sul. Não há assinatura na carta, mas é bem possível que tenha sido feita por Augusto Meyer. A intenção era a confecção de “uma pequena Enciclopédia Brasileira. Um livro de oitocentas a mil páginas que reúna conhecimentos de ordem geral sobre o Brasil – a terra e o homem”. Não há resposta a esse pedido. No entanto desde 1940, pelo menos, Mário de Andrade não voltou às atenções para a elaboração de uma *Enciclopédia Brasileira*.

Tempos depois, com a saúde cada vez mais fragilizada, Mário de Andrade faleceu a 25 de fevereiro de 1945. A imprensa noticiou a morte, chegando a se referir ao momento como uma luz que se apagava. Entre as homenagens feitas ao poeta estavam a de Carlos Drummond de Andrade, Gustavo Capanema e Manuel Bandeira feitas com flores e poesias¹¹⁰. Nas palavras do crítico literário Antonio Candido, “para encontrarmos na literatura brasileira um morto da importância de Mário de Andrade, [seria] preciso remontar o ano de 1908, à morte de Machado de Assis”.

Passado algum tempo após o anteprojeto de Mário de Andrade, seu retorno para a cidade de São Paulo e posteriormente seu falecimento, os planejamentos para a *Enciclopédia Brasileira* reiniciaram, modificando-se consideravelmente. Tendo à frente, a direção de Américo Facó¹¹¹, o novo chefe da Seção, o ano de 1945 iniciou com a ideia

¹¹⁰De acordo com Eduardo Jardim, no dia do enterro o ministro Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade prestaram homenagens a Mário de Andrade por meio de coroas de flores. Depois disso, tanto Manuel Bandeira quanto Carlos Drummond tem poemas dedicados ao poeta, tais como: “Mário de Andrade ausente” de Manuel Bandeira e “Mário de Andrade desce aos infernos” de Carlos Drummond de Andrade. Para maiores detalhes ver: JARDIM, 2015, p.208-209.

¹¹¹**Américo de Queirós Facó** (1885-1953) foi um poeta e jornalista cearense. No ano de 1910 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro a fim de ingressar nos principais círculos literários e intelectuais do Brasil. Trabalhou no INL, no Senado Federal e foi diretor da *Revista Fon Fon*. Na década de 1950 ingressou como membro do Instituto Histórico e geográfico do Ceará tendo falecido pouco tempo depois. Em contato com o Instituto do Ceará foi possível localizar as Revistas do órgão que contém a ata de ingresso. No entanto nada mais em referência ao INL e à *Enciclopédia Brasileira* foi localizado.

de preparar dois planos: um que atendesse à *Enciclopédia* e outro que contemplasse o *Dicionário*. Na concepção do Ministério,¹¹²,

(...) fora de dúvida que tão vasto cometimento requer a colaboração de especialistas numerosos, e cujo saber e essência vai recorrer o Instituto Nacional do Livro, que formará com eles comissões diferentes, e pela diversidade dos assuntos, inclusive os de ordem científica, abrangidos no plano de uma, ou nos das duas obras, esses especialistas conforme se acha estabelecido, serão procurados fora do quadro do Instituto, e pagos pro labore.

Sobre a elaboração de verbetes para a *Enciclopédia Brasileira*, a proposta ainda mantinha-se com a estrutura de comissões. Quanto ao *Dicionário*, as regras seriam semelhantes:

A Enciclopédia Nacional, além de matéria que interessa a história e os conhecimentos gerais da humanidade, e cujos verbetes serão redigidos com precisão e síntese, dará especial desenvolvimento aos assuntos brasileiros de toda a sorte, que muitas vezes hão de constituir verdadeiras monografias e imprimir à obra seu caráter mais significativo.

Para a elaboração dos verbetes da Enciclopédia, o Instituto Nacional do Livro distribuirá em comissões os colaboradores que houver chamado a seu serviço, e conforme as especializações, rendendo-lhes gratificações.

[...]

A Enciclopédia será convenientemente e profusamente ilustrada. Cada volume conterà páginas coloridas, sobre desenhos característicos referentes à geografia, à etnografia, à flora, e à fauna do Brasil, ou outros, finamente executadas. A cartografia brasileira será colorida.

[...]

Como a Enciclopédia Nacional, o Dicionário será empreendido e realizado com rigoroso método científico. As normas gerais que o Instituto lhe estabelece são, na prática análogas às que se fixam para a Enciclopédia. E quanto ao plano da obra, no que se refere ao critério puramente lexicográfico, à distribuição das comissões e as outras particularidades úteis, para perfeita unidade na orientação e execução da obra, será ouvida a Comissão Central, quando constituída com alguns colaboradores que o Instituto chamará a seu serviço.

Além das duas publicações, o órgão federal pretendia lançar uma *Gramática Brasileira*, cujos parâmetros assim previam¹¹³,

A organização e a publicação do Grande Dicionário Português do Brasil impõe, necessariamente, a de uma Gramática em que se estabeleçam as leis da sintaxe e da prosódia que na língua falada se fizeram de uso geral e corrente, e não foram até hoje devidamente compreendido.

A indicação desse trabalho complementar do Dicionário foi formulada no Instituto Nacional do Livro pelo próprio Ministro da Educação, Sr. Gustavo Capanema, e falo por ele o uso popular e as obras de numerosos autores brasileiros.

¹¹²Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV.

¹¹³Fundo Gustavo Capanema/CPDOC-FGV.

Mas mesmo diante de tantos preparativos, a crise que se instalou no fim do Estado Novo culminou com a saída de Getúlio Vargas do posto presidencial e de Gustavo Capanema do Ministério da Educação e Saúde. Com isso, nem o projeto de Mário de Andrade e tampouco o de Américo Facó se concretizaram.

Ainda sob a direção de Meyer, e com um vasto programa de publicações, o incentivo principal de lançamento nesses anos foi voltado para a edição do *Dicionário de Folclore Brasileiro*, de Luis da Câmara Cascudo. No fundo documental do autor não há menção a um novo plano para a *Enciclopédia Brasileira*. Tendo por autor um dos maiores folcloristas brasileiros, o Dicionário de Câmara Cascudo parece responder aos primeiros anseios de 1937 de se lançar uma *Enciclopédia* essencialmente brasileira. As cartas trocadas entre Cascudo e Meyer são reveladoras nesse sentido, pois tratam de um plano encomendado desde 1943:

Meu caro Augusto Meyer,

Natal, 17-XI-1951.

O Dicionário do Folclore Brasileiro está terminado. Alcançam aproximadamente 1750 verbetes, algumas pequenas monografias e reuni as fotos que pude arranjar. Sua carta, sugerindo o trabalho, é de 24 de agosto de 1943. Eu já trabalhava num “Indicador” que a sua carta transformou em Dicionário. São quasi dez anos de esforço, pesquisa, viagem, buscas, livros raros, teima, sonhando um volume seguro, limpo, honesto, capaz de responder, por algum tempo, às necessidades do estudo que agora entre numa fase intensa de atividade e interesse quase geral.

[...]

Antes, porém, com um abraço, venho pedir-lhe o interesse pessoal por um trabalho de dez anos e que reúne o maximo do esforço e da vontade do que seria capaz. Sem orientação, sem guias, fui abrindo picadas na mata. Creio que este Dicionario, que v. sugeriu e animou, há oito anos passados, deverá constituir publicação próxima em 1952, sem os maiores retardamentos e preterições que desanimariam e perderiam a oportunidade do seu aparecimento e utilização para os estudiosos da espécie.

[...]

Tenho recebido inúmeras cartas de todos os Estados do Brasil perguntando pelo Dicionario. O Congresso do Folclore acudiu um pouco de curiosidade e é natural que este livro seja util como apontador de horizonte. Não digo decisivo, mas seguramente indispensável como documentário.

Venho, pois, perguntar ao presado amigo Meyer o que me diz sobre esse nosso Dicionario. Qual o preço? Se não quiser calcular por unidade, com a elevação logica pois os dez centavos de 1942 são insubsistentes em final de 1951, não seria possivel oferecer um preço total, pago no primeiro semestre de 1952?

Esta parte deve estar subordinada ao próprio ritmo do Instituto do Livro.

O interesse pela publicação de Luis da Câmara Cascudo pode ser um indício da tentativa de Meyer de recuperar as discussões de 1937. A importância de Luis da Câmara Cascudo se traduz, especialmente, por suas viagens etnográficas e a vasta obra dedicada à história, geografia e etnografia brasileira¹¹⁴. A proposta do Dicionário dedicava-se a apresentar o folclore brasileiro, suas peculiaridades e, principalmente, pretendia realizar uma espécie de indexação de conceitos do folclore nacional. Além disso, é conhecida a relação existente entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo. Ao longo das viagens etnográficas do poeta, não raro, houve trocas de correspondências entre ambos discutindo aspectos do folclore nacional¹¹⁵. Contudo o Dicionário somente foi lançado em 1954, segundo os indicativos da carta de outubro deste mesmo ano endereçada a Meyer e na qual Luis da Câmara Cascudo solicitava exemplares de sua obra¹¹⁶. Permanecendo à frente do Instituto Nacional do Livro até 1955, Augusto Meyer não se engajou em outro grande lançamento editorial. Depois dele quem assumiu a direção e se manteve no curto período de um ano, foi Adonias Filho. Contudo nenhum grande projeto foi empreendido. No que se refere à *Enciclopédia Brasileira*, o principal incentivo para seu lançamento aconteceu apenas em 1956 quando houve a mudança de diretor e a alteração na concepção política, relegando à edição brasileira, questões, exclusivamente, universitárias. É o que se discute no próximo capítulo. Uma versão da *Enciclopédia Brasileira* pautada em um novo momento das discussões nacionais.

¹¹⁴Para maiores informações sobre Luis da Câmara Cascudo ver: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000010559.PDF. Acesso em 20 jan.2016.

¹¹⁵Mário de Andrade e Câmara Cascudo intensificaram a troca de missivas quando o primeiro realizou uma viagem etnográfica a pedido do Diário Nacional entre os anos de 1928-1929. Os detalhes dessa relação estão disponíveis em: **Cartas de Mário de Andrade a Luis da Câmara Cascudo** (introdução e notas de Veríssimo de Melo). Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia, 2000.

¹¹⁶Fundo Augusto Meyer. FCRB.

Capítulo 3

UMA *ENCICLOPÉDIA* EM TEMPOS DE MUDANÇA: Os projetos da *Enciclopédia Brasileira* dos anos 1950 a 1973

3.1 Uma obra universitária: os novos planos de edição da *Enciclopédia Brasileira* na década de 1950

A Enciclopédia Brasileira, que dedicará ao conhecimento científico papel relevante em suas páginas, pretende focalizar a dimensão prospectiva, sem prejuízo do inventário retrospectivo de importantes aquisições. Mas é preciso não esquecer que o nosso objetivo consiste em **atender às necessidades culturais do estudante de nível universitário**. (Diretrizes para a Enciclopédia Brasileira, 1957. Grifos meus)

Esse pequeno trecho compõe o programa de diretrizes para a publicação da *Enciclopédia Brasileira* da década de 1950. Se comparado aos propósitos de 1937, há uma modificação considerável de caráter e de escopo. De uma obra nacional que destacava as peculiaridades do país passava-se a uma publicação voltada para as questões universitárias. Fruto de uma época que consagrou a circulação dos primeiros resultados acadêmicos brasileiros, a *Enciclopédia Brasileira* se adequou aos novos paradigmas nacionais e tornou-se uma publicação tipicamente universitária.

De acordo com Euryalo Cannabrava¹¹⁷, um dos chefes do projeto, a *Enciclopédia* deveria elaborar um novo plano de redação que recuperaria os programas das faculdades e das instituições de ensino superior. Uma publicação contendo as novas diretrizes já apontava na introdução a retomada do projeto, marcando mais uma vez a proximidade com São Paulo.

A nova direção do Instituto Nacional do Livro resolveu dar cumprimento a um ponto do seu programa, já debatido desde há muitos anos: a organização da Enciclopédia Brasileira. Para isso veio a S. Paulo uma comissão chefiada pelo seu diretor sr. José Renato dos Santos Pereira e integrada pelos drs. Euryalo Cannabrava e Paulo Assis Ribeiro, a fim de promover um primeiro contato com a intelectualidade paulista, da qual serão tirados alguns colaboradores para aquela obra. Esse primeiro contacto realizou-se na Biblioteca Municipal, quando foram apresentados dois relatórios sobre o plano de ação, um do prof. Euryalo Cannabrava e outro do mesmo prof. Cannabrava e do dr. Paulo Assis Ribeiro, os quais publicamos neste folheto. (**Introdução ao plano da Enciclopédia Brasileira**, Rio de Janeiro, 1956)

¹¹⁷Para maiores informações sobre este intelectual, vide o quadro prosopográfico ao final desta dissertação.

Junto dessa nota introdutória, foram postuladas as razões pelas quais a *Enciclopédia brasileira* ainda não havia sido lançada. Nas palavras do chefe,

A principal razão por que a Enciclopédia Brasileira tem até hoje os seus trabalhos apenas iniciados, sem possibilidades de se levar essa ingente tarefa a bom termo, decorre do excesso de escrúpulos e do ideal de perfeição que animava os seus organizadores. Observa-se comumente no Brasil e em toda a América Latina a preocupação de realizar certa obra de maneira tão satisfatória que o resultado de tudo é o malogro ou a confinação ao que se denomina os árduos trabalhos preparatórios.

(...)

O resultado de tudo isso é que a aventura enciclopédica implica, também, espírito de renúncia, sacrifício do pitoresco e do interessante em proveito da solidez, precisão e objetividade. Pode-se perfeitamente elaborar uma imensa obra que incluiria tudo aquilo que as enciclopédias não registram. **O trabalho, portanto, não é de assimilação indiscriminada, mas de espírito seletivo e alerta perante as indispensáveis omissões.**

A Enciclopédia, portanto, não representa apenas o epítome da sabedoria ecumênica, mas também o compêndio, por exclusão, daquilo que se considera acidental, fortuito, ocasional ou aleatório. A tarefa, sendo de escolha, inclui assim não somente o que se aproveita, como também o que se refuga. As omissões em obra de tal magnitude frequentemente são mais trabalhosas e difíceis do que aquilo que se inclui, seguindo as normas do consenso universal. (grifos meus)

Além das explicações e enaltecimentos para o trabalho, a questão da *Enciclopédia* deixava de ter como escopo a escrita de uma obra que abarcaria “todo” o conteúdo a respeito do Brasil para dar lugar àquilo que poderia interessar a uma formação mais geral sobre o mundo. Do particularismo brasileiro, passou-se ao universalismo. Esta assertiva se concretiza na disposição das nove classes que compuseram o plano da obra de 1956: 1- Filosofia e Linguística; 2- Filosofia; 3- Lógica; 4- Ciências Físicas; 5- Ciências Naturais; 6- Ciências Históricas e Sociais; 7- Artes e Literatura; 8- Organização, Economia e Administração e 9- Diversos¹¹⁸. A principal modificação do plano de 1956 em relação ao de 1937 reside na própria concepção de ciência que passou a se subdividir em inúmeros itens e especialidades dentro da concepção da obra. Essas transformações foram originárias de um período no qual todas as disciplinas estavam se especializando e novas áreas do conhecimento surgindo.

No caso em questão, por se tratar da organização de uma *Enciclopédia* a inter-relação é direta com a Biblioteconomia. Nesse momento, este campo do conhecimento passava pelas transformações provocadas pelo nascimento da Ciência da Informação que alterou e subdividiu os campos do conhecimento na tentativa de organizar e

¹¹⁸Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

recuperar o conhecimento¹¹⁹. A partir desse período vivenciou-se a já conhecida “explosão da informação”¹²⁰ e da qual possibilitou a emergência de um novo conceito de biblioteca e que como consequência alterou a própria concepção do plano da *Enciclopédia Brasileira*¹²¹. Sobre esta última, houve maior subdivisão de temas, envolvendo uma gama de profissionais variados e, a partir de então, especializados em diversos campos do conhecimento.

Na sequência do plano há um texto de abertura que elenca as características positivas dos trabalhos executados a partir da década de 1950, tais como: os modelos de fichas, normas gerais e específicas; criação e treinamento de uma equipe profissional e a definição da *Enciclopédia* como “uma obra de engenharia”, instalando-se em novembro de 1956 uma Comissão Central¹²².

No entanto o maior destaque foi dado para as realizações de 1957. A narrativa evidencia a verba solicitada ao Ministro da Cultura que no ano em questão foi no valor de dez milhões de cruzeiros, reduzidos para a quantia de dois milhões, com promessas de extensão para mais três milhões. Na prática, segundo indica a documentação, a dotação real para a *Enciclopédia* não chegou aos cinco milhões, tendo o projeto editorial recebido apenas 16% do necessário.

Seja com muita ou pouca dotação orçamentária, o fato é que a *Enciclopédia Brasileira* recebeu investimentos estatais consideráveis nesses anos. Contudo as reclamações continuavam. Além da verba considerada escassa, outros agravantes atingiam a edição da obra. Dentre eles são citados as dificuldades com o local, o material e o pessoal. Sobre o local, a permanência na Biblioteca Nacional se tornava uma questão insustentável, tendo sido remediada através do aluguel de salas do edifício *A Noite*. O ofício que trata dessa questão mais uma vez destaca a falta de verba:

A Enciclopédia Brasileira confinada em um recanto dos porões da Biblioteca Nacional necessitava urgentemente de um local adequado. Achamo-lo no edifício de A Noite, embora com área inferior à prevista no plano. Vossa Excelência assegurou pessoalmente, ao Superintendente das Empresas Incorporadas, que o pagamento seria feito pontualmente. Estamos há seis meses ocupando as salas (cujo aluguel é de Cr\$ 33.475,00) e apenas sessenta

¹¹⁹Para aprofundar essa discussão ver: FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.

¹²⁰Sobre a formação de novas áreas do conhecimento no pós-guerra e o surgimento da Ciência da Informação ver: FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹²¹No quadro disposto ao final dessa dissertação, as explicitações e comparações entre os planos se tornam mais evidentes.

¹²²Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

mil cruzeiros foram pagos, assim mesmo sacrificando a verba da Enciclopédia, já que fora previsto um pagamento por verbas específicas¹²³.

A escolha pelo edifício de *A Noite* pode ser justificada por certa tradição desse prédio de receber instituições governamentais. Além da Seção da Enciclopédia, tinha-se notícia do funcionamento da Rádio Nacional criada por Vargas em 1936¹²⁴.

Além disso, havia outras demandas. A argumentação de que o abastecimento de materiais estava rarefeito e de que isso atrapalhava a edição de obras foi usada também para pedir mais verbas para a edição. Some-se ao conjunto, o argumento utilizado para justificar o atraso do pagamento dos funcionários e recenseadores, fato este que os teria levado a paralisação dos trabalhos. Toda a situação foi contrabalanceada com um ponto paradoxal. Mesmo diante de tantos pontos negativos, afirmava-se, no documento, que a produtividade da seção da Enciclopédia redeu 70% a mais do que o esperado. Isso diante de um quadro de paralisações de funcionários, ausência de abastecimento de materiais e ameaça de despejo. Ao que pode parecer, a *Enciclopédia Brasileira* seria publicada em 1957 graças ao “devotamento religioso de todos os seus colaboradores - homens que compreenderam o alcance da obra e tomaram-se de amor por ela”¹²⁵.

Não se pode mensurar o engajamento devotado ao empreendimento enciclopédico, mas o certo é que a primeira grande modificação do plano estrutural da obra não ocorreu em 1957, mas sim em 1956 com a nomeação de José Renato Pereira para o cargo de chefia do Instituto Nacional do Livro; a de Euryalo Cannabrava para a chefia da Seção da Enciclopédia e a de Paulo de Assis Ribeiro para assessoria técnica dos trabalhos. Nesse mesmo ano o INL e o MEC publicavam o Plano da *Enciclopédia Brasileira*, livro no qual foram expostos os motivos do lançamento dessa obra, sua disposição física e organizacional, tipos de verbetes e áreas de concentração dos textos. A tiragem inicial da obra estipulada para o ano de 1956 foi de 300 exemplares. A função principal da *Enciclopédia* tal como descrita nesta obra reiterava o atendimento às necessidades do público universitário. Assim afirmava-se,

¹²³Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

¹²⁴O edifício *A Noite* foi inaugurado em 7 de setembro de 1929. É considerado o primeiro arranha-céu brasileiro, reunindo empresas multinacionais e os consulados dos Estados Unidos e do Panamá. Além disso, ali também funcionava a Rádio Nacional, conforme já explicitado, e outras agências de notícias internacionais. Em 2013, os conselheiros do Iphan decidiram pelo tombamento do edifício nos livros de tomo histórico e de belas artes. Atualmente o prédio está localizado na praça Mauá próximo ao recém inaugurado museu MAR. Sobre o assunto ver: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/04/edificio-do-rio-de-janeiro-e-tombado-pelo-iphan>. Acesso em 20 abr.2015.

¹²⁵Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

A Enciclopédia visa também a fornecer idéias claras sobre os conceitos fundamentais, nos vários campos de conhecimento. É imprescindível que o consulente cujo grau de cultura geral é o universitário possa, ao recorrer à Enciclopédia, nela encontrar a conceituação específica exposta com o máximo de precisão e clareza, possibilitando-lhe a compreensão do assunto que desperta o seu interesse¹²⁶.

Além disso, o plano também previa que a obra contivesse, de maneira detalhada, as áreas do currículo educacional seguindo a classificação temática:

- 1- Generalidades: obras gerais, bibliotecas, coleções, academias. Particularidades – Manuscritos – Livros. Assuntos de caráter geral ou de classificação difícil;
- 2- Religiões: Animismo – fetichismo – magia – mitologia – cristianismo – budismo – islamismo;
- 3- Filosofia;
- 4- Ciências Puras: Matemática, astronomia, cronologia, física, meteorologia, química, mineralogia, geologia, oceanografia, biologia, antropologia, paleontologia, botânica, zoologia.
- 5- Ciências Aplicadas: medicina, anatomia, fisiologia, farmácia, agricultura, agropecuária, veterinária, engenharia, siderurgia, hidráulica, eletricidade, fábricas, motores, automóveis, aeronáutica, construções, materiais, instalações, transporte, navegação, estradas, economia doméstica, artefatos, objetos de uso, comércio, ofícios, profissões, exército, marinha, guerra e defesa.
- 6- Belas Artes: arquitetura, urbanismo, paisagem, artes plásticas, decoração, teatro, dança, música, rádio, esportes, jogos.
- 7- Literatura – Poesia.
- 8- Geografia – Viagens.
- 9- História Universal: acontecimentos, arqueologia, heráldica, personagens, biografias.
- 10- Ciências Sociais: economia, política, direito, Estado, governo, administração, estatística, educação, ensino, higiene, assistência, previdência, associações, etnografia, costumes, folclore¹²⁷.

Sem ter sido lançada em 1956, novas políticas de publicação reapareceram em 1957 e 1958 e as verbas solicitadas para a edição da *Enciclopédia Brasileira* chegaram a cifra dos CR\$10.000.000,00 de cruzeiros destinados a compra de dicionários auxiliares, ao pagamento e a contratação de funcionários, a articulação da comissão técnica e etc. Nesse mesmo ano o ministro da Educação sondava os processos de edição da *Enciclopédia* através de um questionário com perguntas sobre os prazos e detalhes de edição,

¹²⁶Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

¹²⁷Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

PERGUNTAS FORMULADAS PELO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO
SOBRE OS TRABALHOS DA ENCICLOPÉDIA

- 1) Quando ficará pronto o recenseamento dos verbetes? - 1958
- 2) Quando serão distribuídos para a redação dos verbetes do primeiro volume da Pequena Enciclopédia(A, B e C) - junho de 1958.
- 3) Quanto custará a redação dos verbetes do primeiro volume da Pequena Enciclopédia? - 4.000.000,00
- 4) Quanto custará a redação desses mesmos verbetes para a Grande Enciclopédia? - 700.000,00
- 5) Quanto custará a tiragem de X exemplares do primeiro volume da Pequena Enciclopédia? -
- 6) De que verbas dispomos para os itens 3, 4 e 5? ... - 10.000.000,00

O número de exemplares destinados para o ano de 1958 chegava à casa das 300 impressões e junto destas o ministro da educação e cultura deliberava a formação de comissões atuantes em diversas áreas especializadas que tratassem dos seguintes temas:

Comissão de Filologia e Linguística,
Comissão de Filosofia, Religião e Educação,
Comissão de Artes e Literatura,
Comissão de Ciências Físicas e Matemática;
Comissão de Ciências Naturais;
Comissão de Ciências Históricas e Sociais;
Comissão de Economia, Organização e Administração e
Comissão de Atividades Econômicas e Sociais¹²⁸.

Além das comissões instituídas por área, o núcleo central da coordenação organizava atos submetidos à aprovação do diretor englobando as ações no sentido de se fazerem cumprir o plano geral da *Enciclopédia*, aprovar normas administrativas e acompanhar a distribuição de recursos para vários setores de atividades, elaborar e aprovar normas técnicas básicas e estudar a e aprovar ajustes sugeridos pela Secretaria Executiva. Ainda para o ano de 1958, outra característica foi um novo pedido de dois milhões de cruzeiros para a *Enciclopédia*. No ano seguinte os preparativos para a obra continuaram intensos e mantendo-se as mesmas comissões e reivindicações do ano anterior. A falta de salas, de materiais e de membros especializados persistiram como pontos de discussão no quadro das reivindicações. O pano de fundo que justificava os atrasos na publicação foi recorrentemente atribuído à carência de verbas. No entanto o caminho apresentado pela documentação difere desse argumento ao demonstrar que as dotações orçamentárias, ainda que pequenas, não foram escassas. O gráfico e a tabela a seguir demonstram numa linha cronológica comparativa os valores dos aditamentos

¹²⁸Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

desde a criação do Instituto Nacional do Livro até o ano de 1958. Com relação a esta última data, os valores demonstram que o volume de verbas designadas para a década de 1950 foi consideravelmente maior se comparado aos outros anos:

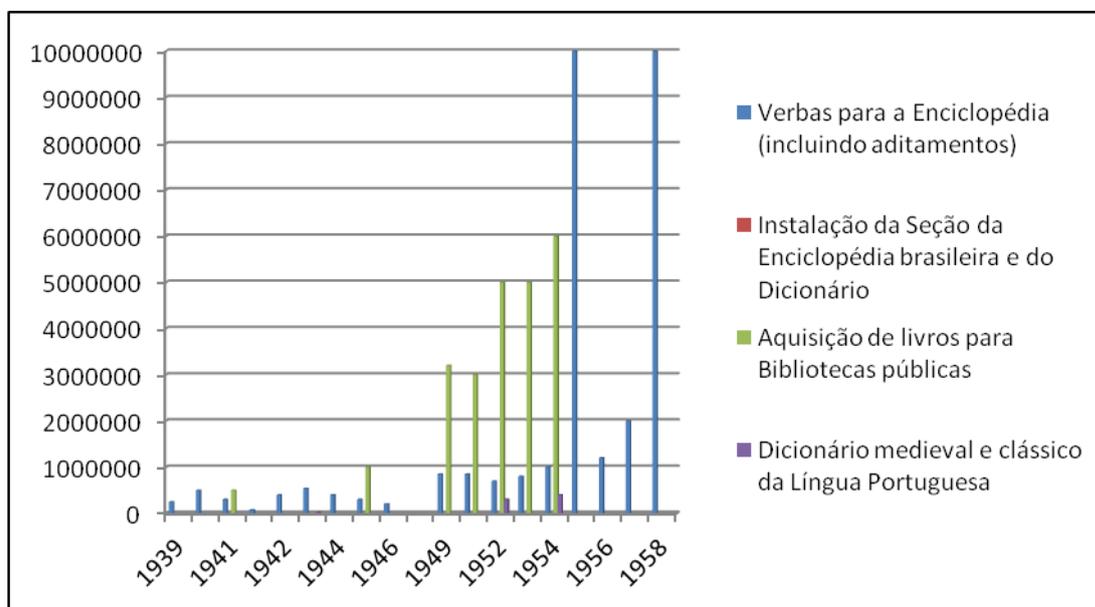


Figura 4 - Gráfico contendo os valores destinados às publicações do INL entre 1939-1958

O quadro de publicações a seguir endossa o gráfico anterior e apresenta o conjunto das publicações do Instituto Nacional do Livro:

	Verbas para a Enciclopédia (incluindo aditamentos)	Instalação da Seção da Enciclopédia brasileira e do Dicionário	Aquisição de livros para Bibliotecas públicas	Organização da Biblioteca científica e outras publicações de valor	Organização da Assistência Técnica regional	Dicionário medieval e clássico da Língua Portuguesa	Edição das obras completas de Capistrano de Abreu	Edição das obras completas de Epiácio Pessoa (Lei n.1992, de 28-9-53)
1939	250000							
1940	500000							
1941	300000		500000					
1941	75000							
1942	400000							
1943	540000					25000		
1944	400000							
1946	300000		1000000	200000				
1946	200000							
1945								
1949	850000		3200000	500000	300000			
1950	850000		3000000	500000	300000			
1952	700000		5000000	600000	600000	300000	300000	
1953	800000		5000000	600000	600000		300000	815297
1954	1000000		6000000	900000	1000000	400000		
1956	10000000							
1956	1200000							
1957	2000000							
1958	10000000							

Tabela 3 - Valores destinados às publicações do INL entre 1939-1958

De modo geral, o panorama dos acontecimentos descritos é um indício de que na tentativa de superar as carências do Brasil no campo epistemológico, a *Enciclopédia brasileira* se adequou às necessidades trazidas pela nova época¹²⁹. Alterou os seus objetivos, assemelhando-se muito mais aos pressupostos curriculares universitários do que os defendidos pelo plano de 1937. Nesse meio, há mais disputas acerca da publicação do que as evidenciadas nos ofícios que solicitavam verbas ou mesmo designavam comissões. Nas próximas linhas o destaque será dado aos imbróglios intelectuais que marcaram os preparativos para a edição na década de 1950.

3.2- “Discussões enciclopédicas” e executores ineficientes – Dilemas de uma publicação

A odisseia do Instituto Nacional do Livro não se restringiu apenas a solicitação de verbas e a constante reorganização dos planos de edição da *Enciclopédia* e do *Dicionário*. Os conflitos entre diretores e chefes de seção do Instituto Nacional do Livro marcaram as discussões sobre a enciclopédia nesse momento. O primeiro relato de que os desentendimentos no Instituto Nacional do Livro estavam interferindo na publicação da *Enciclopédia* data de 1958 e não contém assinatura. O texto é bastante enfático ao atribuir a responsabilidade pela não publicação ao diretor do INL. E mais, ele se dirige ao Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado afirmando:

Após as inúmeras tentativas infrutíferas para levar a bom termo os trabalhos da Enciclopédia, chego a conclusão da absoluta impossibilidade de continuar na comissão central daquele órgão.

Com efeito, Snr. Ministro, o mal era de raiz e as crises sucessivas são decorrentes todas da irresponsabilidade do Sr. Diretor do Instituto Nacional do Livro. De início parte apoiado e se acumpliciado com a falta de prudência e de orientação moral na condução de trabalhos que estavam entregues ao prof. Euryalo Cannabrava, e, já agora, diretamente, procurando manter o clima de indisciplina e falta de respeito, por intermédio de seu assistente. O Sr. Otávio de Melo Alvarenga, seu assistente, mesmo sem ter trabalhado, por mais de um ano, recebeu, em ordem direta do INL, remuneração por conta da verba da Enciclopédia, e teve até ordem dele para ser pago com prioridade antes dos recenseadores já muito sacrificados, pois ganhando por tarefa, têm

¹²⁹As mudanças da nova época referem-se ao crescimento e a expansão das instituições de ensino superior. De acordo com Arthur Meadows, há um crescimento ocidental nos cursos universitários de graduação e pós-graduação na segunda metade do século XX. Segundo o estudioso, os anos 1960 podem ser caracterizados pela rápida expansão do ensino superior no ocidente. Fato este observado, não apenas no Brasil, mas nos Estados Unidos e na Europa. No caso específico do Brasil, neste período verifica-se a circulação dos primeiros resultados das universidades criadas na década de 1930. Para maiores informações sobre tema ver: MEADOWS, Arthur Jack. Mudança e crescimento. In: **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999; pp.1-38.

sempre seus pagamentos atrasados, vários meses. Tudo isto tive oportunidade de expor a v. Excia., e ao próprio Sr. Diretor afirmei que só tentaríamos mais esta vez, baseados na portaria de V. Excia., tudo dependendo no entanto da atitude dele daqui por diante. O que verifiquei, no entanto foi que nele nada se modificou para melhor, e que a sua preocupação é exclusivamente, manter aquele assistente, e outros servidores com o intuito de dar emprego, tirando ao mesmo tempo nossa força moral para dirigir trabalho tão complexo como o que nos foi destinado.

Peço a minha dispensa, sem ter disto dado conhecimento nem aos demais membros da comissão, pois já não consigo mais tolerar o ambiente amoral que o Sr. Diretor do Instituto Nacional do Livro quer implantar na Enciclopédia Brasileira, ao mesmo tempo não desejo prejudicar esta obra pela qual tanto dei de meu esforço¹³⁰.

A omissão da assinatura pode funcionar como um mecanismo de preservação da identidade do autor. No entanto pelo teor do conteúdo da carta pode-se perceber que, provavelmente, ela foi elaborada por um dos membros da comissão da Enciclopédia que aproveita o espaço para denunciar os empregos desnecessários e a improbidade administrativa do órgão. Para compreender esse retrato do funcionalismo público, é necessário apresentar, não só as ações, mas também os personagens. A maioria deles possui informações esparsas e escassas, mas igualmente importantes para a compreensão do que se pode considerar como microcosmo de conflitos intelectuais.

Otávio de Melo Alvarenga conforme citado acima foi um importante nome ligado ao universo da Sociedade de Agricultura Nacional, sendo autor, inclusive, de trabalhos nessa temática. Além disso, são de sua autoria obras sobre literatos brasileiros tais como Manuel Bandeira, por exemplo. Não é impossível o fato de que ele possa ter sido escolhido para trabalhar no Instituto Nacional do Livro graças ao ramo de suas publicações. A Seção da Enciclopédia assim como os demais setores do órgão foram também espaços de sociabilidade¹³¹ no qual figuravam relações de amizade que podem ter favorecido Alvarenga de Melo.

A respeito de Euryalo Cannabrava as informações não são tão distintas. De forma semelhante à maioria dos intelectuais que passaram pelo Instituto Nacional do Livro, Cannabrava teve formação em Direito e atuou como professor de História e Filosofia. Na antiga Universidade do Brasil foi diretor do Instituto de Psicologia e, além disso, nos anos de 1937-1940 esteve à frente do Instituto de Investigações Educativas do Distrito Federal e do Colégio Pedro II. Na década de 1950 retornou ao serviço

¹³⁰Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

¹³¹GOMES, 1999.

público atuando, desta vez, na seção da *Enciclopédia* do Instituto do Livro. Foi autor de obras de cunho filosófico.

Além dos conflitos que envolviam esses dois personagens, há também os certames quanto à direção do projeto, e mais, a respeito do conteúdo a ser editado. Em 1958 o cenário dos debates se esquadrihava e no espaço da troca de correspondências, as preocupações se evidenciavam. Paulo de Assis Ribeiro¹³², consultor técnico da obra, apelava para outros funcionários:

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1958
Caro Tarcisio,

Talvez, as condições atuais do problema da Enciclopédia, e, em especial, as ligadas à necessidade de sua atuação na Enciclopédia, não lhe tenham sido formuladas com precisão.

O nosso problema é salvar as posições-chaves; isto é, evitar que pessoas com orientações tendenciosas venham ocupar função num setor tão importante como filosofia, religião e educação.

Não podíamos propor, para essa Comissão, um sacerdote, pois tal atitude poderia parecer acintosa; como sabe, precisávamos de um leigo e a renovação de sua indicação ao Ministro se impôs; seu nome já saiu publicado no Diário Oficial como representante da Comissão e, apareço, na Comissão central coordenadora.

Sei que você está sobrecarregado de trabalho e não lhe quero pedir um trabalho suplementar. O que peço, é que você compareça a umas reuniões para não dar a impressão que não contamos com um bom elemento; e, isto seria grave para nós porque, por um lado, **o ISEB está fazendo tudo para tomar a Enciclopédia e por outro, o Ministro seduzido pelo ISEB que já tem um filósofo engatilhado para introduzir na Enciclopédia** (Álvaro Vieira Pinto).

Se você não puder colaborar, ainda que formalmente, durante um certo período, não poderei mais sustentar a situação e não será fácil impedir a inclusão de elemento indesejável.

Sei que D. Helder dá suma importância ao assunto.

Em conversa, poderei explicar melhor a situação e, estou certo de que o convencerei de sua possibilidade de dar a colaboração preciosa que todos esperam de você¹³³. (grifos meus)

O “conteúdo preocupado” desta carta é revelador. Segundo o autor, estaria o ISEB interessado na direção da *Enciclopédia* e na sua consequente publicação. E mais. Havia a indicação do nome de Álvaro Vieira Pinto como dirigente da parte de filosofia.

Mesmo possuindo uma formação na área da Medicina, a partir da década de 1950, Álvaro Vieira Pinto havia se dedicado integralmente à Filosofia, assumindo inclusive a cadeira de história da filosofia na FNFi. Tempos depois se direcionou cada

¹³²Um pouco sobre a trajetória política de Paulo de Assis Ribeiro pode ser vista no artigo: ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. *SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA* [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 221-239.

¹³³Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

vez mais para a área filosófica ao se tornar chefe do Departamento de Filosofia do recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No ISEB publicou a coleção “*Textos de Filosofia Contemporânea do ISEB*” e lançou a *Consciência e realidade nacional*, sua principal obra¹³⁴.

Além da inserção dos novos membros, a observação é duplamente curiosa. É possível afirmar isso porque em primeiro lugar há uma disputa de conteúdos que deveriam compor a obra. De um lado, a concepção religiosa e de outro a divulgação das ciências sociais. O tom “alarmado” de Paulo de Assis Ribeiro reflete a sua própria posição política, pois entre décadas de 1940-70, sua atuação ficou conhecida como uma das mais destacadas na articulação dos círculos *tecnoempresariais* que se opuseram ao governo, especialmente, no período pré-golpe de 1964. Mais tarde, Assis Ribeiro se filiaria ao IPÊS¹³⁵ do Rio de Janeiro. Vindo de uma formação em engenharia, Paulo de Assis tentou viabilizar um projeto mais tecnicista para a *Enciclopédia*.

Sobre o ISEB, algumas ponderações são ainda necessárias. Como é de amplo conhecimento, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 1955 (Decreto nº 57.608) por João Café Filho durante a conjuntura de suicídio do presidente Getúlio Vargas. A ideia que orientou a fundação do ISEB¹³⁶ estava pautada na intenção de se formar uma cúpula de assessores do governo, tendo como princípio de discussão os pressupostos da ideologia nacional-desenvolvimentista¹³⁷.

A principal “ameaça” provocada pelo ISEB à *Enciclopédia* estaria no plano de orientação da edição da obra, retirando do INL a função de organizá-la. Ao ISEB cabia o papel de elaboração de uma ideologia desenvolvimentista afinada com o programa

¹³⁴Para maiores informações sobre Álvaro Vieira Pinto ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto. Acesso em 14 jan.2016.

¹³⁵Sobre o IPÊS ver: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso em 20 jan.2016.

¹³⁶O ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). O IBESP congregou o núcleo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro e composto pelos nomes de: Hélio Jaguaribe; Álvaro Vieira Pinto; Cândido Mendes; Alberto Guerreiro Ramos; Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. Sobre o ISEB ver: SODRÉ, Nelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir Editora, Coleção Depoimento, 4. Vol, 1978; TOLEDO, Caio Narravo de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2.ed., 2. Impressão. São Paulo: Ática, 1982 e BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.47, n.1, 2004, p.49-84.

¹³⁷Para maiores detalhes ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 17 abr.2015.

governamental de Juscelino Kubitschek¹³⁸. O que antes pertencia do Instituto do Livro, isto é, o lugar legitimado da “escrita” sobre o Brasil, estaria ameaçado nos anos de 1950, por um instituto superior dedicado aos estudos brasileiros, pois neste momento, segundo Giselle Venancio¹³⁹, o ISEB foi ao lado da USP e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), uma das instituições mais destacadas no campo intelectual das Ciências Sociais no Brasil.

Além disso, o conceito de “nacional” havia se modificado. Se em 1930 o programa de governo esteve pautado no debate nacionalista fundamentado no propósito de definição das particularidades brasileiras, nos anos 1950 o significado do adjetivo “nacional” calcava-se no projeto desenvolvimentista universalizador.

Some-se a isso o fato de que nessa época, as academias e instituições estavam cedendo espaço aos institutos superiores de ensino e pesquisas, além é claro, das universidades¹⁴⁰. Junto com a proposta de uma “nova” *Enciclopédia*, grande parte dos livros publicados entre 1956 e 1961 condensavam os primeiros resultados acadêmicos das instituições de ensino superior especialmente as sediadas em São Paulo, além do projeto Unesco de estudos raciais brasileiros encampado nesses anos¹⁴¹.

¹³⁸De acordo com o pesquisador Caio Navarro de Toledo, o presidente Juscelino Kubitschek assim definiu a tarefa do ISEB em 1956: “formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento.” Ver: TOLEDO, 1982, p. 32. Além de Caio Navarro de Toledo, Lúcia Lippi destaca que o ISEB assumiu a “necessidade de uma ideologia do desenvolvimento, sem a qual não haveria um verdadeiro processo de mudança social.” Para maiores detalhes ver: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.252-253.

¹³⁹A respeito dessa discussão ver: VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956- 1972)*. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05 - 23.

¹⁴⁰A respeito da perda de importância das Academias como lugares de legitimação e de produção do conhecimento, um exemplo ilustrativo foi a tentativa de José Honório Rodrigues de criar um Instituto de Pesquisa Histórica dedicado a coordenar e controlar as iniciativas da pesquisa histórica no Brasil. Assim como outros historiadores do período, Honório Rodrigues atuou prioritariamente em instituições, como arquivos e bibliotecas, que estavam à margem do espaço universitário, cabendo a ele iniciativas frustradas como a do Instituto de Pesquisa Histórica. Para maiores detalhes ver: FREIXO, André de Lemos. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. 2012. 417f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.

¹⁴¹Os primeiros resultados acadêmicos não atingiram apenas a *Enciclopédia Brasileira*, mas outras publicações do período. Um exemplo clássico é a coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional que entre 1956 e 1961 lançou obras desse tipo. Para maiores detalhes ver: VENANCIO, G.M. *Brasiliana segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993)*. In: **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Eliana de Freitas Dutra (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 109-126.

Resultado de um longo processo de constituição em curso desde os anos 20, os resultados acadêmicos oriundos das universidades brasileiras consolidaram-se apenas nos anos 50.

Sabe-se que o primeiro projeto de universidade brasileira originou-se no ano de 1920, por meio do decreto nº 14.343 instituído pelo presidente Epitácio Pessoa¹⁴². A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira instituição universitária fundada legalmente pelo Governo Federal. O processo de criação desse centro de ensino trouxe à tona as discussões acerca do papel das universidades enquanto formadoras de profissionais ou como polos promotores da disseminação da cultura e da pesquisa científica. Os debates foram intensos, mas ao final dos anos 1920 o conceito de universidade não se concretizou com a Universidade do Rio de Janeiro.

Foi somente com a centralização política ocorrida após os anos 1930, que as discussões sobre as universidades brasileiras foram retomadas¹⁴³. Nesse ínterim, o governo federal elaborou seu plano universitário, articulando medidas que se estenderam desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) até a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31)¹⁴⁴. No entanto ainda que o princípio norteador das políticas públicas de ensino estivesse respaldado na centralização do Governo provisório de Getúlio Vargas, outras duas instituições de ensino surgiram em oposição. Foram estas a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), estabelecida em 1935. No caso da UDF, a forte centralização provocada pela eleição de Vargas, fez com que o prefeito Pedro Ernesto instituisse a Universidade do Distrito Federal pelo Decreto

¹⁴²FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, editora UFPR, n.28, 2006, p.17-36; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2.ed.rev.e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

¹⁴³Para alguns estudiosos como Schwartzman, o surgimento das universidades esteve profundamente atrelado ao fortalecimento e a emergência do Estado Nacional. Ao observar-se a história da origem das Nações-Estado na América latina no início do século XIX, atentaremos para o fato de que esta foi acompanhada da noção de que era importante estabelecer instituições de ensino superior promotoras da modernidade e dos valores que moldavam a construção das nações que estavam surgindo. Foram exemplos desse processo a transformação de antigas universidades coloniais católicas em centros de ensino incorporados ao novo ambiente acadêmico e educacional. Algumas universidades nacionais de excelência como Universidad de Chile, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional Mayor de San Marcos no Peru, Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Universidad de la República no Uruguai, e outras se originaram desse desenrolar. Ver: SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**, vol. 20, n.56, jan./abr. 2006, p.161-189.

¹⁴⁴FÁVERO, op.cit, p.107.

Municipal nº 5.513/35. Alguns anos mais tarde, quando da instauração do Estado Novo, a Universidade do Distrito Federal foi incorporada pela Universidade do Brasil por meio do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939.

No que se refere à USP, sabe-se que esta emergiu de uma maneira independente do governo federal, sendo chefiada pelo interventor Armando de Sales Oliveira que a criou mediante a incorporação de algumas escolas superiores já existentes, dos institutos técnico-científicos mantidos pela administração estadual e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A fundação da Universidade de São Paulo ocorreu num quadro de disputa política entre os intelectuais e políticos paulistas enfraquecidos pela chegada de Getúlio Vargas à presidência¹⁴⁵. Instituída por meio do Decreto nº 6.283/34, tinha como finalidades: a promoção da pesquisa através do progresso da ciência, a transmissão de conhecimentos pelo ensino e a criação de um centro de ensino capaz de formar especialistas. No entanto mesmo que as Universidades tenham surgido com mais intensidade no período de maior centralização do poder do Estado, seus resultados só puderam ser percebidos na década de 1950.

Além das universidades, datam desse momento a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criada em 1948; o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); da primeira faculdade de Administração Pública, a EBAP; em 1951 do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A respeito desta última são necessárias mais algumas considerações. Na década de 1950 o Brasil contava com apenas cerca de pouco mais de 60 mil alunos no ensino superior e a pós-graduação era inexistente. A Capes surgiu em 1951 por meio do decreto nº 29.741 inicialmente como uma comissão destinada a promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. Junto com as outras instituições citadas acima, a Capes emergiu numa conjuntura de implantação de um projeto nacionalista na segunda fase do governo Vargas. Além das discussões nacionalistas, o segundo momento da industrialização suscitou a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento: física, matemática, biologia, economia, ciências sociais e etc. No período de sua fundação a Capes esteve ligada ao Ministério da Educação e à Presidência da República. Seus dirigentes e formuladores de atuação foram Anísio

¹⁴⁵A respeito da constituição das universidades e do campo disciplinar da História no Brasil ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 20-21.

Teixeira e Almir de Castro. Em 1953, a Capes implantou o Programa Universitário, cuja característica comum foi a contratação de professores seniores para a dinamização das atividades acadêmicas. Mais tarde, a agência desenvolveu um programa de concessão de bolsas para a consecução das pesquisas, se tornando uma das maiores instituições financiadoras. Além das duas agências de fomento é válido destacar a criação da há de se tomar nota da fundação da ABNT em 1955. No cerne do processo de promoção da ciência no Brasil, foi necessário o surgimento de uma entidade devotada à normalização científica. Daí emergiu a Associação Brasileira de Normas Técnicas.¹⁴⁶

Retomando as atenções para os conflitos, vê-se que as questões entre os funcionários e administração de José Renato Pereira, no INL, também continuavam na pauta das reclamações e até mesmo das demissões. Quanto às últimas, foram tão sérias que Paulo de Assis Ribeiro pediu demissão do cargo. Em agosto de 1958 ele assim escreveu:

Srs. Membros do Núcleo Central de Coordenação,

Em nossa última reunião de 31-7-58, tive a oportunidade de declarar na presença do Sr. José Renato Santos Pereira, diretor do Instituto Nacional do Livro que não poderia continuar como Coordenador Geral da Enciclopédia Brasileira por vários motivos que daria a conhecer por escrito e, entre eles, - o que me forçava a apressar minha saída -, a atitude indisciplinada de um servidor por ele indicado, o qual se escudava, em sua indisciplinada, no apoio que dele merecia.

Foi-me solicitado voltar atrás de minha decisão com a garantia de que seriam tomadas providências indispensáveis à manutenção da disciplina e de um adequado ambiente de trabalho, sobretudo num setor de responsabilidade do que o que fora entregue ao referido servidor. No entanto, não recebi informação de qualquer ação do diretor do Instituto Nacional do Livro neste sentido e, o que verifiquei foi o abandono total do serviço por aquele encarregado que, assim, criou um atraso irrecuperável em tarefa da mais alta importância no andamento dos nossos trabalhos como é o “roster”.

(...)

O Sr. Serafim Neto, para exemplificar – que até hoje, nas poucas reuniões que compareceu, só se interessou em perguntar quanto lhe seria pago e quanto seria pago aos colaboradores que convidasse -, nem sequer procurou conhecer os trabalhos realizados e, no entanto, declarou na seção de ontem que o ministro já está “exasperado” e o que se quer saber é apenas das “fichas” para distribuir aos redatores.

(...)

Peço pois que tomem conhecimento de minha decisão antes da comunicação, com relatório pormenorizado, que farei ao Sr. Diretor do Instituto Nacional

¹⁴⁶Para maiores informações sobre o processo de normalização científica e documental ver: RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspect. Cienc. inf.**, Belo Horizonte, v.3, n.2, jul./dez.1998, p.147-156. Para maiores informações sobre a Capes e o CNPq ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). **Capes, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC**. CPDOC/FGV e Capes. 2001.

do Livro e o Sr.Ministro caso este se interesse em conhecer as razões de meu afastamento das funções de coordenador geral¹⁴⁷.

O constante adiamento da publicação da *Enciclopédia* revela um descompromisso desses intelectuais com a obra apesar de estarem recebendo por ocuparem tais cargos. A questão da não publicação da *Enciclopédia* pode ser vista também numa disputa por espaço e que media a formação intelectual de cada membro. O exemplo citado, o caso de Serafim Neto, por exemplo, ilustra a tentativa de desmoralização entre os pares¹⁴⁸ uma vez que Paulo de Assis Ribeiro o acusa do interesse somente nos pagamentos da *Enciclopédia* e menos na causa que envolvia essa publicação¹⁴⁹. A posição de Paulo de Assis Ribeiro foi mais influente que a Serafim Neto. A sua saída mobilizou até mesmo o ministro da Educação que lhe endereçou uma carta solicitando a permanência no projeto. O ministro assim escrevia,

Rio, 14.8.59

Prezado amigo
Dr. Paulo de Assis Ribeiro

Tenho procurado falar-lhe pessoalmente sobre o caso da Enciclopédia, sem êxito.

(...)

Estamos, há 3 anos, executando o plano original, de sua autoria, dando-lhe plena liberdade de ação. Considere-o um grande organizador e não duvido que as diretrizes traçadas correspondam ao que se deva, realmente fazer. Entretanto, é justo reconhecer, nessa altura, que alguma coisa já devia estar publicada. Pelo menos, o 1º volume deveria estar redigido. Ora, pelo que estou informado, nem todos os verbetes foram ainda distribuídos. Sei das dificuldades financeiras e dos de natureza cultural, ainda mais graves.

Reconheço o esforço dos seus excelentes colaboradores. Assalta-me, no entanto, o temor de, retirando-me do Ministério sem publicar o 1º volume, venha a obra ser interrompida pela descrença geral de sua exequibilidade. Sinto que devemos persistir nos rumos traçados e fazer um esforço heroico para vencer essa 1ª etapa, ponto de partida de tudo mais. Para isso, é indispensável que o dirigente máximo dedique todo o seu tempo à execução da obra. Esse é, no momento, o ponto-capital. E a razão desta carta é exatamente perguntar-lhe se poderá abandonar tudo o mais e dedicar 6 horas diárias à Enciclopédia. Caso contrário, tenho de procurar quem possa substituí-lo, e espero que compreenda a situação e não me queira mal¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional. É provável que a carta tenha sido assinada por Paulo de Assis Ribeiro.

¹⁴⁸ Sobre a teoria de poder dos campos e do reconhecimento entre pares ver: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Organização de Sérgio Miceli. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

¹⁴⁹ Para maiores detalhes ver: MORAES, Jorge Viana de. **Língua, Cultura e Civilização: um estudo das ideias de Serafim da Silva Netto**. Universidade de São Paulo, São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2008.

¹⁵⁰ Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

O ministro Clóvis Salgado tinha razão de estar preocupado. Afinal o mandato de Juscelino Kubitschek estava chegando ao fim e nem um volume sequer da *Enciclopédia* havia sido lançado. Certamente perderia o posto ministerial sem ter realizado, literalmente, uma grande obra. No entanto Paulo Assis Ribeiro permaneceu irredutível na decisão. Em 19 de agosto de 1959, o coordenador respondeu às demandas de Salgado,

Estou realmente em tratamento médico, porém, isto não me impediu de procurá-lo pessoalmente para tratar o caso da Enciclopédia, o que já era de meu intento logo que melhorasse da crise hepática e para isto já havia promovido, por meus auxiliares diretos, vários entendimentos, junto ao Tribunal de Contas e aos próprios órgãos do Ministério, para levar ao seu conhecimento as questões administrativas que continuavam a entrar o andamento dos trabalhos, sugerindo então uma fórmula objetiva, já estudada, para que se pudesse tornar viável a pronta publicação do primeiro volume, como era nosso desejo.

No entanto, não foram nunca e não eram ainda agora, apenas entraves de ordem administrativa que retardavam o andamento dos nossos trabalhos, como é, aliás do seu conhecimento, pois, seja no período da direção meu amigo Euryalo Cannabrava, seja após o seu desligamento, atos do diretor do Instituto Nacional do Livro exigiram um esforço redobrado de nossa parte para restabelecer ou manter um ambiente de disciplina, e de eficiência entre os colaboradores.

(...)

Espero ter oportunidade de lhe remeter, como complemento desta carta, um relatório circunstanciado de tudo que se fez e do que deixou de ser feito, com a indicação das exatas causas, para que chegue ao seu conhecimento – já verifiquei, com estranheza, não lhe ter sido levada, oportunamente, por quem de direito – a verdade sobre a Enciclopédia Brasileira -, de modo a que não tenham mais curso insinuações sobre outras razões, da demora de sua publicação, que não as realmente existentes, para a salvaguarda da verdade, do meu passado de técnico e de homem público e da reputação técnica e cultural de quantos acreditam na exequibilidade do Plano em andamento, e veem emprestado seu prestígio e valor à realização do mesmo¹⁵¹.

Mesmo imersa em conflitos e marcada pela ineficiência da máquina pública, a *Enciclopédia* nos anos 50 recebeu incentivos para execução chegando ao ponto de cogitar a sua institucionalização, isto é, de desvinculá-la do Instituto Nacional do Livro do Rio de Janeiro e de se criar uma fundação em São Paulo.

As informações que se dispõem sobre esta fundação são ainda raras. Reduzem-se apenas a um esboço da fundação e as suas características. O documento está no fundo de Paulo de Assis Ribeiro no Arquivo Nacional.

¹⁵¹Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

Mais do que institucionalizar a *Enciclopédia*, o plano revela as intenções de transformar a obra numa edição cada vez mais paulista. Abaixo seguem mais alguns detalhes,

A Fundação Enciclopédia Brasileira será localizada na cidade de São Paulo. Constituirá inicialmente um conjunto de três instituições, distribuídas da seguinte maneira: 1) Instituto de Altos Estudos; 2) Instituto de Eletrotécnica; 3) Instituto de Economia Rural.

- INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

O I.A.E. pretende realizar o que as nossas universidades não conseguiram até agora sequer iniciar em nosso país. Trata-se de preparar técnicos e especialistas nos diversos setores do conhecimento através de cursos que forneçam desde as noções elementares até o ensino de nível mais elevado possível. A nova instituição manterá cursos que abranjam a matemática, a física, a química, a biologia, a psicologia, a economia, a sociologia, a história e a filosofia.

- INSTITUTO DE ELETROTÉCNICA

O Instituto de Eletrotécnica, assim como o Instituto de Economia Rural, não disporá de aparelhagem especializada, podendo porém, estabelecer convênios com a Universidade de São Paulo para o efeito de se utilizar dos seus laboratórios. O objetivo dos cursos mantidos pelo I.E. e pelo I.E.R. consiste, sobretudo, em debater os problemas relacionados com a aplicação a indústria dos novos métodos e processos elaborados pela ciência teórica ou experimental.

- INSTITUTO DE ECONOMIA RURAL

O que o Instituto de Eletrotécnica representa para a Indústria, o Instituto de Economia Rural representa para a agricultura. Os cursos do I.E.R., sob forma de seminário, permitirão o amplo debate de questões que se relacionam com a assistência técnica aos pequenos e grandes lavradores. A divisão do Estado de São Paulo nas regiões ou zonas de produção permitirá empreender, em moldes completamente desconhecidos, a tão esperada reforma agrária.

Eis porque a Fundação Enciclopédia Brasileira, integrando os diferentes institutos, está fadada a exercer a mais duradoura influência sobre o sistema educativo e a formação cultural do nosso povo¹⁵².

O esboço de criação é curioso. Mesmo não datado revela a maneira pela qual a imposição do discurso científico das universidades, e particularmente da USP, a partir dessa época passou a legitimar a própria concepção da obra. E mais. O fato de se deslocar a *Enciclopédia* do Rio para São Paulo, mais especificamente, para a USP, demonstra os processos de especialização dos conhecimentos que os intelectuais paulistas realizavam, além do poder institucional dessa universidade¹⁵³. Além disso, a intenção de se criar um instituto de eletrotécnica e de economia rural são bons indícios

¹⁵²Fundo Paulo Assis Ribeiro/Arquivo Nacional.

¹⁵³FURTADO, A.C. **As edições do cânone**. Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). 2014. 248f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

do que seria a gestão de Paulo de Assis Ribeiro no IPÊS na década de 1960 quando foi formado o grupo de empresários contrário à proposta de reforma agrária de João Goulart e articulador do golpe de 1964.

Ao que tudo indica, essas disputas entre Rio e São Paulo motivaram o rompimento de Paulo de Assis Ribeiro, associado ao grupo paulista, com o projeto. Sua saída, certamente, foi prioritariamente condicionada por esse debate de concepções e não apenas por motivos de saúde e da corrupção de alguns funcionários.

Ao se mapear os intelectuais¹⁵⁴ que foram membros das comissões depara-se com nomes conhecidos do universo católico, do movimento integralista, da filosofia e da história. Os nomes são: Euryalo Cannabrava como presidente comissão central; Paulo de Assis Ribeiro como coordenador e figura tecnocrata; Fernando de Bastos d'Avila (padre), Coronel Figueiredo, Armando Hildebrand, Yolanda Monteiro como secretaria, Antonio Houaiss na comissão de filologia; Celso Cunha na mesma comissão; Afrânio Coutinho, Otávio Melo Alvarenga e José Galante na comissão de literatura e artes Na comissão de atividades econômicas e sociais vê-se René Laclette, Paulo Sá e Manoel José Ferreira; na comissão de economia e administração João Paulo de Almeida Magalhães, Wanderbilt Duarte de Barros e Ostand Cardim, na comissão de ciências naturais Leonam Azevedo Pena, Othon Henry Leonardes e Carlos Chagas Filho, e por fim, na comissão de ciências histórica e sociais Arthur Rios, Hélio Viana Américo Lacombe, Giorgio Mortara, Francisco Clementino Santiago Dantas, Prudente de Moraes Neto e Mário Filho. Há de somar a entrada posterior de Miguel Reale¹⁵⁵ na comissão de religião da *Enciclopédia*. Sem dúvida, estivemos diante de um quadro composto por conservadores católicos e tecnocratas na administração e organização da *Enciclopédia*.

Os nomes dos personagens que compuseram as comissões da *Enciclopédia* foram, em sua grande maioria, pessoas ligadas às antigas instituições que legitimavam o campo dos conhecimentos antes do advento científico promovido pelas universidades na década de 1950. Com o passar dos anos, as próprias mudanças internas promovidas por gestores foram, aos poucos, minando o espaço dos intelectuais tradicionais para a entrada daqueles que pertenciam às universidades. São exemplos desse processo, além das disputas acima destacadas, o convite feito a professores de universidades estrangeiras para atuarem em colaboração com a edição da *Enciclopédia*. A pedido de

¹⁵⁴Para maiores detalhes ver o quadro de intelectuais disposto no apêndice B desta dissertação.

¹⁵⁵Nos anos 1970 com a instalação do programa de coedições, alguns desses intelectuais também ocupariam cargos de pareceristas das obras submetidas.

Euryalo Cannabrava, chefe da Seção da Enciclopédia na década de 1950, alguns intelectuais mexicanos, cubanos e paraguaios remetiam respostas solicitando maiores informações sobre a obra. No total foram sete cartas recebidas, das quais seguem reproduzidas abaixo:

Villa Guarina, Calle 98, nº 524, Miramar, Habana.

Diciembre 22, 1957.

Prof. Euryallo Cannabrava

Distinguido amigo:

Por Haber estado quebrantado, contesto con algún retraso sus amables alíneas invitándome a colaborar en la Enciclopedia Brasileira en la parte relativa a la vida intelectual hispanoamericana.

Me es grato manifestar-le que acejo con gusto la idea, y espero que Ud. Tenga a bien indicarme los aspectos esenciales de esa colaboración.

Le recuerda siempre con alta estimación y afecto su sincero amigo.

Mar Henríquez Uestra.

Além do cubano, houve participação de outros professores latino americanos:

Asunción, 12 de noviembre de 1957

Sr. prof. Euryallo Cannabrava
Comissão Central de Coordenação da Enciclopedia Brasileira
Praça Mauá, 7.
Edificio A Noite a/422
Rio de Janeiro

Distinguido professor:

He tenido el placer de recibir su ata., s/f. en que me invita a colaborar en la preparación de la Enciclopedia Brasileira, em vías de publicación por el Instituto Nacional del Libro. Em respuesta, me complazco en manifestar-le que será para mi honor cooperar en tan importante obra.

Esperando las indicaciones correspondientes para dar comienzo a esa colaboración y formulando votos por el éxito de esa empresa cultural que, sin Duda, honrará al Brasil y al continente,

Le saludo cordialmente,
Efraim Cardozo.
S/C. Manuel Domínguez, nº 29.

Das duas assinaturas, só foi possível obter informações sobre Efraim Cardozo. Ao que parece foi um importante intelectual paraguaio e professor da cátedra da Universidad Nacional. Além dessas duas, mais cinco compõem o conjunto de convites a estrangeiros nos quais estiveram os nomes de: Félix Lizaso (professor de espanhol da Universidade de Princeton), Leopoldo ZEA (Centro de Estudos Filosóficos da

Universidad Nacional Autónoma de México), Benjamin Carrión (Diplomata e professor de sociologia da Universidad Central), Roberto F. Guisti e Alberto Zum Felde (diretor da Biblioteca Nacional do Uruguai e um dos fundadores da Academia Nacional de Letras do país).

Distintamente dos nos anos 1930, a década de 1950 apresentou uma nova conjuntura. O “velho” Instituto do Livro, espaço de consagração, concentrando os maiores nomes da intelectualidade paulatinamente perdia visibilidade para a consolidação do discurso científico advindo das Universidades. As disputas entre os funcionários, entre o discurso universitário e o não-universitário foram mais condicionantes para a não edição da *Enciclopédia* do que a própria falta de verbas que, afinal, não havia sido tão escassa quanto se afirmava¹⁵⁶.

Para muitos estudiosos¹⁵⁷ da década de 1950, a palavra de ordem do período foi a concepção de “movimento” advindo das transformações decorrentes dos processos de industrialização e de urbanização. Foram anos de remissão com o passado e busca por um futuro de progresso e de desenvolvimento. Esta foi a máxima que prevaleceu nos países europeus no período pós Segunda Guerra Mundial, mas no Brasil as novas perspectivas sociopolíticas consolidaram um debate antecedente sobre a identidade nacional e as suas raízes. Seja pela modernidade trazida pela ciência e pelas universidades, seja pela mudança de concepção da *Enciclopédia brasileira*. Nas palavras de André Botelho,

Ao longo da década de 1950 (...) outras vertentes interpretativas passaram a conceber o moderno como construção da *sociedade*, através de perspectivas mais universalistas, como uma sociedade de classes sob o domínio de uma ordem democrática, secularizada e competitiva, perspectivas corroboradas

¹⁵⁶Além da *Enciclopédia Brasileira* e do Dicionário, ao longo da década de 1950 outras publicações foram encampadas pelo instituto. A começar pela **Revista do Livro**. Foram muitas as dificuldades encontradas pelo INL para a sua implantação efetiva, estas compreenderam desde a demora de dois meses para a nomeação de seu diretor, até a reduzida dotação orçamentária que atrasava os salários e postergava as publicações, sem contar, ainda, a dificuldade na criação da sua própria revista, sonho antigo de Meyer. Este último conseguiu editar durante a sua primeira gestão apenas três números, sendo a revista retomada nos anos 1950. Até então, o referido período se responsabilizava pela publicação das referências bibliográficas do período, algo que posteriormente seria da incumbência do SNEL. Este desejo foi concretizado somente no ano de 1956, quando foi fundada a *Revista do Livro*. Entre os anos de 1954 e 1955, o Instituto Nacional do Livro passara das mãos de Augusto Meyer para as de Adonias Filho. No ano de 1956 a administração passou deste último para as mãos de José Renato Pereira e, ao que parece, a gestão desse diretor tinha o propósito de, finalmente, conseguir cumprir todos os objetivos estabelecidos no momento de criação do Instituto Nacional do Livro. Somente em junho de 1956, a *Revista do Livro* pôde vir a público como parte das comemorações do 117º aniversário de Machado de Assis.

¹⁵⁷BOTELHO, André. Ciência pelo desenvolvimento: a escrita pública de José Leite Lopes. In: BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Gláucia. (Org.). **O Moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008, p.271-309.

também na criação de instituições de caráter democrático, alicerçadas na ciência¹⁵⁸.

Sob o alicerce da ciência e da modernidade, a década se constituiu. A *Enciclopédia brasileira* e o próprio Instituto Nacional do Livro se modificaram nesses novos tempos. Nas décadas seguintes, a situação sociopolítica brasileira se reconfiguraria mais uma vez. O tempo democrático se esvaia para dar lugar ao longo período ditatorial. Dessa vez, com os militares no comando. Junto deles, uma nova etapa se instauraria no Instituto Nacional do Livro e a *Enciclopédia brasileira* entraria numa fase de estagnação, e estaria, mais uma vez, imersa nas disputas entre diretores, chefes de seção e tramas de publicação até a sua conseqüente extinção.

3.3- O desmantelamento da *Enciclopédia Brasileira* ou “Inundando” o Brasil de coedições: O INL nas décadas de 1960-70

Entre os anos de 1961-1967 o Instituto Nacional do Livro foi novamente dirigido por Augusto Meyer¹⁵⁹. No entanto somente nos anos de endurecimento do regime civil militar que o referido Instituto passaria por mudanças significativas no quadro de diretores. A partir de 1967 e permanecendo até o ano de 1970, esteve o general Umberto Peregrino¹⁶⁰. Apesar da experiência no universo livresco em razão da direção da Biblioteca do Exército, a BIBLIEx (1954-1960), Peregrino assumiu a direção do Instituto Nacional do Livro sob fortes polêmicas. Havia sido exonerado da direção da BIBLIEX após a transcrição no último boletim da biblioteca de um trecho em defesa do ISEB de autoria do coronel Nelson Werneck Sodré. Ao que parece a dita publicação provocou furor nos jornais brasileiros. No primeiro caderno do *Jornal do Brasil* de 29 de junho de 1960, há a seguinte manchete: “*Coronel Umberto Peregrino demitido por transcrever artigo contra um americano*”. E a reportagem dizia:

¹⁵⁸BOTELHO, 2008, p.17.

¹⁵⁹Durante essa segunda gestão, houve uma aproximação maior entre Augusto Meyer e Augusto Magne no sentido das publicações do segundo. Entre os anos de 1961, 1962 e 1965, há algumas correspondências trocadas entre Magne e Meyer que tratam das publicações pelo INL. Um exemplo é a carta de 04/06/1962 em que aparece uma listagem de 5 publicações do INL programadas para 1962 referentes a Augusto Magne. Para maiores esclarecimentos ver: as cartas de Augusto Magne de 17/10/1961; 11/01/1962; 04/06/1962 e 11/11/1965 disponíveis na Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶⁰**Umberto Peregrino** (1911-2003) nascido em Natal teve longa trajetória dedicada à produção cultural do Exército. Foi diretor da Biblioteca do Exército entre os anos de 1954-1960, diretor do INL e membro do IHGB. Para maiores detalhes ver: <http://www.ahimtb.org.br/humbperegriano.htm>. Acesso em 26. ago. 2013.

O Coronel Umberto Peregrino foi demitido ontem do cargo de Diretor da Biblioteca do Exército, que exercia há seis anos, por ter transcrito, no último boletim daquela Biblioteca o trecho de um artigo em defesa do ISEB, de autoria do coronel Nelson Werneck Sodré. A demissão, determinada pelo Ministro da Guerra, mas que ainda não foi publicada oficialmente, já provocou a retirada de três oficiais que integram a Comissão Diretora da Biblioteca do Exército, numa manifestação de solidariedade ao Cel. Umberto Peregrino.” (Jornal do Brasil, 29-06-1960)

Em 02 de Julho do mesmo ano o boletim da diretoria de pessoal do Exército anunciava a exoneração do coronel¹⁶¹. Mais tarde, em Abril de 1967, Peregrino encaminhava um telegrama¹⁶² a Paulo Tacla agradecendo pelo apoio e afirmando que faria tudo para corresponder à confiança de Costa e Silva. Nesse caso, a confiança de Costa e Silva a que se refere diz respeito à direção do Instituto Nacional do Livro. Durante a gestão de Umberto Peregrino foi criado no INL, a Comissão de Alto Nível¹⁶³ responsável por adquirir um número de exemplares de determinadas obras submetidas a apreciação do próprio conselho. Uma vez favoráveis às obras, o INL adquiria certo número e as repassava para as bibliotecas do país. Pode-se considerar como os primeiros passos do que viria a ser a política de coedições do Instituto. Pertenceram a essa comissão os seguintes intelectuais:

- Luiz Antonio Barreto, parecerista e secretário do Instituto.
- José Galante de Souza;
- Clarice Lispector¹⁶⁴;
- Altimar de Alencar Pimentel;
- Américo Jacobina Lacombe;
- Antônio Geraldo da Cunha;
- Vicente de Paulo Vicente de Azevedo;
- Eduardo Portella;
- Assis Brasil;
- Celso Ferreira da Cunha;
- Valdemar Cavalcanti;
- Carlos Xavier Paes Barreto;
- Odaléia de Queiroz Cunha;
- Vitorino F. Sanson;

¹⁶¹Para maiores esclarecimentos ver: *Correio da Manhã*, 02 de julho de 1960.

¹⁶²PEREGRINO, Umberto. *Telegrama a Paulo Tacla agradecendo seu apoio e dizendo que tudo fará para corresponder à confiança de Costa e Silva*. Rio de Janeiro, 10/04/1967. Fundo: Paulo Tacla, Fundação Biblioteca Nacional. Além disso, há uma documentação referente a demissão do coronel e ao texto escrito em homenagem a Nelson Werneck Sodré disponíveis no mesmo arquivo.

¹⁶³Para maiores esclarecimentos ver: Pareceres da Comissão de Alto Nível – anos: 1967, 1968, 1969, 1970 e 1971. Do nº01-116. Fundo: INL, Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁶⁴Ao contrário do que afirmou Ricardo Oiticica em tese aqui referida, Clarice Lispector não só teve publicações pelo INL como atuou enquanto parecerista da Instituição.

- Antonio Geraldo Pereira Caldas;
- Walmir Ayala;
- Adonias Filho;
- Marcos Konder Reis;
- Octavio de Faria.

No mesmo ano de criação do Conselho, o secretário José Galante propunha que as obras fossem examinadas por pareceristas que as classificariam em conformidade com os critérios de BOM, MUITO BOM e ÓTIMO. Por essa escala se definiria o número de exemplares que o Instituto adquiriria. A aquisição se faria prioritariamente na ordem decrescente do valor atribuído, os originais não seriam devolvidos e os autores seriam avisados previamente da decisão.

No que tange propriamente a *Enciclopédia*, na década de 1970, as discussões que dominaram o cenário referiam-se às polêmicas de seu não lançamento. Essas querelas foram tão intensas que chegaram aos jornais. Um exemplo dessas discussões está contida no *Jornal do Commercio* de 4 de julho de 1970, no qual Umberto Peregrino proferiu as seguintes considerações acerca da *Enciclopédia Brasileira*,

A elaboração da Enciclopédia Brasileira, que constitui uma das atribuições básicas do INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, segundo Decreto-lei de que o criou (dezembro de 1937), vem sendo objeto de controvérsias periódicas, em razão da maneira como tem sido conduzida através de diferentes Diretores daquela instituição.

[...]

Assim, cumpre esclarecer, preliminarmente, que ao INL não compete apenas a elaboração da Enciclopédia Brasileira, mas também a de um Dicionário de Língua Portuguesa. Para isso inclui na sua estrutura uma seção que se chama da Enciclopédia e do Dicionário (SED). E quanto aos dois encargos ao assumirmos a direção do INL, nos últimos dias de abril de 1967, a situação era a seguinte:

- 1- **Dicionário** – Pesquisa em marcha, a cargo de uma equipe dos próprios quadros do INL, a qual foi integralmente mantida. Todavia, como seus levantamentos abrangiam ainda e apenas autores do século XVI programamos a elaboração paralela de um Dicionário de Brasileirismos que, por motivos técnicos, alegados pelo coordenador da equipe do INL, devia cingir-se, numa primeira fase, aos indigenismos. Prontamente encetado o trabalho, sob essa orientação, em fins de 1969 havia 5.400 verbetes dados como recebidos pelo Chefe da Seção para efeito de publicação do que deveria constituir o 1º tomo do “Dicionário de Brasileirismos”.
- 2- **Enciclopédia** – **Nenhum.** Absolutamente nenhum verbete ainda elaborado. A atividade da seção nessa parte limitava-se à preparação de algumas obras consideradas subsidiárias da Enciclopédia, cobrindo, sobretudo, o campo da Geologia.
Estabelecemos então nova orientação tendo em vista colocar as condições de fazer o que a nosso ver importava essencialmente, isto é, preparar verbetes. O plano consistiu no seguinte: organizar grupos de especialistas em assuntos selecionados sob prioridades criteriosamente

fixadas, trabalhando sob orientação e controle de coordenadores altamente idôneos nas respectivas especialidades.

O plano ainda incluía a publicação de fascículos correspondentes aos assuntos que fossem sendo reduzidos a verbetes. E assim, ao deixarmos a direção do INL, janeiro último, dispunha a Seção da Enciclopédia de milhares de verbetes prontos para publicação, distribuídos pelos seguintes assuntos: Artes Plásticas, História do Brasil, Geografia do Brasil, Matemática Elementar, Comunicação, Desportos, Literatura Geral. Permito-me acrescentar que a existência desses verbetes não pode sofrer a menor contestação porque guardamos em nosso arquivo pessoal.

[...]

Nesse período assumiu, na qualidade de Diretor substituto, o Sr. José Galante de Souza, e nesse período determinou o pagamento de 6 mil cruzeiros (6 milhões antigos à pessoas que, por feliz coincidência, são da sua intimidade afetiva, o que, certamente, implica, na segurança de que os verbetes foram realmente entregues e estariam em perfeita ordem.

[...]

Não conseguimos, entretanto, motivar suficientemente o chefe da Seção, professor José Galante de Souza, pelo visto, estranhamente apegado aos processos rotineiros.

O texto de Umberto Peregrino continua num tom irônico contra José Galante e menciona, inclusive, uma ação de despejo sofrida pela Seção da Enciclopédia e sua posterior transferência para o Palácio do MEC. Na sequência da publicação de Peregrino, a resposta de José Galante foi publicada no *Jornal do Brasil* em 30 de agosto do mesmo ano,

[...]

A despeito da distorção da verdade em meio a erros e confusões dessa carta, deixei passar. Agora, porém, julgo que se torna necessária uma resposta para esclarecimento definitivo da questão. Assim, aqui vai o que não poderá ser contestado.

- 1- Nada tenho a ver com a reportagem do JB¹⁶⁵ (26.4.70) que deu origem às suas explicações (?) de 2 de maio.
- 2- Quanto aos verbetes que S. Sa. Diz ter deixado prontos para a enciclopédia, cumpre esclarecer que não foram elaborados para nenhuma enciclopédia, mas para dicionários especializados (Matemática, Biologia, Química, etc.) [...]
- 3- Quanto à aplicação de computadores aos trabalhos da enciclopédia e do dicionário da língua, em que tanto se diz esforçado o ex-diretor, e para o qual eu “apegado a processos rotineiros” não fui suficientemente motivado, conhece muito bem o General Umberto Peregrino a sua invisibilidade diante da falta de recursos financeiros com que luta o INL.

A troca de acusações continua e José Galante se defende fazendo uso do argumento de que Umberto Peregrino havia lhe confiado o cargo de substituto, algo que não concederia ao “indivíduo lerdo e apegado a processos rotineiros” tal como fora adjetivado. Ao consultar a documentação do fundo José Galante de Souza disponível na

¹⁶⁵O trecho citado acima foi extraído do *Jornal do Commercio*, mas José Galante se refere ao *Jornal do Brasil*.

Fundação Casa de Rui Barbosa, é possível localizar além dos jornais, os mesmos textos publicados em sua versão original datilografados. Junto destes, há mais um texto de Umberto Peregrino intitulado “Enciclopédia em questão” que funciona como uma tréplica à Galante de Souza, afirmando que o mesmo desde o momento que assumiu o cargo no INL jamais ofereceu uma contribuição sequer a Seção da Enciclopédia e do Dicionário¹⁶⁶. Ao que parece, Umberto Peregrino foi um diretor polêmico. Além das contendas com José Galante de Souza¹⁶⁷, houve discussões com o ex-assessor de cursos do INL, Alexandre Sabre. A questão centrava-se no estabelecimento dos convênios feitos entre o INL e o curso de Biblioteconomia da Universidade da Paraíba. Acusado de incompetência, Sabre deixou em evidência num ofício situações de escândalo envolvendo o nome do diretor. Suas reclamações somavam-se as de Galante de Souza quando o assunto era a gestão de Umberto Peregrino no INL. O general deixou o cargo em fins dos anos 1970 e quem assumiu seu posto foi Maria Alice Barroso¹⁶⁸. Até então, o INL permanecia sem a edição da *Enciclopédia* e do *Dicionário*.

A despeito de todas as polêmicas, a nova administração promoveu uma efusão de publicações através da política de coedições firmada entre o INL e cerca de 30 editoras. Além disso, data desse momento a extinção da Seção de Enciclopédia e do Dicionário¹⁶⁹. Com ela, a partir de 1973, encerrava-se uma fase de publicações nacionais.

Direcionando as atenções para a política de coedições tem-se em 1970, na *Revista do Livro*¹⁷⁰, o programa de convênio entre o Instituto Nacional do Livro e as editoras, firmado pelo Ministério de Jarbas Passarinho. As primeiras casas editorais¹⁷¹

¹⁶⁶Fundo José Galante de Souza. FCRB.

¹⁶⁷Para maiores informações sobre os autores, vide o quadro prosopográfico desta dissertação.

¹⁶⁸**Maria Alice Barroso** (1926-2012) foi jornalista e escritora. Formada em Biblioteconomia, lançou seu primeiro livro em 1960, intitulado “Os Posseiros”. Esteve na direção do Instituto Nacional do Livro (INL), a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Faleceu em 2012.

¹⁶⁹Em 1994, a Fundação Biblioteca Nacional e o MinC organizaram uma exposição a respeito da Enciclopédia Brasileira. Esta foi organizada por Ricardo Oiticica e por Fernando Fuiza na qual afirmavam que a Seção da Enciclopédia e Dicionário (SED) teve três chefes: Américo Facó, Euryalo Cannabrava e José Galante de Sousa. Além disso, explicitam que até a sua extinção em 1973, a SED elaborou três planos e publicou dezesseis livros englobando temas desde a cozinha medieval portuguesa até a aerofotogeologia e literatura.

¹⁷⁰Para maiores detalhes ver: *Revista do Livro*, ano XIII, 4º trimestre, nº43, 1970.

¹⁷¹Além das publicações de livros, este convênio feito entre as editoras e o INL resultou na publicação das seguintes coleções: A aventura de ler (Melhoramentos); Antares universitária (Antares); Bibliologia (HUCITEC); Biblioteca estudos brasileiros (Ibrasa); Biblioteca Estudos brasileiros (Itatiaia); Biblioteca Histórica (Ibrasa); Biblioteca Histórica Brasileira (Martins); Biblioteca literatura (Ibrasa); Biblioteca luso-brasileira (Nova Aguilar); Biblioteca Manancial (José Aguilar); Biblioteca pioneira de literatura infantil e juvenil (Salamandra); Biblioteca pioneira de estudos brasileiros (Pioneira); Biblioteca Sociologia e

que aderiram a esse acordo foram: *Tecnoprint; Melhoramentos; J.Olympio; Cultrix; Agir; Lia; Coordenada de Brasília; Lidador; Livros no Mundo Inteiro; Conquista; Brasiliense; Quatro Artes; Paz e Terra; José Álvaro; Grifo; Ática; Globo; Laudes; Expressão e Cultura; Tempo Brasileiro; Bruguera; Bonde; Civilização Brasileira; Leitura; Cátedra; Nosso Tempo; O Cruzeiro; GRD; Poster Graph; Editora Record; Renes Ltda; Brasília S.A; Livro Místico e Cadernos Didáticos*. Um exemplo de filiação entre editora e INL pode ser evidenciado no parecer dado a editora Civilização Brasileira¹⁷² referente ao livro *Obra completa de Oswald de Andrade*. Em novembro de 1970, Maria Alice Barroso escrevia,

patologia social (Ibrasa); Biblioteca Tempo Brasileiro (Tempo Brasileiro); Biblioteca universitária de literatura brasileira (LCT); Brasil hoje (Bloch); Brasiliana (Cia.Nacional); Brasiliana, grande formato (Cia.Nacional); Coleção Alma do Tempo (José Olympio); Coleção Amarelinha (Abril); Coleção Brasil através dos textos (Cultrix); Coleção Brasil moço (José Olympio); Coleção Buriti (Itatiaia); Coleção Contos e cantigas brasileiras (Melhoramentos); Coleção Copo de Leite (Vigília); Coleção 10 (Horizonte); Coleção descoberta do homem (Itatiaia); Coleção Diadorim (Antares); Coleção Dimensões do Brasil (Vozes/Francisco Alves); Coleção Documentos (Movimento); Coleção Documentos (Nosso Tempo); Coleção Documentos Brasileiros (José Olympio); Coleção documentos (Nórdica); Coleção Ensaio (Itatiaia); Coleção escritores de hoje (Quíron); Coleção Estética (Polis); Coleção Estrela da Manhã (LISA); Coleção Folclore brasileiro (Ed. do Brasil); Coleção fortuna crítica (Civilização Brasileira); Coleção linguagem (Presença); Coleção lingüística e filologia (Ao Livro técnico); Coleção littera (Grifo); Coleção Logos (Quíron); Coleção Logos (Nova Fronteira); Coleção Logoteca (Imago); Coleção Luís Cosme (Movimento); Coleção Manancial (José Aguilar); Coleção Mitavaí (Cátedra); Coleção Octalles Marcondes Ferreira (Civilização Brasileira); Coleção O ofício de viver (Philobiblion); Coleção Oskar Nobiling (Tempo Brasileiro); Coleção Perspectiva do Homem (Civilização Brasileira); Coleção Poesia hoje (Civilização Brasileira); Coleção poesia sempre (Massao Ohmo); Coleção poesia sul (Movimento); Coleção poesis (Nova Fronteira); Coleção política e sociologia (Presença); Coleção Prosa brasileira (Philobiblion); Coleção Retratos do Brasil (Civilização Brasileira); Coleção Rio Grande (Movimento); Coleção Sagarana (José Olympio); Coleção Sélesis (Quíron); Coleção Taquara-poca (Melhoramentos); Coleção Teatro hoje (Civilização Brasileira); Coleção Temas brasileiros (Ed. da UnB); Coleção temas de todo tempo (Tempo Brasileiro); Coleção tempo universitário (Tempo Brasileiro); Coleção tererê (Miguilim); Coleção textos (Perspectiva); Coleção universidade viva (Itatiaia); Coleção vera cruz (Civilização Brasileira); Coleção Visões e Revisões (Philobiblion); Coleção vozes no mundo moderno (Vozes); Debates (Perspectiva); Descobrimos a natureza (LISA); Ensaio (Ática); Estante do pensamento brasileiro (Carijalbo); Estudos Brasileiros (HUCITEC); Estudos históricos (HUCITEC); Ficção imago (Imago); Grande Antologia Brasileira (GRD); Grande antologia universal (GRD); História crítica da literatura brasileira (Pallas); Histórias de recreio (Abril Cultural); Linguagem e Cultura (HUCITEC); Manuais de estudo (Pioneira); Livro de figuras (Quíron); Memória Brasileira (Melhoramentos); Memória histórica da Amazônia (Univ. do Amazonas Coleção CEDEANM); Memória literária (Melhoramentos); Novas buscas em educação (Summus); Obras célebres (Melhoramentos); Obras de José Alencar (José Olympio); Obras escolhidas de José Conde (Civilização Brasileira); Poesia hoje (Civilização Brasileira); Publicações históricas (Nova Fronteira); Série corre cutia (Ática); Série estudos e pesquisas (Instituto Joaquim Nabuco); Série grandes brasileiros (Melhoramentos); Série prisma do Brasil (melhoramentos); Série Vamos ler (Cátedra); Teatro Hoje (Civilização Brasileira); Teatro moderno (Agir) e Temas de todo tempo (Tempo Brasileiro).

¹⁷²Em Agosto de 1973 a editora Civilização Brasileira solicitou a coedição da obra “Mente, Energia e Matéria – Uma Incursão em segredo da Vida” de Pessoa de Moraes. A diretora Maria Alice Barroso envia uma carta com o parecer negativo a publicação. No entanto a viúva do autor interfere nos processos dos pareceres reforçando o pedido de publicação. Mais uma vez a hipótese das redes de sociabilidade conformando as políticas de publicação se confirma. Para maiores detalhes ver: *Editoras – Carta doação, carta convite, cartas enviadas*. Brasília, 1973-88. Fundo: INL, Fundação Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1970

À editora Civilização Brasileira S/A

Prezado Senhor:

Tenho a satisfação de comunicar a V.S^a que a Comissão de Leitura deste Instituto, em reunião de 26 de novembro de 1970, recomendou o texto da obra “Obra Completa de Oswald de Andrade”, enviada por V.S^a, para a publicação através de convênio.

A aprovação final, para efeito de publicação, tendo em vista o que dispõe a Portaria Ministerial nº35 de 11 de março – de 1970, ficará na dependência de parecer a ser oferecido pela Seção de Publicações deste Instituto sobre o custo da aquisição face aos recursos de que dispõe o INL. Para esse fim, solicito a V.S^a apresentar orçamento – pela referida Seção de Publicações.

Atenciosamente,

Maria Alice Barroso.

Diretora do INL.

Evidencia-se aqui, com destaque, a situação da editora Civilização Brasileira por razões políticas. Constituindo-se como uma casa editorial de esquerda, perseguida durante a ditadura civil-militar, torna-se necessário problematizar as relações estabelecidas com um órgão do governo.

De maneira geral, pode-se considerar a política de coedições como tendo sido um sucesso. Além dela, a política de reedições e a produção de catálogos, tal como o de Euclides da Cunha¹⁷³, foram projetos levados a frente nos anos da gestão de Maria Alice Barroso. Junto destes houve também a preparação de um Dicionário de Artes Plásticas¹⁷⁴ e de uma exposição dedicada a Machado de Assis.

No entanto a principal iniciativa desses anos foi a criação da Fundação Instituto Nacional do Livro. Com os mesmos propósitos que orientaram o órgão de 1937 compreendendo desde as bibliotecas públicas até a elaboração de uma *Enciclopédia brasileira*, a iniciativa da fundação já funcionava como prenúncio da desestruturação pela qual passava o instituto¹⁷⁵.

Assumindo a direção do Instituto após a gestão de Barroso, Herberto Sales¹⁷⁶ tornou-se o principal nome do INL até o ano de 1985. Neste período, os trâmites com as editoras continuaram. Entre os seus pareceristas¹⁷⁷, o Instituto vários dos principais

¹⁷³Fundo José Galante de Souza – FCRB.

¹⁷⁴Fundo José Galante de Souza – FCRB.

¹⁷⁵Fundo José Galante de Souza – FCRB.

¹⁷⁶**Herberto Sales** (1917-1999) foi jornalista e escritor brasileiro. No ano de 1944 publicou seu romance de estréia *Cascalho* baseado na vida dos mineradores de diamante, texto que se tornou um clássico do regionalismo. Em 1974 mudou-se para Brasília, onde ocupou a função de diretor do INL. No governo Sarney foi nomeado assessor da presidência da República até 1986 quando se mudou para Paris na condição de adido cultural da Embaixada do Brasil.

¹⁷⁷Muitos pareceristas do Instituto Nacional do Livro, além de conhecidos no universo editorial - como por exemplo, Américo Jacobina Lacombe, diretor da segunda fase da Coleção *Brasiliana* na Cia. Nacional -, tinham ligações com o regime militar. Entre os quais se podem citar o futuro ministro da

nomes da intelectualidade da época dentre os quais se encontravam¹⁷⁸: Luiz Antonio Barreto, secretário e parecerista, José Galante de Souza, Clarice Lispector, Altimar de Alencar Pimentel, Américo Jacobina Lacombe, Antônio Geraldo da Cunha, Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, Eduardo Portella, Assis Brasil, Celso Ferreira da Cunha, Valdemar Cavalcanti, Carlos Xavier Paes Barreto, Odaléa de Queiroz Cunha, Vitorino F. Sanson, Antonio Geraldo Pereira Caldas, Walmir Ayala, Adonias Filho, Marcos Konder Reis, Octavio de Faria e muitos outros nomes que ingressaram posteriormente até o fim da política de coedições nos anos de 1986-87.

Mantendo e intensificando a política de coedições, a nova direção do INL contemplou diversas editoras. Voltando novamente as atenções para o caso da Civilização Brasileira, é sabido que em 1975, Ênio Silveira solicitou ao INL associação para a publicação da obra de João Antônio, *Malagueta, Perus e Bacanaço*¹⁷⁹. Apesar de ser um homem de posições políticas claramente esquerdistas e contrárias ao regime¹⁸⁰, o editor, mais uma vez, teve parecer favorável ao seu pedido. Conferido neste momento por Adonias Filho, o parecer destaca as qualidades do texto e vota a favor do convênio com as seguintes palavras:

Parecer nº 1404/75
Malagueta, Perus e Bacanaço
João Antônio
Editora Civilização Brasileira S.A
Ficção

Educação do governo João Figueiredo, Eduardo Portella. Somado a esses nomes, há de se considerar o de Adonias Filho, membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que em 1973 apresentou ao governo o Relatório da Comissão da Liberdade de Imprensa, evidenciando a ambivalência da associação diante do possível apoio a Ditadura. Para maiores detalhes sobre a ABI ver: ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; VIZ QUADRAT, Samantha (orgs). **A construção social dos regimes autoritários** – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 97-144.

¹⁷⁸Fundo José Galante de Souza – FCRB.

¹⁷⁹*Malagueta, perus e bacanaço* trata da história de uma noite na vida de três personagens malandros que dão título à obra. Os personagens que compõe o trio representam os típicos malandros paulistas que passam as noites a procura dos mais diferentes modos de fazer ganhos em dinheiro. Para maiores detalhes ver: ANTÔNIO, João. *Malagueta, perus e bacanaço*. Rio de Janeiro, 2 ed. Co-ed. Rio de Janeiro, INL, Civilização Brasileira, 1975. A primeira edição também fora lançada pela editoria Civilização Brasileira, mas data de 1963.

¹⁸⁰Sobre a posição contrária do regime ditatorial, há de se considerar a atuação de Ênio Silveira no Centro Brasil Democrático (CEBRADE) criado em 1978 e que consistia numa sociedade civil, com personalidade jurídica e não lucrativa que procurava defender os direitos humanos no Brasil nos termos da Declaração Universal aprovada pelas Nações Unidas. Além de Silveira, outro importante intelectual com quem dividiu a vice-presidência da sociedade foi Sérgio Buarque de Holanda. Para maiores detalhes ver: FURTADO, C. A. **As edições do cânone**. Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Dissertação de Mestrado do PPGH-UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

Parecer

O sucesso de crítica e público que o livro de João Antônio provocou – quando do lançamento inicial – já bastaria para justificar o convênio com o INL. Situado efetivamente na linha dos ficcionistas que tomam a vida no cotidiano para acioná-la em termos episódicos, o A. é sobretudo um incomum caracterizador de figuras.

E, se integrado nesse moderno realismo que reafirma a “ficção do testemunho”, nem por isso perde o direito de certa transfiguração que nele é parte da vocação literária. A linguagem, finalmente, assim direta e objetiva, já atesta o escritor realizado.

Voto a favor do convênio.

Adonias Filho¹⁸¹.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1975.

A coedição da obra foi lançada no mesmo ano de 1975, momento em que Herberto Sales já havia despontado no controle do Instituto Nacional do Livro. Muito além da relação entre a comissão de pareceristas e a editora, foi a proximidade de Ênio Silveira e Herberto Sales que pode ter determinado o parecer favorável ao livro da editora. Em meio a trocas constantes de correspondências com Sales, Ênio Silveira demonstrava admiração pelo seu editor, amigo e diretor do Instituto e, principalmente, procurava inserir sua editora no programa de coedições de 1981 do INL,

Meu caro Herberto,

Você bem sabe que é sempre com o maior prazer que atendo aos seus pedidos. Assim, eis aqui não uma cópia xerox, mas a própria página 4 de ISTO É com a nota de Franklin de Oliveira sobre o seu/nosso UMA TELHA DE MENOS; ao mesmo tempo lhe remeto (ao escritório do INL, já que nem sempre o SERCA encontra alguém em seu apartamento, para a entrega pessoal dos pacotes) os 20 exemplares adicionais que deseja receber.

Valho-me desta correspondência particular para comunicar-lhe à socapa e à sorrelfa que Guilherme de Figueiredo acaba de me telefonar para dizer o seguinte: “Ênio, por que você não propõe ao Herberto uma coedição com o INL de meu livro TARTUFO-81, que já está em provas? Além de eu ter conquistado com a tese que ele contem o meu doutoramento em letras, a natureza do trabalho, mais cultural do que comercial, bem justificará tal apoio.” E acrescentou, com a verve algo causticante que o caracteriza: “Reconheço que a minha atual desavença com o Portella¹⁸² pode me dificultar acesso a qualquer coisa ligada ao MEC, mas vamos ver como é que o Herberto reage.”

Tentando desde logo prevenir possível atrito entre vocês dois, esclareci a ele que as verbas do INL para este ano já estavam comprometidas e que, além disso, com o livro em primeiras provas, teríamos de agir com grande presteza.

O que é que v. me diz? Em anexo, para facilitar seus estudos, mando-lhe um orçamento prévio.

Sugiro, caso haja alguma possibilidade de seu lado, que façamos 4000 exemplares, cabendo metade a cada parte.

Aguardando a sua resposta urgente – telefônica até - , abraça-o,

Cordialmente,

o

¹⁸¹ **Adonias Filho** (1915-1990) Jornalista, integralista, crítico literário, romancista e membro da ABL.

¹⁸² Conforme indicado na nota número 11, o sobrenome Portella supracitado se refere ao ministro da Educação de João Figueiredo, Eduardo Portella.

Ênio.

É bem provável que Herberto Sales tenha respondido a carta de Ênio Silveira, apesar de não ter sido possível localizar a correspondência de resposta, ou mesmo, ter telefonado para o amigo e admirador. Mais do que a publicação de TARTUFO-81, a correspondência de Ênio a Sales ilustra de que maneira as redes¹⁸³ e tramas intelectuais foram e ainda são caminhos possíveis para se esquadrihar a edição, a publicação e a circulação de livros no mercado editorial brasileiro. Mas não é só isso. Que explicações justificam a proximidade de Ênio Silveira, o editor militante de esquerda, Herberto Sales, diretor do INL, e Guilherme de Figueiredo, irmão do general e presidente militar João Batista Figueiredo? Pode-se começar a resposta pela edição e publicação de livros. É sabido que Ênio Silveira foi um editor influente, reconhecido pela importância do selo editorial que dirigia. Publicou, não só, os livros de Herberto Sales como também obras de Guilherme de Figueiredo, dentre as quais se podem citar *Xântias - oito diálogos sobre a arte dramática*, lançada em 1957, e premiada pela Academia Brasileira de Letras.

Apesar das posições políticas expressadas e dos cargos no funcionalismo público, todos estavam posicionados no campo letrado e os embates que travaram eram por disputas de representação¹⁸⁴. No caso específico de Ênio Silveira, além de intelectual, foi também empresário, de livros. Com isso, Silveira tinha a intenção de vender suas edições e de fazer circularem obras no mercado com o selo editorial de sua empresa, a *Civilização Brasileira*. Ao buscar o convênio com o Instituto Nacional do Livro nos anos 1970, Ênio agiu como perfeito “empresário de livros”, preocupado com o funcionamento de sua empresa em tempos tão duros quanto os ditatoriais. No que se refere a Herberto Sales, apesar de dirigir uma instituição pública, que a época se

¹⁸³Para entender a ideia de rede é preciso antes compreender a noção de lugar de sociabilidade. O sentido de “rede” remete às estruturas organizacionais que se constituem em lugares de aprendizado e trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de circulação de ideias. Para além disso, indica os espaços de sociabilidade mais do geográficos são afetivos captando vínculos de amizade/cumplicidade e mesmo de competição/hostilidade como marca registrada da sociabilidade. Para maiores detalhes ver: TREBITSCH, Michel. Avant-propos: La chapelle, Le clan et Le microcosme. Apud. GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹⁸⁴As disputas de representação afirmadas acima estão em profunda interrelação com o conceito de República das letras tal qual defendido por R. Darnton. Para o historiador, houve na França dos séculos XVI-XVIII, sobretudo neste último, um campo cultural aberto a todos, mas dotado de especificidades e regras partilhadas por aqueles que pertenciam a este mesmo universo. Tal ideia é muito próxima da compreensão das redes de sociabilidade intelectual brasileira aqui apresentadas, e principalmente, da noção de campo intelectual que permeia esta análise. Para maiores detalhes ver: DARNTON, Robert. “Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da república das letras”. In: O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 191-245.

colocava numa posição contrária ao esquerdismo, editou as obras da casa editorial de Silveira em razão dos laços de afetividade, mas também em função da qualidade que ele identificava nos textos.

Logo após a gestão de Sales, o Instituto Nacional do Livro teve sucessivas e curtas direções¹⁸⁵. Substituindo Sales, foi nomeado o escritor Fábio Luca entre os anos 1985-86; de setembro de 1986 a janeiro de 1987 a administração coube ao professor Osmário Alifait Lacet e por fim em 1987 ao embaixador Wladimir Murtinho.

A história do INL passou, assim, por muitas fases e muitas mudanças. No início dos anos 90, mais especificamente, em 1991 deixaria de existir. Sem a mesma importância com que fora criado nos anos 1930, ao longo das décadas, especialmente nos anos 80, o Instituto Nacional do Livro foi, paulatinamente, se fundindo à Biblioteca Nacional.

Em 1986 uma das últimas tentativas de renovação havia sido realizada com a Lei Sarney 7505/86¹⁸⁶ de incentivo à Cultura. Esta lei previa a doação de livros por parte das editoras¹⁸⁷ para as bibliotecas públicas conveniadas com INL, sob o privilégio de abatimento fiscal. Mas a medida não teve um impacto expressivo. As mudanças na Instituição se fizeram sentir, com a criação da Fundação Nacional Pró- Leitura¹⁸⁸, em 1987, e a fusão com a Fundação Biblioteca Nacional, em 1991, o que determinou o fim definitivo do Instituto Nacional do Livro.

¹⁸⁵ Sobre o quadro de diretores do INL ver o apêndice C desta dissertação.

¹⁸⁶ Para maiores detalhes ver: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>. Acesso em 26 ago. 2013.

¹⁸⁷ Para maiores detalhes ver: *Editoras – cartas de doação, carta convite, cartas enviadas. Brasília, 1973-1988*. 3 pastas. Fundo: INL, Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁸⁸ A **Fundação Nacional Pró-Leitura** previa a promoção do desenvolvimento da produção e da difusão do livro do livro, além da promoção da bibliografia e difundir o hábito de leitura. Essa lei integrava a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro. Data de 05 de novembro de 1987. Para maiores detalhes ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 26 ago. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma *Enciclopédia* essencialmente brasileira

Brasília, 25 de maio de 1981.

Caro Carlos Drummond de Andrade:

Estou, afinal, lhe escrevendo. Já o devia ter feito há mais tempo, pois sua carta, que neste momento, mais uma vez, tenho sob as vistas, traz a data de 05 de abril, conquanto tenha chegado aqui (estou vendo no carimbo) no dia 09. Um mês e tanto se passou depois dela. Para sua orientação, enviei-lhe o telegrama em que lhe dava notícias das providências que estavam sendo tomadas no sentido de atender ao seu grato pedido.

[...]

Por incrível, que pareça todas as pesquisas que desencadeei em Brasília e, a partir de Brasília, no Rio, conduziram a muito pouco. Nos arquivos do MEC, propriamente dito, nada se encontrou em referência à atuação de Mário de Andrade no INL. A pessoa encarregada dessa pesquisa, Ana Camargo, foi de uma extraordinária, ainda que inútil, eficiência. Sob orientação dela, consultou-se o arquivo do MEC em São Cristóvão, nesse velho e cada vez mais fascinantemente perigoso Rio de Janeiro, e nada se encontrou – naquele mundo de pacotes adormecidos na poeira – sobre o vate da Paulicéia em sua passagem pelo velho Instituto Nacional do Livro.

Praticamente, tudo o que encontrei foi o plano geral da Enciclopédia Brasileira, publicado pelo INL em 1957, e do qual estou enviando uma cópia xerox. Nele você encontrará, assinaladas a tinta vermelha, referências a Mário de Andrade ou a transcrição de considerações suas a respeito do assunto.

É com tímida esperança que lhe envio esse escasso elemento informativo, assegurando-lhe, porém, que ele representa, em sua possível insuficiência, o coroamento de um enorme esforço despendido por todo um grupo de pessoas desejosas de atender ao seu pedido.

[...]

Creia na estima e na admiração do amigo que afetuosamente o abraça e aqui se coloca à sua disposição.

Herberto Sales (sublinhado do autor)¹⁸⁹

A carta exposta acima tem um tom peculiar. Junto dela não foram localizadas outras que abordem o mesmo assunto ou que tratem de novas solicitações. Não se sabe qual o intuito de Carlos Drummond de Andrade ao procurar informações a respeito da

¹⁸⁹Fundo Augusto Meyer. Fundação Casa de Rui Barbosa.

passagem de Mário de Andrade pelo Instituto Nacional do Livro, mas o fato permite especulações. Talvez por estar pretendendo prestar homenagens ao amigo de outrora e que, a época da carta, completava trinta e seis anos de falecimento e quase noventa de nascimento. É bem provável que tenha sido endereçada a Herberto Sales porque este fora um dos últimos e principais diretores do Instituto Nacional do Livro.

No entanto, ainda que diretamente ligada a Mário de Andrade, esta correspondência pode ser muito mais esclarecedora do que de fato aparenta. Ela trata, não apenas, da passagem do poeta pelo Instituto, mas do marco da *Enciclopédia* enquanto um plano a ser executado. Além da autoria dada por Mário de Andrade que concedeu uma distinção a este plano, o anteprojeto da *Enciclopédia* assinado pelo poeta paulista, cerca de setenta anos depois, se transformou na *Enciclopédia de Mário de Andrade*¹⁹⁰. Sabe-se que as origens remontam o ano de 1936 e que antes do elaborado por Andrade, houve um anteprojeto. No entanto o peso desse plano de edição, o seu impacto diante daqueles que o sucederam e a inconstância da *Enciclopédia* na permanência advinda da sua transformação e inexecução são itens contemplados nesta carta e nesta dissertação.

Hoje se tem notícia de que a *Enciclopédia* foi uma edição jamais concluída. Com essa característica, por que conceder atenção a um objeto “atípico” como este? Talvez porque sua importância resida menos na sua não concretização e mais na sua permanência enquanto um projeto que atravessou grande parte do século XX no Brasil. Pode-se sugerir uma ligação entre a história da *Enciclopédia Brasileira* e a da obra *Cardênio* de Shakespeare¹⁹¹, estudada por Roger Chartier. Uma nem sequer foi publicada, a outra esteve perdida. Contudo, ambas representam de que maneira a longa duração de suas reescritas garantiu plasticidade às obras e maleabilidade de seus textos.

Tratemos da *Enciclopédia*.

A existência de um programa governamental pautado em políticas culturais tal como o de Vargas a partir do Estado Novo garantiu que órgãos como o Instituto Nacional do Livro fosse criado. A necessidade de se elaborar uma *Enciclopédia* nacional foi premente nos anos em que foi necessário definir os contornos nacionais. Com isso, se desenhou de início um arquétipo tipicamente brasileiro. Mais tarde, sobretudo a partir da década de 1950, um novo tipo surgia. Mais do que atender às

¹⁹⁰Para retomar essa discussão, vide abertura do primeiro capítulo desta dissertação.

¹⁹¹Para maiores detalhes ver: CHARTIER, 2012.

demandas governamentais, a *Enciclopédia* precisou se transformar numa obra direcionada para o público universitário.

Além das características anteriores, houve a necessidade de vencer o argumento da carência de verbas. Uma das mais correntes explicações para que o lançamento da obra fosse constantemente adiado é o da inexistência de verbas. Apesar das querelas iniciais de funcionamento, a documentação trabalhada nesta dissertação evidencia que havia verbas estimadas e reais para a edição da obra, assim como quantidade de exemplares previstos para circulação. O que esses dados indicam não é uma carência de financiamento, mas o contrário: houve uma quantidade expressiva consignada no orçamento para a *Enciclopédia Brasileira*, sem que jamais sua publicação acontecesse.

Por que isso ocorreu? Além da hipótese das disputas intelectuais que emperravam a elaboração do projeto, pode-se sugerir sem reservas que boa parte da verba tenha sofrido desvio com gastos desnecessários de funcionários e seções.

Outra característica dessa documentação são as anotações referentes à *Enciclopédia* e ao *Dicionário*. Observando as anotações, rascunhos e planos, vê-se que o objetivo principal do Instituto foi mais o de editar a *Enciclopédia* e muito menos o *Dicionário*, pelo menos, até a década de 1950. É possível defender esse argumento porque são observados acréscimos feitos a lápis à maioria das referências ao *Dicionário*. O que se apreende é que enquanto a *Enciclopédia* foi sempre datilografada, isto é, continha a marca do registro definitivo, o *Dicionário* foi sempre escrito a lápis, revelando seu caráter provisório e se tornando, aos poucos, um mero anexo.

Mais alguns aspectos podem ser considerados. Os planos da *Enciclopédia* movimentaram discussões e intelectuais que estiveram envolvidos num debate sobre a construção nacional brasileira ou mesmo engajados na elaboração de uma obra científica universitária nos anos 1950.

Foram muitos os percursos para chegar aos planos da *Enciclopédia*. Muitos arquivos, fundos, anotações e conclusões. Caminhos que envolveram desde um discurso de preservação do patrimônio até mesmo a utilização de avaliações estatísticas econômicas que apresentaram um indício a respeito da mudança radical sofrida pelo planejamento da obra.

Assim como aponta Carlos Drummond de Andrade, na maior parte das vezes, a inexistência de uma documentação organizada foi um grande empecilho para o avanço da pesquisa. No entanto em meio a todos os percalços, talvez o mais decepcionante seja

o fato de que a *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro jamais teve uma edição. No entanto, não há como desconsiderar as edições de outras obras e coleções tal como as edições de obras de Capistrano de Abreu, dicionários e lexicógrafos da língua portuguesa, aquisição e organização de livros para bibliotecas públicas, edição das obras de Eitácio Pessoa, para citar alguns exemplos.

O aspecto sobre uma *Enciclopédia* não publicada não é desmotivante. Ele não fracassou, mas apenas não foi concretizado. Muito pelo contrário. Ele revela a importância de se pensar os processos de escrita e a plasticidade dos textos. Destaca também de que forma o debate nacionalista no Brasil foi complexo. A *Enciclopédia* foi um plano permanente na ausência de sua publicação, mas ao mesmo tempo foi plural na inconstância de seus projetos. De Brasília a Brasileira, a *Enciclopédia* do Instituto do Livro foi um objeto de tensão, de tramas, de intelectuais a apontar, talvez, que um Brasil impresso, em letra de forma, seja mesmo inapreensível.

REFERÊNCIAS

Documentais:

- Fundos arquivísticos que contém documentações sobre o Instituto Nacional do Livro e Instituto Cayrú:

Coleção IHGB – Questionários e modelos para o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, org. pelo IHGB.

Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Arquivo Mário de Andrade.

Arquivo Nacional (AN). Fundo DASP.

Arquivo Nacional (AN). Fundo Paulo de Assis Ribeiro.

Biblioteca Nacional (BN).

Correio da Manhã de 29 de maio de 1965.

Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundo José Galante de Souza.

Fundação Casa de Rui Barbosa. Fundo Augusto Meyer.

Fundo Herberto Sales. Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras.

Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV.

Pareceres da Comissão de Alto Nível – anos: 1967, 1968, 1969, 1970 e 1971. Do nº01-116. Fundo: INL, Fundação Biblioteca Nacional.

Editoras – Carta doação, carta convite, cartas enviadas. Brasília, 1973-88. Fundo: INL, Fundação Biblioteca Nacional.

CATÁLOGO das publicações do INL. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v.1, n.1/2, jun.1956.

Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 32, documento intitulado Plano para o Instituto Cayrú.

Rio de Janeiro, DF. Polícia Civil. Serviço de Inquéritos Políticos Sociais. **O SIPS e suas finalidades**. Rio de Janeiro, 1940, p.XI e XII.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, C. D. **Alguma Poesia**, Belo Horizonte, Edições Pindorama, 1930.

ANDRADE, Mário de. Graça Aranha, **Poesia e Prosa**, v.2, p.177-78.

_____. **Macunaíma**. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1992.

_____. **A Enciclopédia Brasileira**. Edição crítica e estudo de Flávia Camargo Toni, Edusp, 1993.

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mário de Andrade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.24, p.393-417, 1999.

ANTÔNIO, João. **Malagueta, perus e bacanaço**. Rio de Janeiro, 2 ed. Co-ed. Rio de Janeiro, INL, Civilização Brasileira, 1975.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v.23, n.2, Nov.2011, p. 191-212.

BAPTISTA, Abel Barros. **O livro agreste: ensaio de literatura brasileira**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. Capítulo I – O Departamento de Cultura por ele mesmo. In: _____. **Missionários de uma cultura nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004, p. 23-80.

BARCELOS, Fábio Campos. **Entre caminhos e descaminhos: o Estado brasileiro e a organização do Poder Executivo (1990-1994)**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011 (Publicações Históricas; 101) (Cadernos Mapa; n.3 – Memória da Administração Pública Brasileira).

BEDA, Ephraim de Figueredo. **Octalles Marcondes Ferreira: Formação e Atuação do editor**. (Dissertação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubistchek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p. 9-22.

BOMENY, Helena. Utopias da cidade: as capitais do modernismo. In: GOMES, Angela Maria de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p.144-161.

_____. **Guardiães da razão**: Modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

_____. O Departamento dos Intelectuais. In: **Um poeta na política**. Mário de Andrade, paixão e compromisso. Org. da Coleção: Eduardo Jardim. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012, pp.75-84.

BORGES, Jorge Luís. **O Livro**. In: O Livro. Cinco visões pessoais. 4º ed., Brasília: UnB, 2002.

BORGES apud COSTA, Francine Martins da. **Bibliotecas particulares**: uma leitora “comum” do século XX. 2012. [s.n.]. Trabalho de conclusão de curso (Faculdade de Educação) – UNICAMP, Campinas, 2012.

BOTELHO, André. Ciência pelo desenvolvimento: a escrita pública de José Leite Lopes. In: BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Glaucia. (Org.). **O Moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008, p.271-309.

BOTO, Carlota. O debate político no Brasil dos anos 30: raça e pedagogia na mística da nacionalidade. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.11, n.23, set./dez.2010, p. 63-82.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Ortiz, Renato (org.). São Paulo: Editora Ática, 1983, p. 122-155.

_____. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-1992). Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGANÇA, Aníbal. **As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil**: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967). Matrizes, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.47, n.1, 2004, p.49-84.

BRITO, Tatiana Feitosa de. **O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas Apostilados**. Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Textos para discussão, junho de 2011.

BRITO, Mário da Silva. **História do Modernismo brasileiro**: antecedentes da Semana de Arte Moderna. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos, 1750-1880. 10ª. edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9ª. edição revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANNABRAVA, Euryalo & RIBEIRO, Paulo de Assis. **Enciclopédia Brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957.

CAPELATO, Maria Helena R. Cultura Política no Varguismo e no Peronismo. Op.Cit. **Multidões em cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998, pp.102-103.

CARDOSO, Fernando Henrique. Florestan Fernandes: A paixão pelo saber. In:_____. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.175-184.

CARNEIRO, Edison. A Sociologia e as “ambições” do folclore. **Revista Brasileira**, n.24, p.132-145.

CARROL, Lewis. Descendo pela toca do coelho. In: **Alice no País das Maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Cartas de Mário de Andrade a Luis da Camara Cascudo (introdução e notas de Veríssimo de Melo). Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Itatiaia, 2000.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. **O Instituto Nacional do Livro e os Modernistas: Questões para a História da Educação Brasileira**. Cadernos de História da Educação – v.11, n.2 – jul./dez.2012, pp.543-557.

CASTELLO, José Aderaldo. Introdução ao estudo da ideologia brasileira. Aspectos da contribuição de Mário de Andrade. **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n°22, 1974. Numéro consacré au Brésil. pp. 69-89.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Paço Imperial, Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Artes Plásticas no Rio de Janeiro (1905-1960)**. Rio de Janeiro, Paço Imperial, Aeroplano Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. **Cardênio entre Cervantes e Shakespeare**: história de uma peça perdida. Tradução de Edmir Missio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHIARELLI, Tadeu. **Um jeca nos Vernissages**: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CHUVA, Márcia Regina Romero. Estratégias de construção da Nação: A materialização da História pelo SPHAN. In: **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 43-89.

CÔRTEZ, Norma. Ser (é) Tempo. Álvaro Vieira Pinto e o espírito de 1956. In: BOTELHO, André; VILLAS BÔAS, Glaucia. (Org.). **O Moderno em questão**. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2008, p. 103-133.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.2-16, jan./abr. 2008.

DAMATTA, Roberto. Brasil: uma Nação em Mudança e uma sociedade imutável? **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1988, p.204-219.

DARNTON, Robert. Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da república das letras. In: **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 191-245.

DARTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800. Tradução de Laura Teixeira Motta, Maria Lucia Machado (textos franceses). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL FIORI, Diego. Industrialização no Brasil na década de 1930: uma análise com teoria de jogos. **Revista de Economia e Administração**, v.10, n.1, 128-151p, jan./mar. 2011, p.128-151.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliana*. In: Dutra, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europas e Américas nos séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p.299-314.

EL FAR, Alessandra. **A encenação da imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ELIAS, Norbert. O conceito de configuração. In: ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 140-145.

ESTEVEZ, Carlos Leandro da Silva. O agrarismo ipesiano nos projetos de Paulo de Assis Ribeiro. **SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA** [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 221-239.

FARIA, Daniel Barbosa Andrade de. **O mito modernista**. 2004. 297f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.

_____. **O mito modernista**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. Folclore e Ciências Sociais. **Revista Brasileira**, n.24, p. 133-151.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (Orgs.). **Capes, 50 anos – Depoimentos ao CPDOC**. CPDOC/FGV e Capes. 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 20-21.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Edson Nery da. O Negócio das Enciclopédias. **Revista de Ciência da Informação**, v.1, n.2, 1972, p.91-98.

_____. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: A coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006;

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1930.

FREIXO, André de Lemos. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. 2012. 417f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.

FURTADO, A.C. **As edições do cânone**. Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). 2014. 248f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

GALUCIO, Andrea. O papel das editoras Civilização Brasileira e Brasiliense durante o processo de abertura política no Brasil (1979-1985). In: **XI Encontro Regional de História**, 2004, Rio de Janeiro.

GELADO, Viviana. O primitivismo antropofágico do Modernismo brasileiro como forma de valorização popular. In: _____. **Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina**. Rio de Janeiro: 7Letras; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.p.132-193.

GERTZ, René E. Intelectuais e o Estado Novo Brasileiro (1937-1945). **História: Debates e Tendências** – v.13, n.1, jan/jun. 2013, p. 19-32.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Propaganda Política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Org.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003; p.112-145.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: Historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

_____. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos**, DHI/UEM, v.5, n.1.p.11-47, 2001.

GRAMMONT, Guiomar de. **Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007. (Col. Memória Social, 1).

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil**: 1838-1857. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo, T.A. Queiroz, EDUSP, 1985.

LENINE, Thiago. **Monumentos de Tinta e Papel**: Cultura e Política na produção biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940). Belo Horizonte, UFMG, 2009.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Angela Maria de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p.71-99.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. Série Obras completas de Monteiro Lobato.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias...**Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. 152f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História Social. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec; INL, 1987.

Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura [textos e entrevistas de Mário de Andrade, Fábio Prado, Oneyda Alvarenga et alii...]. Organizadores: Carlos Augusto Calil e Flávio Rodrigo Penteado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

MEADOWS, Arthur Jack. Mudança e crescimento. In: **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999; pp.1-38.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MICELI, Sérgio. Os intelectuais e o Estado. In: **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979, pp.129-133.

_____. **História das Ciências Sociais no Brasil**: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, vol.1, p.108.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Vanguardas em retrocesso**: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MORAES, Jorge Viana de. **Língua, Cultura e Civilização**: um estudo das ideias de Serafim da Silva Netto. Universidade de São Paulo, São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2008.

MORAIS, Eduardo Jardim. **A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. Entrevista a Revista de História da Biblioteca Nacional. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 7, n.77, fev.2012, p.36-41.

_____. **Mário de Andrade**: Eu sou trezentos: vida e obra. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação brasileira – os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **ECONOMIA CONTEMPORÂNEA**, Nº 1 JAN.– JUN. DE 1997, p.59-87.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspect. Cienc. inf.**, Belo Horizonte, v.3, n.2, jul./dez.1998, p.147-156.

ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas brasileiras. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Org.). **Intelectuais**: sociedade e política, Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003; p. 85-111.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; VIZ QUADRAT, Samantha (orgs). **A construção social dos regimes autoritários** – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 97-144.

RUFINONI, Simone Rossinetti. Mário e Drummond: nacionalismo, alteridade, arte. **Estudos avançados**, 28(80), 2014, p. 247-264.

OITICICA, Ricardo. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia Brasília dos rejeitados**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

_____. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política e Sociedade**, n.12, abr., 2008, p.13-21.

_____. A sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.252-253.

ORÍ, Ricardo. A Companhia Editora Nacional e a Literatura escolar. In: **O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)**. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). **Seminário de Políticas Culturais: teoria e práxis**. Rio de Janeiro, 2010.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol.28, n.3, set./dez., 2013, p. 609-633.

ORY, Pascal. Le Grand Dictionnaire de Pierre Larousse – Alphabet de la République. In: NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire. La République**. Tome I. France, Gallimard, p.231-279.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A biblioteconomia brasileira, 1915-1965**. Vol. 5. Instituto Nacional do Livro, 1966.

SANABRIA, Isabela Soraia Backx. Paulo Duarte e a construção do Patrimônio Plural: a Inclusão de Outras Memórias no conceito de Patrimônio Brasileiro. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011, p.1-16.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. A ação cultural. In: **Tempos de Capanema**. Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny, Vanda Maria Ribeiro Costa (orgs.). São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, pp.97-122.

_____. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estudos Avançados**, vol. 20, n.56, jan./abr. 2006, p.161-189.

SILVA, Suely Braga da. **O Instituto Nacional do Livro e a Institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945)**: Planos, ideais e realizações. 1992.

157f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1992.

SERRANO, Gisella Amorim; PEREIRA, Mateus Henrique. “Papel para livros”: encruzilhadas e futuros passados do mercado editorial brasileiro nos anos 1930-1940. In: **XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 2007, p.1-12.

SERRANO, Gisella Amorim. **Caravelas de Papel**: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949). Tese de doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2009.

SILVA, Renan. Comunidades de memoria y análisis histórico. In: **A la sombra de Clio – Diez ensayos sobre historia e historiografía**. La Carreta Editores E.U., Medellín, 2007, pp. 281-314.

SODRÉ, Nelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir Editora, Coleção Depoimento, 4. Vol, 1978.

SOUSA, Louise Glaber de. **Entre a administração e a História**: O lugar do Arquivo Público do Império nos projetos de modernização do Estado na década de 1870. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH/UFF, Niterói, 2015.

TAVARES, M. R. O que faz o verdadeiro historiador – José Honório Rodrigues e a historiografia dos anos 1950. BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; MATA, Sérgio Ricardo da. (Orgs.). **Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia** – Teoria da História e História da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013, p.1-10.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios, e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje. 10.ed. Rio de Janeiro, Record, 1987.

Terra Roxa...e outras terras, ano I, n.2, 03.fev.1926, p.4.

TOLEDO, Caio Narravo de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2.ed., 2. Impressão. São Paulo: Ática, 1982.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: La chapelle, Le clan et Le microcosme. Apud. GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As raízes da brasilidade: os intelectuais modernistas e o Estado Novo. In: _____. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 42-45.

_____. A Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993, p. 89-112.

VENANCIO, Giselle Martins. Brasileira segunda fase: percurso editorial de uma coleção que sintetiza o Brasil (1956-1993). In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013, p.109-126.

_____. “Julgou o jury a Brasileira, não julgou os concorrentes”: coleção e produção intelectual no Brasil dos anos 50. **Revista Maracanan**. v.X, n.10, Janeiro/Dezembro 2014, p.108-119.

VENANCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasileira & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.9, a.2013, p.05-23.

VON MARTIUS, Karl Friedrich. Como se deve escrever a História do Brasil. Apud. RODRIGUES, José Honório. **Revista de História da América**, n.42, (Dec. 1956), pp. 433-458.

XAVIER, Erica da Silva e CUNHA, Maria de Fátima da. Entre a Indústria Editorial, a Academia e o Estado: o Livro Didático da História em questão. **Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História**, 18, 19 e 20 de abril de 2011 – Florianópolis/SC.

WILLIAMS, Daryle. Gustavo Capanema, ministro da Cultura. In: **Capanema: o ministro e seu ministério**. Organizadora Angela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. pp.251-269.

Sites:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 1 set. 2013.

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>. Acesso em: 26 ago. 2013.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2013.

http://www.siarq.unicamp.br/sbh/biografia_13.html. Acesso em 12 abr.2015.

<http://financeone.com.br/moedas/historico-de-moedas-brasileiras/>. Acesso em 17 abr.2015.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 17 abr.2015.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto. Acesso em 17 abr.2015.

<http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/04/edificio-do-rio-de-janeiro-e-tombado-pelo-iphhan>. Acesso em 20 abr.2015.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1011200915.htm>. Acesso em 9 mai. 2015.

<http://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em 9 mai. 2015.

<http://www.snel.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 10 mai.2015.

http://acervo.bn.br/sophia_web/. Acesso em 8 de jun.2015.

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto. Acesso em 14 jan.2016.

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais). Acesso em 20 jan.2016.

http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000010559.PDF. Acesso em 20 jan.2016.

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema. Acesso em 1.fev.2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Planos de edição da *Enciclopédia Brasileira*

<i>Enciclopédia Brasileira</i> – Planos e Modificação (incluindo temas e seções)		
1936¹⁹²	1937	1956-1957¹⁹³
1) artes technicas; 2) artes liberaes; 3) bellas artes; 4) letras; 5) economia; 6) pedagogia; 7) política; 8) direito; 9) sociologia; 10) historia; 11) geographia; 12) ethnologia; 13) anthropologia; 14) archeologia; 15) ecologia; 16) botanica; 17) mineralogia; 18) geologia; 19) mathematica; 20) physica; 21) chimica;	Seções: CIÊNCIAS: 1ª Seção – Ciências matemáticas ou formais; 2ª Seção – Ciências experimentais ou reais; 3ª Seção – Ciências Filosóficas; ARTES 4ª Seção – Belas Letras; 5ª Seção – Belas Artes; 6ª Seção – Artes Científicas;	Classes: 1- Filosofia e Linguística; 2- Filosofia; 3- Lógica; 4- Ciências Físicas; 5- Ciências Naturais; 6- Ciências Históricas e Sociais; 7- Artes e Literatura; 8- Organização, Economia e Administração e 9- Diversos. <u>Subdivisões</u> Generalidades: obras gerais, bibliotecas, coleções, academias. Particularidades – Manuscritos – Livros. Assuntos de caráter geral ou de classificação difícil; Religiões: Animismo –

¹⁹²Antes desta data, há na fundo INL da Biblioteca Nacional uma relação divisória de temas e subitens datado de 1934 e elaborado por bibliotecários franceses, tal consta na documentação. Optou-se por não colocar aqui em razão do INL ter sido criado em 1937 e do plano de edição de uma Enciclopédia datar de 1936. De todo modo, mesmo assim, já é um indicio das organizações temáticas que depois seriam implantadas com o lançamento da *Enciclopédia*.

¹⁹³Há uma listagem documental contendo mais subdivisões. Por se tratar de uma vasta documentação extrapolando a cifra das 50 páginas, optou-se por colocar esse quadro comparativo.

<p>22) biologia; 23) logica; 24) psicologia; 25) cosmologia; 26) ethica; 27) metaphysica; 28) religião.</p>	<p>7ª Seção – Artes Menores; RELIGIÕES: 8ª Seção – Religião Católica Apostólica Romana; 9ª Seção – Religiões Antigas e Modernas; GRÁFICA E ARTÍSTICA 10ª Seção – Superintendência de todos os trabalhos gráficos e artísticos da Enciclopédia Brasileira.</p>	<p>fetichismo – magia – mitologia – cristianismo – budismo – islamismo; Filosofia Ciências Puras: Matemática, astronomia, cronologia, física, meteorologia, química, mineralogia, geologia, oceanografia, biologia, antropologia, paleontologia, botânica, zoologia. Ciências Aplicadas: medicina, anatomia, fisiologia, farmácia, agricultura, agropecuária, veterinária, engenharia, siderurgia, hidráulica, eletricidade, fábricas, motores, automóveis, aeronáutica, construções, materiais, instalações, transporte, navegação, estradas, economia doméstica, artefatos, objetos de uso, comércio, ofícios, profissões, exército, marinha, guerra e defesa. Belas Artes: arquitetura, urbanismo, paisagem, artes plásticas, decoração,</p>
---	--	---

		<p>teatro, dança, música, rádio, esportes, jogos. Literatura – Poesia. Geografia – Viagens. História Universal: acontecimentos, arqueologia, heráldica, personagens, biografias. Ciências Sociais: economia, política, direito, Estado, governo, administração, estatística, educação, ensino, higiene, assistência, previdência, associações, etnografia, costumes, folclore.</p>
--	--	--

Apêndice B- Quadro prosopográfico de intelectuais atuantes na direção do INL e nas comissões da *Enciclopédia Brasileira* (1937-1960)

Diretores				
Nome	N/M	Formação	Atuação	Período
Augusto Meyer	RS, (1902-1970)	Linguista e poeta	Diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, de 1930 a 1936. Diretor do INL por mais de vinte anos. Diretor da cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Hamburgo, Alemanha. Adido cultural do Brasil na Espanha.	1937-1955.
José Renato Pereira				1957-1960
Adonias Filho	BA, (1915-1990)	Jornalista, crítico literário e romancista.	Atuou na direção da editora “a Noite”, do Serviço Nacional de Teatro e no INL, além de diretor, foi parecerista na década de 1970.	1954-1955
Maria Alice Barroso	MG, (1926-2002)	Escritora, crítica literária e romancista.	Diretora do Instituto Nacional do Livro e, posteriormente, da Fundação Biblioteca Nacional.	1970-1974
Herberto Sales				1974-1980
Chefes da Seção da Enciclopédia e do Dicionário (SED)				
Américo Facó	CE, (1885-1953)	Poeta e jornalista	Diretor da seção literária da revista <i>Fon-Fon</i> , Senado Federal, DIP e INL.	1938-1945
Euryalo Cannabrava	MG, (1906-1981)	Direito pela UFMG.	Professor de Filosofia e História da Filosofia no antigo ginásio mineiro de BH. Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. diretor do Instituto de Investigações Educativas do Distrito Federal entre 1937 e 1940. Professor de Filosofia no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, a partir de 1940.	1956-1960

José Galante de Souza				1956-1960 e 1967.
Consultores e Assistentes Técnicos				
Mário de Andrade	SP, (1893-1945)	Música pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.	Universidade do Distrito Federal, Departamento de Cultura (SP) e INL.	1938-1941
Paulo de Assis Ribeiro		Engenheiro Civil.		1956-1958

Membros de Comissões

Alarico Silveira			Colaborador de verbetes para a <i>Enciclopédia Brasileira</i> .	1938-1945
Said Ali	RJ, (1861-1953)	Filólogo.	Professor de alemão na Escola Militar e no Colégio Pedro II. Filólogo pertencente à Comissão Lexicográfica da <i>Enciclopédia Brasileira</i> .	1938-1945
Souza da Silveira			Filólogo pertencente à Comissão Lexicográfica da <i>Enciclopédia Brasileira</i> .	1938-1945
Padre Magne	ALE, (1887-1966)	Jesuíta e Filólogo.	Vice-reitor da PUC-RJ, Professor – UFRJ e membro da Academia Brasileira de Filologia.	Filólogo pertencente à Comissão Lexicográfica da <i>Enciclopédia Brasileira</i> . 1936-1945
Antenor Nascentes	RJ, (1886-	Filólogo e Etimólogo.	Fundador da Academia Brasileira	Filólogo pertencente à 1938-1945

	1972)		de Filologia.	Comissão Lexicográfica da <i>Enciclopédia Brasileira.</i>
Afrânio Peixoto	BA, (1876- 1947)	Médico e crítico literário.	Professor da Faculdade de Medicina do RJ, diretor do Hospital dos Alienados, diretor da Escola Normal e da Instrução Pública do DF.	Intelectual 1937- 1945 pertencente à Comissão de Controle da <i>Enciclopédia Brasileira.</i>
Miguel Osório				Intelectual 1937- 1945 pertencente à Comissão de Controle da <i>Enciclopédia Brasileira.</i>
Afonso Arinos de Melo Franco	MG, (1905- 1990)	Direito pela Faculdade de Direito do RJ.	Professor de História da Civilização Brasileira na extinta Universidade do Distrito Federal. Professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco e catedrático na Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil. Atuou como deputado federal e ministro das Relações Exteriores no	Intelectual 1937- 1945 pertencente à Comissão de Controle da <i>Enciclopédia Brasileira.</i>

			governo de Jânio Quadros. Membro da ABL em 1958.	
Sérgio Buarque de Holanda	SP, (1902-1982)	Direito pela Universidade do Brasil. Professor e Historiador.	Professor da UDF, da cadeira de História da Civilização Brasileira da USP, membro do INL e da Academia Paulista de Letras.	Chefe da Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro. 1938-1944.
Francisco de Bastos d'Avila (Padre Avila¹⁹⁴)				Membro da Comissão Central da Enciclopédia. 1956-1960
Coronel Figueiredo				Membro da Comissão Central da Enciclopédia. 1956-1960
Leandro Riedel Ratisbona				Membro da Comissão de Filosofia-Religião-Mitologia-Educação. 1956-1960
Tarcísio Padilha	RJ, 1928.	Filosofia pela PUC-RJ. Licenciado em Filosofia pela UFF. Doutor em Filosofia pela UFRJ.	Membro da cadeira nº2 da ABL desde 1997.	Membro da Comissão de Filosofia-Religião-Mitologia-Educação. 1956-1960
Armando Hildebrand		Diretor de Ensino Secundário do	Atuante na campanha do Ensino Secundário do Ministério da	Membro da Comissão Central da 1956-1960

¹⁹⁴Há uma divergência no nome deste intelectual. A fonte o apresenta como Francisco de Bastos d'Avila. No entanto ao realizar as buscas as informações encontradas referem-se a Fernando de Bastos d'Avila.

		MEC em 1954.	Educação (1950-1970).	Enciclopédia
Eulina Fontouna Carvalho			Atuou na campanha do Ensino Secundário do Ministério da Educação (1950-1970).	Membro da Comissão de Filosofia-Religião-Mitologia-Educação. 1956-1960
Antonio Houaiss	RJ, 1915-1999.	Letras Clássicas pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.	Membro examinador de português de vários concursos promovidos pelo DASP para preenchimento de cargos públicos (1941 a 1943); colaborador permanente do DASP na elaboração de provas de português para o serviço público, professor contratado pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores para lecionar português no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideú.	Membro da Comissão de Filologia e Linguística. 1956-1960
Celso Ferreira da Cunha	MG, 1917-1989	Direito (1938) e Letras (1940) pela antiga Universidade do Distrito Federal. Em 1947, formou-se Doutor em Letras e Livre	Ocupante da cadeira n°35 na sucessão de José Honório Rodrigues de 1987.	Membro da Comissão de Filologia e Linguística. 1956-1960

		Docente em Literatura Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.	
Silvio Batista Pereira			Membro da 1956- Comissão de 1960 Filologia e Linguística.
Afrânio Coutinho	Salvador - BA, 1911- 2000.	Medicina (1931). Carreira em História e Literatura. Doutor em Letras clássicas e Vernáculas pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1958.	Ocupante da cadeira de nº33 da ABL desde 1962. Membro da 1956- Comissão de 1960. Artes e Literatura
Octávio Melo Alvarenga	Belo Horizonte (MG), 1926- 2010.	Advogado e escritor brasileiro.	Membro da 1956- Comissão de 1960. Artes e Literatura.
Suzana Gonçalves			Membro da 1956- Comissão de 1960 Artes e Literatura.
Augusto Rodrigues	Recife - (PE), 1913-	Artista Plástico e Educador brasileiro.	Membro da 1956- Comissão de 1960 Artes e

	1993			Literatura.
Joaquim Cardoso	Recife – (PE), 1897-1978	Engenheiro.	Atuante no projeto de construção da Pampulha e da Catedral de Brasília	Membro da Comissão de Artes e Literatura. 1956-1960
Joaquim da Costa Ribeiro	RJ, 1906-1960.	Engenheiro civil e Engenheiro mecânico-eletricista na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. <u>Prêmio Einstein da Academia Brasileira de Ciências</u> (1953).		Membro da Comissão de Lógica-Matemática e Ciências Físicas da Enciclopédia. 1956-1960
Antonio Garcia de Miranda Neto	Porto Alegre – (RS), 1903.	Engenharia Civil pela Escola Politécnica. Formou-se também em Direito.	Foi crítico musical e literário de algumas revistas, entre as quais a Revista do Globo e do Correio do Povo, de Porto Alegre, e de A Noite, do Rio de Janeiro.	Membro da Comissão de Lógica-Matemática e Ciências Físicas da Enciclopédia. 1956-1960
Major Jorge Barbosa				Membro da Comissão de Lógica-Matemática e Ciências Físicas da Enciclopédia. 1956-1960
Rio Nogueira		Doutor em Matemática em 1949.	Criador do projeto de Petros.	Membro da Comissão de Lógica-Matemática e 1956-1960

			Ciências Físicas da Enciclopédia.
Leopoldo Nachbin	Recife – (PE), 1922-1993.	Engenharia civil pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	Membro da 1956-Comissão de 1960 Lógica-Matemática e Ciências Físicas da Enciclopédia.
Renê Laclette			Membro da 1956-Comissão de 1960 Atividades Econômicas e Sociais (Medicina).
Paulo Sá			Membro da 1956-Comissão de 1960 Atividades Econômicas e Sociais (Tecnologia).
Manoel José Ferreira			Membro da 1956-Comissão de 1960 Atividades Econômicas e Sociais (Sanitarista)
João Paulo Almeida Magalhães		Direito	Membro da 1956-comissão de 1960 organização – economia e administração .
Wanderbilt		Engenheiro	Membro da 1956-

Duarte de Barros		Agrônomo e ambientalista.		comissão de 1960 organização – economia e administração .
Ostand Cardim				Membro da 1956- comissão de 1960 organização – economia e administração .
Leonan Azevedo Pena				Membro da 1956- Comissão de 1960 Ciências Biológicas
Othon Henry Leonardes				Membro da 1956- Comissão de 1960 Ciências Biológicas.
Carlos Chagas Filho	RJ, 1910-2000.	Médico pela Faculdade de Medicina da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1926.		Membro da 1956- Comissão de 1960 Ciências Biológicas.
Artur Rios				Membro da 1956- Comissão de 1960 Ciências Históricas e Sociais
Hélio Viana	Belo Horizonte – (MG),	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do	Na década de 1930, tornou-se o primeiro catedrático de História do Brasil, na	Membro da 1956- Comissão de 1960 Ciências Históricas e

	1908-1972	Rio de Janeiro..	Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), assumindo ainda a cátedra de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.	Sociais
Américo Jacobina Lacombe	RJ, 1909-1993	Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.	Lecionou na área de História, tornando-se a partir de 1939 diretor da Casa de Rui Barbosa. Além disso, foi o coordenador da Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional até a sua morte em 1993.	Membro da Comissão de Ciências Históricas e Sociais. 1956-1960
Giorgio Mortara	Mântua – (ITA) , 1885-1967.	Formado em Direito.	Atuante na área de Estatística e demografia. Atuante no IBGE.	Membro da Comissão de Ciências Históricas e Sociais. 1956-1960
Francisco Clementino Santiago Dantas	RJ, 1911-1964.	Direito pela Faculdade Nacional de Direito.	Membro atuante do movimento integralista brasileiro. Em 1955 retornou a vida política através do PTB permanecendo aí até 1963 quando votou pelo retorno presidencialista de João Goulart.	Membro da Comissão de Ciências Históricas e Sociais. 1956-1960

Prudente de Moraes Neto	Piracicaba – (SP) -, 1895-1961	Direito em 1918.	em Participante da Liga Nacionalista. Com a criação dos novos partidos a partir de 1945, se filiou à UDN. Foi um dos fundadores da empresa de terras Conselheiro Prado Norte do Paraná S.A	Membro da Comissão de Ciências Históricas e Sociais.	da 1956-1960
Mario Filho	Recife – (PE), 1908-1966.	Jornalismo.	Iniciou a carreira jornalística ao lado do pai, Mário Rodrigues, então proprietário do jornal <i>A Manhã</i> , em 1926 , como repórter esportivo. Permaneceu no universo jornalístico se consagrando como maior jornalista esportivo.	Membro da Comissão de Ciências Históricas e Sociais.	da 1956-1960

Apêndice C – Quadro de diretores do Instituto Nacional do Livro (1937-1991)

Período Cronológico (Diretores do INL)	Diretores
1938-1954	Augusto Meyer
1954-1955	Adonias Filho
1956	José Renato Pereira – início da publicação da <i>Revista do Livro</i>
1961-1967	Augusto Meyer
1967-1970	General Umberto Peregrino
1970-1974	Maria Alice Barroso
1974-1985	Herberto Sales. Nesse período o INL e a Biblioteca Nacional passam a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura.
1985-1986	Fábio Luca
Setembro/1986-Janeiro/1987	Osmário Alifait Lacet
1987	Wladimir Murtinho
1990	Fusão entre a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro resultando na Fundação Biblioteca Nacional (FBN).